
MIGUEL ÂNGELO LAZZARETTI

*PROCESSOS DE AÇÃO COLETIVA E ORGANIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES RURAIS: O CASO DO ASSENTAMENTO
MASSANGANA III — CRUZ DO ESPÍRITO SANTO/PB*

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

*CAMPINA GRANDE - PB
2000*

MIGUEL ÂNGELO LAZZARETTI

**PROCESSOS DE AÇÃO COLETIVA E ORGANIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES RURAIS: O CASO DO ASSENTAMENTO
MASSANGANA III/CRUZ DO ESPÍRITO SANTO/PB**

ORIENTADOR: ERIC PIERRE SABOURIN

*Dissertação apresentada ao curso de
mestrado em sociologia, da universidade
federal da paraíba - Campus II, como
requisito parcial para a obtenção do grau
de mestre em sociologia.*

**CAMPINA GRANDE - PB
2000**



S117p Lazzaretti, Miguel Ângelo.
 Processos de ação coletiva e organização dos
trabalhadores rurais : o caso do assentamento Massangana
III / Cruz do Espírito Santo / Miguel Ângelo Lazzaretti. -
Campina Grande, 2000.
 175 f.

 Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2000.
 "Orientação : Prof. Dr. Eric Pierre Sabourin".
 Referências.

 1. Reforma Agrária. 2. Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra (MST). 3. MST. 4. Dissertação -
Sociologia. I. Sabourin, Eric Pierre. II. Universidade
Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 332.021.8(043)

MIGUEL ÂNGELO LAZZARETTI

**PROCESSOS DE AÇÃO COLETIVA E ORGANIZAÇÃO DOS
TRABALHADORES RURAIS: O CASO DO ASSENTAMENTO
MASSANGANA III — CRUZ DO ESPÍRITO SANTO/PB**

Aprovada em: 23/11/2000

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eric Pierre Sabourin

Profª Drª Maria de Nazareth B. Wanderley

Prof. Dr. Olívio Alberto Teixeira

**CAMPINA GRANDE - PB
2000**

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pelo exemplo vivo e determinante na mudança deste país...

Simone, minha companheira; seu amor me ensinou que é sempre possível tentar outra vez...

Lucas, meu filho, amor da minha vida, razão de tudo o que faço...

Umbelina, minha vó-mãe, exemplo de mulher; a você devo tudo isso...

Mário Afonso Lazzaretti, vô-pai, pela doçura de suas memórias,

dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas e entidades que contribuíram para a efetivação deste trabalho, às quais gostaria de expressar a minha sincera gratidão. A todos, agradeço. Entre eles:

- A Deus, pela vida;
- À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pelo apoio e incentivo na qualificação;
- À CAPES, pela bolsa de estudos concedida;
- Ao professor e amigo Eric Sabourin, meu orientador, pelo interesse que me fez superar as minhas dificuldades intelectuais;
- Aos colegas e amigos do Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba — Campina Grande, em particular Mário, Eduardo, Marcos, Marlene e Juscelino, pelo amparo nas horas difíceis;
- Aos professores Ghislaine Duqué, Deolinda Ramalho, Edgar Malagodi, Norma Soler, Fernando Garcia, Ubiracy Braga, Marilda Menezes e Robério dos Santos, pelas contribuições acadêmicas significativas;
- Aos funcionários do Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba: Verinha, João e Rinaldo, a minha gratidão;
- Aos meus tios: Benjamim, Ermeto, Melânia, Teresa, Maria, Helena, Eli e Cornélio, que sempre estiveram ao meu lado nas horas mais difíceis e que me ensinaram a lutar e acreditar na vida, os meus agradecimentos eternos;
- Aos meus pais Néelson e Ivaldina e meus irmãos Édson e Rodrigo, que, embora distantes, tenho a certeza que sempre torceram por mim;
- Ao meu sogro Eno e minha sogra Elenir, pelo estímulo e ajuda prestada nos momentos de dificuldade;
- Aos meus amigos: Sávio, Edimilson, João Viezzer, Zequinha, Marino, Leite, Nino, Negrão Vargas, Januir, Mauro Raposa, Beto Cabeça, Paulinho Rabuske, Mango, Beto São Pedro, Cláudio Chonga, Chico da Nita,

Nicolau, Panela, Sandro Massa, Caiera, Tonho, Vilsinho, Paulinho e outros tantos, que sempre me deram incentivo e alegria nesta trilha pela academia;

— Ao professor, colega e amigo Alfredo Batista, pelo incentivo, pela troca de idéias e pelas manifestações de confiança e solidariedade;

— Aos amigos e professores Édson Andrade, Armindo Moreira e José Otacílio da Silva, pelas valorosas lições de sabedoria;

— Ao saudoso colega e amigo Adeloir Rossi, companheiro de tantas empreitadas, que nos deixou tão cedo;

— À Marta Friedrich, secretária do Curso de Ciências Sociais de Toledo, pela prestatividade sempre demonstrada.

— À Sônia Lemanski, pela amizade e solidariedade.

— Ao Movimento Sem Terra da Paraíba, em especial, Automar e Lindberg, pelas informações indispensáveis à realização deste estudo;

— Ao Movimento Sem Terra do Paraná, em especial os trabalhadores rurais ligados à COARA—Lindoeste/PR.

— Aos assentados de Massangana III, em especial Edivaldo e sua família, que me possibilitaram um rico aprendizado político durante a pesquisa de campo;

— Ao INCRA/PB, pelos documentos concedidos;

— Ao professor Paulo Sérgio Vieira do Departamento de Letras da Universidade Federal da Paraíba, pela revisão do texto.

MÃOS DADAS

*NÃO SEREI O POETA DE UM MUNDO CADUCO.
TAMBÉM NÃO CANTAREI O MUNDO FUTURO.
ESTOU PRESO À VIDA E OLHO MEUS COMPANHEIROS.
ESTÃO TACITURNOS MAS NUTREM GRANDES ESPERANÇAS.
ENTRE ELES, CONSIDERO A ENORME REALIDADE.
O PRESENTE É TÃO GRANDE, NÃO NOS AFASTEMOS.
NÃO NOS AFASTEMOS MUITO, VAMOS DE MÃOS DADAS.
O TEMPO É A MINHA MATÉRIA, O TEMPO PRESENTE, OS
HOMENS PRESENTES, A VIDA PRESENTE.*

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

A evolução do contexto agrário no Brasil levou alguns movimentos que lutam pela terra a promover formas coletivas de organização da produção e comercialização nos assentamentos de reforma agrária. Este processo constitui uma das estratégias destinadas a garantir uma melhor articulação com o mercado e a elaborar alternativas de produção e de manutenção das famílias assentadas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros, priorizou as iniciativas em torno de uma ação coletiva organizada no intuito de viabilizar econômica e socialmente os assentamentos que foram realizados sob sua coordenação. A Associação dos Produtores e a Cooperativa de Produção Agropecuária de Massangana III, no município de Cruz do Espírito Santo — PB, são exemplos de organização coletiva nos moldes do MST. O objetivo deste estudo está centrado na análise do processo de organização dos trabalhadores rurais e das formas de ação coletiva desenvolvidas no assentamento. As observações mostram como a aceitação e a organização da ação coletiva dependem da trajetória sócio-histórica e cultural dos assentados. As conclusões das análises indicam que, no assentamento Massangana III, a proposta de ação coletiva do MST, na forma de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), não condiz com a experiência, com as práticas e os valores, quer dizer, com a trajetória das famílias de trabalhadores rurais do projeto. A Associação dos Produtores, apesar de graves problemas de gerenciamento e de democratização dos processos decisórios, está mais próxima da realidade das famílias assentadas. Este trabalho ressalta o quanto a organização nos assentamentos é necessária. Porém seu sucesso depende do respeito, das estratégias, das práticas e dos valores da agricultura familiar brasileira que somente esperam se desenvolver nas áreas de reforma agrária.

RESUME

L'évolution de la situation agraire au Brésil a conduit quelques mouvements de lutte pour la terre à promouvoir des formes collectives d'organisation de la production et de la commercialisation dans les périmètres de réforme agraire. Ce processus constitue l'une des stratégies destinées à assurer une meilleure articulation au marché et à mettre en place des alternatives de production et de sécurisation des familles réinstallées. Le Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre (MST) en particulier, donne priorité aux initiatives d'action collective et d'organisation afin d'assurer la viabilité économique et sociale des périmètres dont il coordonne la mise en place. L'Association de producteurs et la Coopérative de Production Agricole du Périmètre de Massangana III (Municipe de Cruz do Espiritu Santo, Paraíba) constituent deux exemples d'organisation collective issus des modèles du MST. L'objectif de cette étude concerne l'analyse du processus d'organisation des agriculteurs et des formes d'action collective développées dans le projet Massangana III. Les observations montrent que la prise en compte de la trajectoire socio-historique et culturelle des producteurs est fondamentale pour la mise en place d'actions collectives. Les conclusions de l'analyse indiquent qu'à Massangana III, les modèles d'organisation proposés par le MST, en particulier la Coopérative de Production Agricole (CPA) ne correspondent pas à l'expérience, aux pratiques et aux valeurs des familles installées. L'Association en dépit de graves problèmes de gestion et des conditions de démocratisation des prises de décisions, apparaît plus proche de la réalité des familles du périmètre. Ce travail confirme la nécessité de formes d'organisation des producteurs, mais leur succès dépend du respect des expériences, des pratiques et valeurs de l'agriculture familiale brésilienne qui ne demandent qu'à se développer dans les projets de réforme agraire.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

RESUME

INTRODUÇÃO

1 A AÇÃO COLETIVA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA

AGRÁRIA	18
1.1 A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	18
1.1.1 Objeto e Conceitos	18
1.1.2 A Problemática no Quadro da Reforma Agrária	21
1.2 OBJETIVOS.....	37
1.3 A JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	38
1.4 A QUESTÃO METODOLÓGICA	39
1.4.1 Revisão Bibliográfica	39
1.4.2 Coleta de Dados	40
1.4.3 Análise e Tratamento da Informação.....	42

2 ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E ORGANIZAÇÕES DOS PRODUTORES

2.1 OS DADOS DA REFORMA AGRÁRIA.....	43
2.2 O RETRATO DA REFORMA AGRÁRIA	44
2.3 OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE ASSENTAMENTO.....	47
2.4 O DEBATE AGRICULTURA FAMILIAR X AGRICULTURA EMPRESARIAL.....	52
2.5 AS FORMAS SOCIAIS DE ORGANIZAÇÃO	58
2.6 ALGUNS ESTUDOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO COLETIVA NOS ASSENTAMENTOS.....	66
2.7. A LUTA PELA TERRA NA PARAÍBA	75
2.7.1 A Luta pela Terra nos Anos 60	76
2.7.2 As Lutas no Campo Pós-64	79
2.8 O SURGIMENTO DO MST E A ORGANIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA	84
2.8.1 A Origem do MST no Brasil.....	84
2.8.2 A Organização do MST em Nível Nacional	89
2.8.3 A organização/Atuação do MST na Paraíba	91
2.9 O ASSOCIATIVISMO NOS ASSENTAMENTOS PARAIBANOS	94

3 O ASSENTAMENTO MASSANGANA III E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO.....	98
3.1 CARACTERIZAÇÃO E ORIGEM DO ASSENTAMENTO.....	98
3.2 A SITUAÇÃO INICIAL DO ASSENTAMENTO.....	102
3.3 A PRIMEIRA ORGANIZAÇÃO: A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE MASSANGANA III	105
3.3.1 Primeira Fase: a institucionalização.....	105
3.3.2 A Cisão	108
3.3.3 A Mudança de Direção e as Novas Posturas.....	110
3.3.4 O Rompimento com o MST.....	111
3.3.5 A Centralização do Poder e a Fragmentação.....	113
3.3.6 O Surgimento de uma Nova Organização.....	115
3.4 A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ASSENTAMENTO MASSANGANA III.....	117
3.4.1 Os Marcos da Nova Organização.....	117
3.4.2 As Estratégias de Funcionamento.....	120
3.4.3 Os Desafios para a Conquista de Resultados.....	122
3.5 OS AGRICULTORES INDIVIDUALIZADOS	124
 4 ANÁLISE DOS PROCESSOS DA AÇÃO COLETIVAS ORGANIZAÇÕES DO ASSENTAMENTO MASSANGANA III.....	 128
4.1 LÓGICA INDIVIDUAL, CONFLITOS E APRENDIZAGEM COLETIVA.....	129
4.1.1 As Estratégias Individuais e Coletivas	129
4.1.2 Trajetória de Vida e Aprendizagem Coletiva.....	132
4.1.3 Conflitos e Aprendizagem Coletiva	134
4.1.4 Construção de uma Representação Comum: o caso da cooperativa	139
4.2 A DELEGAÇÃO DE PODER E DE RESPONSABILIDADES.....	145
4.2.1 As Etapas da Delegação de Poder na Associação	145
4.2.2 A Centralização do Poder na Associação	146
4.3 O ESTABELECIMENTO DE NOVAS REGRAS.....	150
4.3.1 O enfraquecimento dos modelos institucionais.....	150
4.3.2 Velho modelo e novas regras.....	152
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 157
BIBLIOGRAFIA	160
ANEXOS	

LIATA DE ANEXOS

ANEXO - A
ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES
RURAIS DE MASSANGANA III

ANEXO - B
ESTATUTO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
DO ASSENTAMENTO MASSANGANA III

ANEXO - C
MAPA DO ESTADO DA PARAÍBA E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
ONDE SE SITUA O ASSENTAMENTO MASSANGANA III

ANEXO - D
PLANTA CADASTRAL DO ASSENTAMENTO MASSANGANA III
COM LOCALIZAÇÃO DA AGROVILA

ANEXO - E
FOTOGRAFIAS DO ASSENTAMENTO

ANEXO - F
ROTEIROS DE ENTREVISTAS E LISTA DOS ENTREVISTADOS

LISTA DE BOXES

1	CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE CAMPONESA.....	31
2	FORMAS DE ASSOCIATIVISMO IDENTIFICADAS NO BRASIL.....	59
3	CARACTERÍSTICAS DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MST	64
4	CARACTERÍSTICAS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	86
5	INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES ENCONTRADAS NO ASSENTAMENTO.....	103
6	ORGANOGRAMA DA COOPRAMA III	119

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo os processos de ação coletiva e a organização dos trabalhadores rurais no assentamento Massangana III no município de Cruz do Espírito Santo-PB. Nossa análise parte da importância da trajetória sócio-histórica e cultural das famílias como facilitadora/inibidora da construção da ação coletiva ou organizada. Neste contexto, destacamos a perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na implementação de modelos de organização para os assentamentos de reforma agrária, tendo em vista a tradição de organização familiar presente na agricultura nordestina e brasileira.

A temática escolhida para a elaboração da dissertação tem a ver com nossa experiência profissional vivida como professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, onde realizamos diversos trabalhos de extensão junto a organizações presentes nos assentamentos do oeste paranaense.

Nosso projeto de dissertação, quando apresentado na prova de seleção do Mestrado em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba, estava vinculado à análise da ação coletiva no assentamento Vitória em Lindoeste-PR. No entanto, devido à distância e às dificuldades financeiras para a realização da pesquisa, resolvemos estudar um assentamento na Paraíba onde pudessemos manter nosso objeto inicial de análise e, assim também, poder contribuir para um melhor entendimento das organizações rurais existentes no Estado.

Desta forma, mantivemos encontros com as lideranças estaduais do MST na Paraíba para analisarmos qual assentamento facilitaria mais a execução de um estudo sobre organização dos assentados. Decidimos, assim, optar pelo assentamento Massangana III. A escolha deve-se às seguintes razões: primeiro, o assentamento fica próximo do local de nossa moradia; segundo, relativamente é de fácil acesso; terceiro, neste local existem diversas formas de organização; e, por último, trata-se de um assentamento onde não houve nenhum resgate histórico da trajetória, da luta e da vida das famílias assentadas.

Tendo assim definido o tema e o lugar da pesquisa, queremos ressaltar, de acordo com Zimmermann (1989), que, por se tratar de um estudo de caso, os resultados da pesquisa têm uma capacidade explicativa limitada servindo, entretanto, como insumo para a discussão da temática da ação coletiva no quadro da reforma agrária.

Quanto à estrutura da dissertação, no primeiro capítulo situamos a problematização do tema, discutindo o objeto e os conceitos que nortearam o estudo. Enfatizamos o contexto agrário que resultou no surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas formas coletivas de trabalho criadas. Apresentamos as hipóteses da pesquisa, os objetivos e a justificativa do estudo.

O segundo capítulo enfoca a situação dos assentamentos de reforma agrária no Brasil quanto à organização dos trabalhadores. Dá ênfase ao debate em torno do papel da agricultura familiar no contexto da reforma agrária, bem como à história das lutas dos trabalhadores rurais organizados no MST e às origens do movimento na Paraíba.

O terceiro capítulo trata da reconstituição histórica da luta pela terra no assentamento Massangana III e do surgimento das formas de organização. Analisa-se também, a representação pelos assentados da luta pela terra e dos conflitos surgidos depois de criadas as organizações.

O último capítulo procura analisar os processos de construção da ação coletiva nas organizações do assentamento Massangana III. Discute as tensões entre a lógica individual e a aprendizagem coletiva, a partir da dinâmica sócio-histórica e cultural dos assentados. Analisa a influência exercida pela ação de tutelas externas ao grupo e de lideranças internas, assim como a capacidade dos atores em definir e reconhecer novas regras, na perspectiva de um controle efetivo das dinâmicas em jogo.

Nas considerações finais, apresentamos uma síntese dos resultados do estudo, tendo em vista as hipóteses previamente elaboradas e os objetivos norteadores do trabalho. Além disso, expomos sugestões que podem auxiliar a superação de concepções dogmáticas a respeito de modelos de organização pré-concebidos que são implantados nas diversas realidades dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.

1 A AÇÃO COLETIVA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

1.1 A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

1.1.1 Objeto e Conceitos

O objeto deste estudo são os processos de ação coletiva, em particular de associativismo, e a organização dos trabalhadores rurais, no assentamento de reforma agrária Massangana-III no município de Cruz do Espírito Santo—PB. Por ação coletiva, entendemos, de acordo com OLSON (1978:21), “a ação de um grupo de indivíduos que têm interesses comuns expressos na defesa de um objetivo comum”. A ação coletiva foi também definida como “o esforço mútuo e simultâneo de pessoas ou grupos de pessoas com o intuito de mudar, temporária ou permanentemente, o estado de um sujeito ou objeto” (FGV, 1986).

No caso específico deste estudo, a ação coletiva pode ser entendida como a forma de cooperação nos processos de manejo do assentamento e da produção, desde a apropriação da terra, a comercialização

dos produtos, o abastecimento em insumos e/ou a repartição do produto do trabalho pelas famílias de trabalhadores rurais assentadas (Carvalho, 1998).

A expressão “Associativismo” é utilizada neste estudo para dar conta, de maneira genérica, de todas as possibilidades de cooperação organizada entre pessoas físicas para a realização de um determinado objetivo.

Por “Assentamento” entendemos, segundo CARVALHO (1998:04), “o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (também pelos governos estaduais no caso de aquisição), com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária”. A expressão “Assentamento”, segundo o mesmo autor, pode ser utilizada também como um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais.

Para esses objetivos coletivos se efetivarem, a organização dos assentados é fundamental. Segundo MERCOIRET (1995:03), “a organização é um instrumento da ação coletiva, e se define por um conjunto de ações entre diferentes grupos ou pessoas relacionadas com a ação coletiva de maneira estável”. Para a autora, essas ações são relacionadas com um objetivo estabelecido entre indivíduos e podem ocorrer de diferentes formas. Podem originar-se de um problema que só será resolvido de forma coletiva, ou serem originadas por um objetivo específico, por exemplo, o acesso à terra, ou a comercialização dos produtos, etc.

Crozier & Friedberg (1977) são enfáticos ao sublinhar que a ação coletiva, ou ação organizada, não é um fenômeno natural, mas uma construção social cuja existência coloca diversos problemas, a começar pela explicação das suas condições de emergência e de permanência. Nesse sentido, Mercoiret (1995) observa que os processos organizativos dependem

muito dos indivíduos que os criam e do contexto onde estão inseridos (cultural, histórico e político). Desta forma, procura-se, neste trabalho, caracterizar o processo de organização dos assentados assim como a análise dos principais mecanismos de construção e realização da ação coletiva, a partir dos princípios propostos por Ostrom (1992) e Sabourin (1999).

Num estudo aplicado a perímetros irrigados e projetos de reforma fundiária na África e na Ásia, Elinor Ostrom (1992) identifica três modos complementares de construção da ação coletiva: 1) a delegação de poder e responsabilidade; 2) a aprendizagem coletiva, entendida como a integração de conhecimentos e referenciais novos na prática de uma experiência comum; 3) a capacidade de formulação de novas regras.

Sabourin (1999) trabalhou estas três categorias no caso de organizações de agricultores familiares do Nordeste. Ele mostra como esses três mecanismos ou momentos não são sequenciais ou lineares, mas ao contrário podem ser simultâneos, ou mais bem cíclicos, segundo um fenômeno iterativo.

No caso estudado, por exemplo, e em muitos assentamentos, foi a evolução do contexto agrário no Brasil que levou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a promover formas coletivas de organização da produção e da comercialização nos projetos de reforma agrária.

Para o MST, após a conquista da terra a luta deve continuar, pois a simples recamponseiação não é o suficiente para assegurar a posse e o uso da terra, como também é necessária para a continuação da organização adquirida durante os processos de ocupação e acampamento (NASCIMENTO FILHO, 1990:01).

Esta estratégia prende-se à necessidade de articular-se com a economia de mercado e de elaborar alternativas de sobrevivência, manutenção e reprodução das famílias assentadas.

1.1.2 A problemática no quadro da reforma agrária

O desenvolvimento do capitalismo no campo impôs aos trabalhadores rurais brasileiros uma lógica, onde a simples posse da terra não garante a reprodução das unidades produtivas familiares. O simples equilíbrio Trabalho-Produção-Consumo¹ não assegura com eficácia a permanência dos trabalhadores rurais no campo.

Dentro de um contexto mercadológico, aqueles trabalhadores rurais que se situam na esfera da pequena produção, que detêm apenas pequenos lotes de terra, têm poucas chances de realizarem um processo de acumulação. Esse exige uma maior integração ao mercado e níveis de produção e produtividade agrícola dificilmente acessíveis à maioria dos assentados.

Nesse sentido, a ação coletiva na forma de associativismo foi a maneira encontrada por alguns movimentos sociais para ter acesso à terra e outros fatores de produção e para torná-la e mantê-la produtiva, com o intuito de preservar as milhares de famílias de trabalhadores rurais como produtores ativos no campo.

A ação coletiva requer o esforço mútuo e simultâneo de pessoas ou grupos de pessoas visando a uma mudança social. Para que ela se efetive, é

¹- Ver a esse respeito In *Wilkinson John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção.* (1986), p. 47-50; onde discute os limites do debate clássico, mais particularmente, Chayanov e a lógica não-capitalista da exploração camponesa.

necessário que os grupos latentes encontrem-se caracterizados por um conjunto de indivíduos detentores de interesses comuns. Esses grupos latentes, geralmente, tomam consciência de seu interesse, o que redundará “normalmente” numa ação coletiva mais ou menos espontânea, no início, e progressivamente construída (Boudon & Bourricaud, 1993).

O MST é um exemplo de movimento social no campo que organiza os trabalhadores rurais de forma coletiva, a partir de dois objetivos complementares: 1:) para viabilizar a conquista da terra e logo dar um peso maior aos assentados em nível econômico; 2:) como uma forma ideológica inserida num projeto socialista que atenda aos anseios maiores do movimento de uma maneira geral, ou seja, “uma experiência que desponta como uma forma superior de organização da produção” (MST, 1997).

Nessa ótica, pela necessidade de o trabalhador rural obter resultados econômicos concretos que o viabilize como produtor ativo, o simples assentar não é o suficiente. A promoção de experiências coletivas de manejo do assentamento e da produção é proposta como uma alternativa para a preservação e a aquisição dos meios de produção (terra e máquinas), bem como a busca de uma melhor qualidade de vida.

Por outro lado, por vivenciar um contexto sócio-econômico onde cada vez mais a agricultura subordina-se ao capital, torna-se necessária uma adaptação cada vez maior em termos de tecnologia (intensificação da mecanização agrícola) e uso de capital e insumos nos assentamentos de reforma agrária.

Para Wanderley (1996), a agricultura familiar, dentro do que se convencionou chamar de sociedades modernas, tem de, necessariamente, adaptar-se a um contexto sócio-econômico próprio destas sociedades, obrigando as famílias camponesas a realizarem modificações importantes na sua forma de produzir e em sua vida social tradicional.

Este contexto econômico a que se refere a autora traduz-se na necessidade de a produção familiar adaptar-se aos novos rumos de uma agricultura moderna, mecanizada e principalmente competitiva, o que sugere união e força dos produtores e, conseqüentemente, organização.

Para o MST, lutar pela terra e conquistá-la não é o suficiente. É apenas o início de uma luta interminável em busca da sobrevivência. “A produção mercantil capitalista é a dominante e nela o pequeno produtor não é livre, embora a propriedade da terra e dos meios de produção e a direção do processo produtivo familiar lhe forneça a falsa sensação de viver sem patrão” (MST, 1993).

As mudanças ocorridas no padrão agrícola brasileiro a partir do segundo pós-guerra, a chamada modernização da agricultura², que mudou a base técnica da produção agrícola com a introdução de máquinas e insumos químicos, foram responsáveis pela desarticulação da lógica tradicional camponesa (Kageyama et alii, 1987) e pelas novas maneiras de produzir, criando, dessa forma, necessidades que até então não faziam parte do mundo camponês.

Essa incorporação do progresso técnico propiciado pelo processo de modernização da agricultura se processou, porém, de forma espacialmente desigual. Ela foi bem mais intensa no Centro-Sul do país do que nas regiões Norte e Nordeste. Constata-se, por exemplo, essa diferença na concentração de 80,9% do número de tratores existentes no país, em 1980, nas regiões Sul e Sudeste contra 7,4%, no Norte e Nordeste (Moreira & Targino, 1997).

Na Paraíba, o processo de modernização foi bem mais modesto comparado com o Centro-Sul. Os indicadores do ano de 1980 mostram que apenas 3,8% dos estabelecimentos agropecuários utilizavam adubos químicos.

²- Ver, sobre esse assunto, Kageyama, Angela *et alii*. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. 1987 (mimeo). Ou ainda Brum, Argemiro. A modernização da agricultura: o binômio trigo/soja. Ijuí, 1985.

Todavia, quando comparados aos valores existentes em 1970, eles deixam transparecer, em nível estadual, um movimento ascendente representado, sobretudo, pela intensificação da utilização de processos mecânicos e de insumos químicos. Esse movimento pode ser constatado pelo “crescimento observado no número de tratores existentes. Esses passaram de 822 em 1970, para 3.109 em 1980, o que significou um aumento de 2.287 unidades, correspondente a um crescimento relativo de 278,2%” (MOREIRA & TARGINO, 1997:199).

Garcia Jr. (1989) realça esta mudança na base técnica da produção, evidenciando a acumulação de novos meios de produção na agricultura paraibana na década de setenta, nas tradicionais “casas de farinha”.

Um processo semelhante pode ser observado na recente substituição das casas de farinha a braço por casas de farinha a motor... Note-se que o motor vem poupar trabalho na tarefa que mais exigia esforço na casa de farinha a braço, que era cevar a mandioca. Contudo, antes podia-se pagar trabalhador, dois normalmente, para mover a grande roda que aciona o rodete que ceva a mandioca através de uma polia. Agora, o motor é sempre operado pelo dono da casa de farinha ou por um filho seu (GARCIA Jr., 1989:146).

Essas mudanças vão ocasionar uma imposição própria na forma de produzir, que deixa de obedecer àquela lógica tradicional camponesa, onde a família determina o ritmo da produção de acordo com suas necessidades, para obedecer ao comando de instâncias externas à unidade produtiva, que se vê compelida a adotá-las sob a pena de não sobreviver no mercado.

Dessa forma, os trabalhadores rurais são obrigados a colocarem-se face a uma nova interlocução dentro do contexto produtivo: saindo de um mundo cultural próprio para estabelecer um “diálogo” com as novas exigências de uma sociedade camponesa tecnificada e modernizante. Neste

contexto, a agricultura brasileira intensifica seu papel como fator de acumulação de capital.

Supondo-se que a agricultura sempre tenha desempenhado historicamente a função de acumulação de capital, acontece que o modo como ela agora o faz está mudando, pois algo como metade de seus insumos não mais provém do “laboratório natural”, mas da produção social, na qual comanda o capital industrial e financeiro (MÜLLER, 1986:37).

Em suma, as características desta nova agricultura ou deste novo padrão agrícola transformam o meio rural em potencial consumidor da indústria de bens de capital (máquinas), ao mesmo tempo em que cria uma nova dependência. Conforme Müller (1986), o trabalho agrícola se subordina ao capital, e a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em favor da terra-capital.

Em termos gerais, o desenvolvimento do capitalismo no campo, através do avanço da modernização da agricultura, alterou profundamente a organização social no meio rural. De acordo com o IBGE³, o meio rural brasileiro perdeu 5,75 milhões de trabalhadores entre 1985 e 1996. “Em onze anos, o número de trabalhadores agrícolas caiu de 23,3 milhões para 17,9 milhões, como resultado do processo de modernização da agricultura” (IBGE, 1996).

Na Paraíba não foi diferente, a redução da população rural, tanto em termos relativos quanto em termos absolutos, é tida, historicamente, como uma das consequências do desenvolvimento capitalista da agricultura.

A dominação do capital sobre a agricultura torna excedente uma parcela significativa dos trabalhadores rurais, em decorrência da elevação da composição orgânica do capital, das mudanças nas relações sociais de produção e das transformações no uso do solo requeridas pela sua metamorfose em mercadoria... Não resta dúvida

³- Censo agropecuário divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no dia 18/12/98. Fonte: Jornal *O NORTE*, João Pessoa 19/12/98 - Caderno de Economia, p.8.

de que as transformações recentes da organização agrária paraibana, circunscritas no quadro de uma “modernização conservadora” e os impactos dela decorrentes, estão na origem dos fluxos populacionais. Isto é, uma série de fatores resultantes da subordinação real da agricultura ao capital têm contribuído para a intensificação do êxodo rural (MOREIRA & TARGINO, 1997:225).

Os autores acima citados sublinham que só nos anos setenta a perda da população rural na Paraíba foi de 440 mil pessoas e que nos anos 1980 a 1991 o processo intensificador da retração desta população foi de ordem superior⁴.

O modelo capitalista de desenvolvimento da agricultura adotado pelo Brasil e que também atingiu a Paraíba desembocou num contexto onde milhares de famílias de trabalhadores rurais foram sufocadas e direcionadas à falência.

O movimento de exclusão do campo do qual grande parte dos trabalhadores rurais brasileiros foram vítimas, gerou formas de organização e anseios de transformação social que culminaram com a revitalização de “utopias” socialistas na década de 1980. A luta pela reforma agrária via ocupação de latifúndios improdutivos se mostrou como a contrapartida às opções que a realidade agrária apresentava no cenário das transformações agrícolas em andamento.

A exclusão de todo um conjunto de trabalhadores rurais do processo de modernização pelo qual passou a agricultura brasileira impossibilitou a reprodução social de pequenos agricultores familiares. Isso foi, segundo Medeiros (1989), a base da gênese do movimento de luta pela terra. De acordo com Grzybowski (1990), a origem do movimento está associada às ações de resistência e às ocupações de terras por grupos de

⁴- Sobre essa questão, ver Moreira e Targino (1997), no ponto que se refere ao crescimento recente da população rural paraibana. Os autores mostram que, em 1950, três quartos da população rural estadual residiam na área rural, enquanto que, em 1991, essa participação era da ordem de apenas 36% (p.233).

trabalhadores rurais de algum modo excluídos pelas transformações em curso na região Sul e precariamente reintegrados na produção.

Recusando a proletarização (e isto é muito importante para compreender o movimento), no campo ou na cidade, e não podendo mais reproduzir a pequena produção na fronteira agrícola (para eles Mato Grosso e Rondônia), devido aos recursos técnicos e financeiros requeridos e aos conflitos aí existentes, para os descendentes de colonos que se identificam hoje como sem-terra restou a iniciativa da luta pela terra (GRZYBOWSKI, 1990:23).

Num primeiro momento, para o MST, o lema principal era “terra não se ganha, se conquista” (uma bandeira geral pela reforma agrária); posteriormente esse objetivo transformou-se, principalmente nos anos 90, em “ocupar, resistir e produzir”. Esse segundo princípio tem possibilitado a milhares de famílias a utopia do retorno como produtor ativo no campo. A grande missão, porém, é permanecer na terra.

De acordo com Brumer, é preciso ressaltar que a conquista da terra pelos trabalhadores envolve questões adicionais.

Esses trabalhadores deixam de ser sem-terra e, mesmo que continuem vinculados ao MST e apoiados por ele, passam a ter que resolver problemas, tais como sua instalação numa nova área, obtenção de crédito, adoção de determinadas técnicas produtivas e busca de mercados para seus produtos, e a ter interesse pelos preços dos produtos a serem comercializados e dos insumos a serem adquiridos, entre outros (BRUMER, 1990:138).

Para enfrentar tais problemas, o MST, na sua lógica interna, percebeu que o modelo de modernização da agricultura brasileira priorizava o trabalho individual, comprometendo desta forma a permanência dos trabalhadores rurais na terra conquistada. Por isso, a cooperação agrícola (ou associativismo) revelou-se como um dos modelos alternativos. Para enfrentar o perigo da proletarização, o movimento passa a dar ênfase à ação coletiva.

“A cooperação agrícola é a saída para os pequenos agricultores aumentarem a produtividade do trabalho, o volume da produção e não terem que deixar o campo ou virarem mão-de-obra explorada pelos latifundiários” (MST, 1993).

É preciso salientar que, a partir do momento em que surge o MST e que a idéia da reforma agrária passa a adquirir certo grau de possibilidade de concretização, a proposta do associativismo busca enfrentar os fracassos dos programas de reforma agrária que até então excluía os assentados das políticas agrícolas e sociais. Surge daí a necessidade de procurar formas associadas e cooperativas para viabilizar o trabalho de cada um. São diversas as soluções encontradas como também são complexas as formas de associativismo nos assentamentos do país.

Entre o modelo mais individual familiar e o totalmente coletivizado existem, todavia, graduações e inúmeras combinações específicas. A solução encontrada por alguns assentados pode ser algo “semicoletivo”, com a socialização, por exemplo, da compra e do uso de máquinas, equipamentos e insumos, ficando seu emprego sob os cuidados de cada família separadamente, em seu respectivo lote. Em outros casos, a força de trabalho do conjunto das famílias é utilizada para algumas fases do processo produtivo, normalmente atividades que são comuns a todas elas, como o preparo do solo, a adubação e a colheita, enquanto os tratos da cultura no lote e seus resultados econômicos ficam por conta de cada família. A comercialização e o transporte podem também ser realizados de forma unificada (BERGAMASCO & NORDER, 1996:57).

Segundo Carvalho (1998), cada assentamento apresenta variações significativas nas formas de associativismo vivenciadas pelas famílias de trabalhadores rurais. A cada conjuntura, em cada contexto, diferentes fatores, tanto de ordem objetiva como subjetiva, determinam o grau de intensidade da participação das pessoas em cada um dos diversos planos sociais da sua existência. Portanto, conclui o autor, não é possível estabelecerem-se simetrias entre formas de associativismo e as motivações

que, em cada lugar e tempo, conduziram, consensuada ou constrangidamente, as pessoas a associarem-se.

Os processos de participação e de organização sociais consensuadas e constrangidas foram definidas pelo autor acima citado como:

1) Consensuadas: aquelas nos quais as pessoas diretamente envolvidas colocam-se como sujeitos do seu que-fazer, do pensar e transformar o mundo que vivenciam, tanto perante as demais pessoas e organizações da sociedade civil como perante as pessoas e os organismos governamentais, amplo senso;

2) Constrangidas: são resultados de uma dinâmica social em que as pessoas diretamente interessadas encontram-se em situação econômica, política e ideológica de subalternidade, sem possibilidades conjunturais de negarem sua presença (participação) em reuniões convocadas por terceiros, ou negarem as induções para associarem-se (organização). Com relação aos assentamentos, essa indução constrangedora parte preponderantemente dos organismos governamentais.

Essa idéia socialista de juntar esforços para produzir, que permeia as cartilhas do MST, é inspirada principalmente pelo pensamento de Engels, que, no final do século passado, já apontava como missão dos socialistas a orientação da produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo camponês.

Num contexto pouco comparável, Engels achava que o dever dos revolucionários era mostrar aos camponeses, constante e incansavelmente, que enquanto o capitalismo dominar, sua situação continuará a ser absolutamente desesperadora e que, contra essa decadência, só havia uma indicação: a reunião dessas economias em fazendas cooperativas.

Convencer os camponeses da absoluta impossibilidade de conservar sua propriedade parcelar... infundir-lhes a certeza absoluta de que a produção capitalista passará por cima de sua antiquada e impotente pequena exploração, da mesma forma que um trem passa por cima de um pequeno carro de mão” (ENGELS, 1985:239-241).

Dessa forma, de encontro com essa idéia, o MST considera que a cooperação agrícola nos moldes socialistas, contempla-se como a única possibilidade de evitar que a propriedade parcelar seja condenada ao desaparecimento. Para o movimento, “a cooperação agrícola é o jeito de juntar ou somar esforços de cada agricultor individual, para fazer as coisas em conjunto. Comprar ferramentas, junta de bois, comprar máquinas e até chegar ao ponto de ter a terra em conjunto”(MST, 1993).

Sendo assim, para o MST, quanto mais coisas se fizerem em conjunto, mais rapidamente as famílias assentadas atingirão um progresso satisfatório em termos econômicos e sociais. Porém a realidade tem se mostrado um pouco apática a essa idéia do movimento. A grande maioria dos trabalhadores rurais que vivem nos assentamentos não tem essa mesma concepção “idealista”.

A necessidade de cooperar aparece para os assentados como uma imposição das necessidades da vida. E isto é bem diferente da imposição de um modelo exageradamente coletivista.

Esta utopia socialista do MST de coletivização das terras e da produção ultrapassa as formas de composição da agricultura familiar, representando uma negação desta própria agricultura e do campesinato. Teoricamente representa um fracasso histórico da coletivização contra a lógica dos camponeses.

A tarefa de trabalhar juntos, de coletivizar os meios de produção e outras demandas coletivas nem sempre é aceita e colocada em prática pela maioria dos assentados. Isso porque o MST, que atua como representante

principal das demandas dos assentados, não abrange como tal a totalidade destes, em função de sua pequena estrutura e de posições ideológicas que nem sempre condizem com a heterogeneidade da população assentada (Kleba, 1994).

Se a orientação para a ação coletiva nos assentamentos pode ser apontada por estudiosos do MST (por exemplo, Cardoso, 1994), como uma questão acertada, nem todos a seguem. Como problema maior para a organização coletiva, podemos citar a própria ideologia artesanal do camponês, qual seja, o jeito de trabalhar sozinho, de tomar decisões sozinho, de não precisar prestar contas de seu trabalho para ninguém, de definir seu próprio horário. Quer dizer, uma coisa é aquilo que é trazido pelo MST até os trabalhadores rurais, outra é a ideologia camponesa inserida num contexto cultural e histórico determinado.

BOXE Nº 1

Características da sociedade camponesa

A agricultura camponesa é considerada uma forma particular da agricultura familiar. Trata-se efetivamente, de uma agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre uma relação família-produção-trabalho, no entanto tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito à forma de produzir, aos objetivos da atividade econômica e às experiências de sociabilidade.

É um sistema que funciona na estreita associação entre a unidade de produção e a família, de que resulta a interdependência entre organização da produção e as necessidades do consumo do grupo doméstico.

Um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendidos na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a

ser transmitido a geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência.

No que se refere à vida social, a agricultura camponesa é profundamente inserida em um território, lugar de vida e de trabalho, onde se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco.

As principais características das sociedades camponesas, segundo Henri Mendras são:

- uma relativa autonomia face à sociedade global;
- a importância estrutural dos grupos domésticos;
- sistema econômico de relativa autarquia;
- sociedade de interconhecimentos;
- função decisiva dos mediadores entre sociedade local e a sociedade global.

Fonte : Wandeley (1996)

Para o MST, resta a tarefa de trabalhar essa ideologia, assegurando a consecução de sua proposta em níveis concretos, como, por exemplo, criando grupos coletivos onde os resultados econômicos possam ser satisfatórios (como no caso dos assentamentos no Sul do Brasil). De outra forma, a ação coletiva não representa uma alternativa significativa para as diversas famílias de trabalhadores rurais assentadas. Não é o caso de subestimar a proposta de cooperação agrícola do MST, pois, frente à precariedade, essa tem se mostrado como alternativa concreta e imediata. Pois onde essas iniciativas foram implantadas, em sua grande maioria, geraram rendas maiores para seus beneficiários do que aquelas que optaram pelo trabalho individual (Zamberlam & Florão, 1989).

Além disso, como sublinha Zamberlam (1994), os grupos de trabalho coletivo “têm envidado esforços numa discussão interna para redescobrir o verdadeiro sentido do trabalho: humanizador, necessário, criador de novas relações entre as pessoas, e destas com a natureza, através do qual é possível modificar, construir, com prazer, a realidade” (ZAMBERLAM, 1994:131).

Sabemos, segundo Abramovay (1994), que os assentamentos do Nordeste, sob vários aspectos, mostram situação mais precária do que os de outras regiões. A fertilidade dos solos é menor, os problemas com água são uma constante, e os assentados dependem muito da venda da força de trabalho para sobreviver. Porém a precariedade tende a ser maior quando existe um isolamento entre as próprias famílias assentadas, ou seja, quando inexistente qualquer forma de ação coletiva.

Outra questão importante diz respeito à própria agenda de demandas e de ações que o MST tem colocado em prática em todo o país. Como é um movimento nacional, tende a efetuar suas diretrizes dentro de um contexto generalizável de ações. Isto tem provocado diversos problemas, pois nossas realidades regionais são díspares. O que pode ser eficaz no Sul, muitas vezes, não corresponde em mesmo grau de sucesso em outras regiões. Navarro (1997) salienta que essa orientação é, no mínimo, problemática, e que o argumento não exige extensa teorização para comprová-lo, pois é de conhecimento de todos a enorme diversidade social, cultural e econômica do país.

Um conjunto de reivindicações, ao assumirem sua concretude regional, portanto, tornam-se “bandeiras nacionais” ineficazes em prazos maiores, e o MST necessita, com urgência, propor não apenas uma agenda nova de demandas, mas também de ações, que seja diferenciada, conforme as particularidades de cada região (NAVARRO, 1997:125).

Dessa forma, o sucesso da ação coletiva engendrada pelo MST só seria possível mediante o “testemunho” empírico de cada região. O movimento não poderia trair-se pela imagem. Necessitaria antes de tudo perguntar-se se a proposta adequa-se ou não às particularidades regionais. Deveria respeitar as histórias familiares dos trabalhadores rurais, entre os quais, como a experiência tem mostrado, nem todos carregam em sua gênese a ação coletiva.

Kleba (1994) enfatiza esta situação, ao colocar que:

As chances de estabilidade de grupos cooperativos nos assentamentos coordenados pelo MST correspondem aos seus graus de homogeneidade em relação a fatores como tamanho das unidades familiares (quantidade de membros que trabalham e que consomem), trajetória, experiência profissional anterior, participação ou não em ocupações, disponibilidade de bens, etc. Cabe lembrar que os assentados que participaram do processo de ocupação de terras e dos acampamentos, adquiriram uma capacidade de auto-organização e uma permeabilidade à cooperação agrícola que os demais não obtiveram (KLEBA, 1994:134-135).

O controle social exercido pelas lideranças do MST para a construção da ação coletiva tem sido importante para a consolidação do movimento. Infelizmente, ou talvez por erro de estratégia, essa idéia não tem recebido a curto prazo muitos aliados, pois os assentados na sua grande maioria não percebem e/ou não compreendem que, além da busca de resultados econômicos concretos, essa iniciativa reflete uma visão de sociedade que está em jogo. Navarro (1997) critica a estratégia do movimento, chamando este controle de “militarização da estruturação social das áreas reformadas”, visão, segundo o autor, quase nada democrática, pois fadada a criar conflitos.

Embora esta forma organizativa centrada no controle social venha produzindo resultados que, ainda assim, são melhores do que se não existisse proposta alguma de organização dos

assentados (sendo bastante eficaz em muitos casos), não parece ter maiores chances de prosperar, tão logo informações difundem-se e os agricultores “enraizam-se” no novo ambiente agrário em que o acesso à terra lhes foi facultado (NAVARRO, 1997:127).

Criando conflito ou não, o real é que o MST é um movimento que tem uma base estruturada. Suas contradições espelham os próprios desencontros que outros tantos movimentos com idéias socialistas se defrontam na construção da sociedade imaginada. Não podemos ingenuamente pensar que as lideranças do MST “enxergam” os assentados apenas como pequenos agricultores. O que está em jogo é a caminhada de sujeitos históricos rumo a uma trajetória para a mudança social. A concretização dessa idéia está nas cartilhas que o movimento prepara para suas lideranças nos diversos assentamentos. O caderno de formação nº 23, sobre o programa de reforma agrária, deixa claro essa situação, já na apresentação:

Este documento representa agora o programa agrário do MST. Representa a síntese de nossa visão sobre que tipo de reforma agrária, que tipo de transformações sociais queremos para o meio rural brasileiro. Representa nosso sonho de mudanças... Nos sentimos ainda mais motivados a conhecer melhor a realidade que nos cerca para poder transformá-la. Mas transformá-la no sentido de construir uma sociedade mais justa, igualitária e socialista. (MST, 1995:06).

Nesse sentido é que o MST, desde os anos oitenta, tem insistido em organizar coletivamente os assentados da Paraíba, em especial, no caso em estudo, o assentamento Massangana III, no intuito de constituí-los em produtores viáveis, no atual estágio em que se encontram as relações de produção no meio rural.

Além desse aspecto, a organização coletiva insere-se num contexto maior da reforma agrária, onde o significado da implementação de

propostas diferenciadas de uso e manejo do solo e convivência social se apresentam como desmistificadoras da justificativa maior da realização de assentamentos no Brasil. “Ou seja, apenas evitar o inchaço urbano, o desemprego, etc. Não é por outra razão aliás que, sob este ângulo, os assentamentos costumam ser comparados a outros programas de natureza social, como, por exemplo, a distribuição de tiquetes de leite” (ABRAMOVAY, 1994:139).

A busca de saídas e formas de integração social é o objetivo básico do movimento. Nesse sentido, os assentados têm se empenhado em organizar a cooperação. A opção se manifesta pela experiência e a situação vivida pelos trabalhadores rurais, sendo que cada família tem o direito de escolher entre a cooperação e/ou a individualização.

O MST se propõe viabilizar diversas formas de organização (ação coletiva) nos assentamentos; entre elas, podemos citar, como as mais importantes, os grupos de famílias, as associações ou grupos de máquinas, grupos de produção semi-coletivizado, grupos de produção coletivizados, cooperativas de comercialização e as CPAs — Cooperativas de Produção Agropecuária. Cada uma dessas formas é aplicada de acordo com as diversas realidades dos assentamentos (Carvalho, 1998).

Para entendermos as diversas formas de organização e compreender a aplicação das mesmas, basta nos atermos à diversidade da agricultura brasileira, às suas diferenças regionais e às diversas formas de expressão que configuram o perfil e a diferenciação do nosso campesinato. Nessa perspectiva, o problema que se impõe para este estudo pode ser formulado nestes termos: será que a proposta de ação coletiva para o assentamento Massangana III é condizente com a trajetória sócio-histórica e cultural das famílias de trabalhadores rurais assentadas ?

Nossa hipótese principal é que, nos assentamentos, predomina o comportamento individualista das famílias dos trabalhadores rurais com relação à gestão, o uso e a posse da terra. O comportamento individualista corresponde, primeiro, ao desejo de os trabalhadores rurais livrarem-se da situação de subalternidade das relações sociais de sujeição por eles anteriormente vivenciadas. Segundo, o individualismo seguiria a evolução da produção familiar inerente à trajetória histórica da agricultura brasileira. Dessa forma, os assentados tendem a produzir individualmente, não abrindo, muitas vezes, espaço para o desenvolvimento do coletivismo.

Este individualismo é caracterizado pela centralidade do patrimônio na unidade familiar.

Como hipótese complementar, afirmamos que a ação coletiva é uma construção social que nasce dos processos de aprendizagem coletiva, e não da imposição externa de normas, de modelos e regras preestabelecidas.

1.2 OBJETIVOS

A partir dessas considerações, propõe-se como objetivo geral deste trabalho: demonstrar que as formas de ação coletiva nos assentamentos estão diretamente relacionadas com a trajetória sócio-histórica e cultural das famílias de trabalhadores rurais assentadas.

Tal objetivo geral pode ser desdobrado nos seguintes objetivos específicos:

- 1) identificar e caracterizar as diversas formas e trajetórias sócio-históricas de ação coletiva existentes;
- 2) analisar os processos de construção da ação coletiva nas organizações;

3) analisar as propostas de ação coletiva do MST, tendo em vista a realidade do assentamento.

4) demonstrar que a ação coletiva é uma construção social decorrente dos processos de aprendizagem coletiva, a partir das trajetórias sociais dos indivíduos.

1.3 A JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Acreditamos ser de grande importância para as Ciências Sociais o estudo sobre alternativas de organização nos assentamentos, pois poucas são as pesquisas que tratam das formas de trabalho coletivo engendradas pelos assentados no Brasil. Como resgata GOHN (1997:155), “a própria mídia tem distorcido bastante a imagem do MST junto à sociedade, apresentando-o apenas em suas ações não legalizadas (ocupações), e deixando de apresentar os resultados das ações dos que já estão assentados, trabalhando coletivamente, por exemplo”.

Vários estudiosos do meio rural brasileiro, apontam a importância dos movimentos e ações promovidas pelos camponeses. Entre eles, José de Souza Martins ressalta que “os mais importantes acontecimentos políticos do Brasil são camponeses e, não obstante desconhecidos não só da imensa massa do povo, como também dos intelectuais”(MARTINS, 1986:25).

Esta linha de pesquisa pode ser importante também em nível regional, porque procura resgatar as experiências promovidas pelos atores sociais do campo na Paraíba, mostrando diversos modos de organização em situações novas entre as diversas categorias de trabalhadores que compõem o cenário da reforma agrária local.

Também torna-se importante pelo fato de resgatar informações sobre as evoluções de um assentamento; o que permite uma análise crítica de situações concretas e historicamente situadas.

Acreditamos que estudos desta dinâmica organizativa entre os assentamentos possibilitarão outras perspectivas de análise. Temos certeza também que tais considerações serão bem-vindas para os trabalhadores rurais, pois estes esperam da Universidade o engajamento na soma de resultados que possam contribuir para a resolução de suas dificuldades.

Para o Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural, esperamos que esta pesquisa possa abrir novos caminhos e novas iniciativas de análise dos processos de construção da ação coletiva. Também, ressaltamos a integração entre a sociedade civil organizada e a Universidade, como fato de importância fundamental, principalmente porque trará, para os meios acadêmicos, a temática da questão agrária e, mais ainda, contribuirá para a desmistificação da imagem negativa criada em torno dos trabalhadores rurais ligados ao movimento dos sem-terra⁵.

1.4 A QUESTÃO METODOLÓGICA

1.4.1 Revisão bibliográfica

Quanto às referências teóricas, realizamos primeiro uma pesquisa bibliográfica sobre a questão agrária brasileira (reforma agrária, agricultura

⁵- Como fato de importância pessoal, este estudo estará enriquecendo pelo conhecimento de experiências organizativas do MST numa região que o autor da proposta não conhecia, pois o mesmo tem como local de nascimento e moradia, o Sul do Brasil.

familiar e movimentos sociais) e sobre a ação coletiva em assentamentos⁶. Mesmo dando importância aos clássicos da questão agrária (Marx, Lênin, Kautsky e Chayanov) que analisam o espaço da pequena produção familiar no capitalismo, optamos por fazer, de acordo com Ramos (1999), uma exposição dos estudos e pesquisas sobre assentamentos rurais no Brasil a partir de trabalhos publicados em meados da década de 80 e ao longo da década de 90. Acreditamos que essa opção pode contribuir, de uma forma mais crítica e atualizada, para a análise da realidade da problemática sobre a reforma agrária no Brasil.

1.4.2 Coleta de dados

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo foram, principalmente, entrevistas com dirigentes e membros das organizações do assentamento e com mediadores do INCRA e do MST (no caso deste assentamento, o principal mediador é o agrônomo). Foram realizadas várias reuniões e conversas com lideranças do MST na Paraíba.

Nossas unidades de observação foram centradas nas organizações existentes no assentamento: a associação, a cooperativa e as famílias individualizadas. Em termos de amostragem, foram escolhidas aleatoriamente 21 famílias de um total de 131, sendo 11 da associação (esta possui o maior número de famílias sócias, num total de 100), 7 da cooperativa (esta possui 24 famílias sócias) e 3 famílias individualizadas, num total de 7. É importante

⁶- Sobre a ação coletiva em assentamentos, encontramos poucos estudos sobre a temática, isto tanto em nível

salientar que o enfoque da pesquisa está centrado nas organizações formais existentes no assentamento (lê-se Associação e Cooperativa).

A estratificação da amostra se deu de acordo com o tipo de organização existente no assentamento, diferenciando lideranças, sócios e técnico na realização das entrevistas.

Para a realização das entrevistas, bem como para a verificação de algumas informações complementares que ficaram pendentes nas primeiras visitas ao assentamento, fomos ao todo em torno de 20 vezes até Massangana III, entre outubro de 1998 e setembro de 1999. Utilizamos a entrevista semi-estruturada como recurso metodológico tendo em vista o alto índice de analfabetismo no assentamento, e porque “possibilita registrar observações sobre a aparência, sobre o comportamento e sobre as atitudes do entrevistado” (CERVO & BERVIAN, 1978:106).

Algumas dificuldades encontradas nas entrevistas foram marcantes nesse processo de investigação. Poderíamos elencá-las da seguinte forma:

- a) o nervosismo decorrente da fala diante do gravador;
- b) algumas crianças choravam e gritavam durante algumas entrevistas, bem como alguns animais como galinhas adentravam nas casas, obrigando o entrevistado a interromper a entrevista tocando os animais para fora de casa;
- c) a preocupação de alguns entrevistados com o destino das falas e com o medo de comprometer-se.

Devido a esses fatores, procurou-se, sem o uso do gravador, esclarecer com alguns entrevistados o que havia de conflitante.

1.4.3 Análise e tratamento da informação

Para analisar a origem e a trajetória sócio-histórica e cultural dos assentados, consideramos os critérios mais significativos entre os diversos itens do roteiro de entrevista. A nossa grade de análise contemplou mais especificamente:

- A situação anterior ao assentamento (escolarização, experiência profissional e familiar);
- A trajetória de luta ou militância (experiência de organização ou de responsabilidade);
- Os bens possuídos antes e depois do assentamento;
- A opinião sobre as diferentes estratégias das organizações.

Para analisar os processos de construção da ação coletiva, adaptamos a matriz seguinte, a partir de Ostrom (1992) e Sabourin (1999). Primeiro caracteriza-se a expressão dos interesses individuais e da aprendizagem coletiva. Consideramos a expressão dos interesses individuais dos assentados e as suas representações das organizações e dos bens coletivos.

Segundo, identificam-se as diversas formas de delegação de poder e de responsabilidades. Diferenciamos em particular o papel das tutelas externas (INCRA e MST), dos mediadores (MST) e as formas de delegação de poder aos dirigentes do assentamento (eleitos ou cooptados).

Finalmente, analisa-se a capacidade de formular novas regras, quer dizer, a passagem da decisão coletiva para a aplicação das regras comuns.

2 ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E ORGANIZAÇÕES DOS PRODUTORES

2.1 OS DADOS DA REFORMA AGRÁRIA

Existe uma relativa falta de dados seguros e confiáveis sobre a reforma agrária no Brasil. Um exemplo disso são os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e os diversos cadastramentos fundiários realizados pelo INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Schmidt et alii, 1998).

Dentre as múltiplas consequências das contradições entre os dados apresentados por diversas fontes, está a falta de reconhecimento da diversidade dos padrões regionais que distinguem o mundo rural brasileiro. Também os levantamentos não levam sempre em conta as transformações que a sociedade brasileira sofreu nas últimas três décadas, principalmente em relação à importância da saída do homem do campo, à evolução da atividade agropecuária, ao êxodo rural e aos fenômenos de centralização das terras.

A controvérsia sobre o número efetivo de famílias assentadas sempre representou um debate vazio devido à ausência de informações objetivas e atualizadas ou à falta de critérios unificados. Tanto o governo, como os representantes das organizações dos movimentos sociais, vêm

apresentando dados discrepantes sobre o assunto, principalmente sobre as famílias efetivamente assentadas e suas condições reais de vida (Schmidt et alii, 1998:13-14). Leite e Medeiros ressaltam essa idéia dizendo que, “atualmente, até os dados sobre famílias assentadas são imprecisos, como reconhece o próprio INCRA e como comprovam as recorrentes polêmicas, ressaltadas em diversos momentos pelos meios de comunicação, entre esse organismo e o MST” (LEITE & MEDEIROS, 1997:02).

De um lado, o governo, através do INCRA, mostra dados defasados. De outro, as organizações que lutam em defesa dos assentados, muitas vezes sem um controle efetivo dos assentamentos, apresentam variações nos seus dados que levam, muitas vezes, a confundir o cenário real da reforma agrária. Note-se, por exemplo, que os dados do último censo realizado pelo INCRA (1996), sobre os assentamentos, revelam que teríamos 331.740 famílias assentadas em 1.711 projetos. Esse número é diferente do estudo feito pelas universidades brasileiras em 1996 e 1997 (Schmidt et alii, 1998). O censo apresentado no livro *Os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil* revela que existem 327.976 famílias assentadas em 1.647 projetos⁷.

2.2 O RETRATO DA REFORMA AGRÁRIA

Independente dos dados e das quantidades, a luta pela terra é secular no Brasil. Porém a forma do assentamento surge como uma resposta

⁷ - Dados da reforma agrária do 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil realizado por uma equipe de 45 professores pesquisadores e 1800 estudantes entrevistadores em 29 universidades, executado pela UnB entre outubro de 1996 e julho de 1997. Do resultado desta pesquisa coordenada pela Universidade de Brasília, resultou no livro *Os Assentamentos de reforma Agrária no Brasil*, tendo como organizadores Benício Viero Schmidt, Danilo Nolasco C. Marinho e Sueli L. Couto Rosa. Editora da UnB, 1998.

recente do Estado às ocupações pelos trabalhadores que foram expulsos de suas terras ou se tornaram desempregados.

Em termos de ocupação, os assentamentos existem em todo o Brasil, concentrando-se mais no Nordeste e nos Estados do Sul. Cada um agrupa, em média, de 10 a 100 famílias e têm idade que variam de 15 anos a alguns meses (GOHN, 1997).

Os assentamentos representam um exemplo de política estatal definida pelo jogo das forças sociais, dos interesses e relações de poder das classes envolvidas. Nesse processo, “o programa de assentamentos idealizado pelo Estado não corresponde com frequência ao que é posto em prática, nem implica no atendimento às necessidades de reprodução social dos assentados” (FERRANTE, 1998:63).

Nesse sentido, conforme Neves (1997), o programa de assentamento se baseia numa concepção de mudança do comportamento dos supostos beneficiários ou na construção orientada dos assentados. Também altera os padrões de sociabilidade e de formas de organização política, em que o associativismo aparece como fim em si mesmo ou como forma privilegiada. Existe uma substituição dos paradigmas do saber prático e incorporação de técnicas viabilizadas em parte pelo uso do crédito subsidiado, fazendo com que o assentado seja pensado como agente em mutação que deve encontrar novos parâmetros de estruturação social.

O assentado socialmente é concebido como um sem raiz, ser ambíguo que se socializa num mundo em transformação ou de conversão, cujas marcas mais delêveis derivam dos objetivos do processo e da legislação. Por ser uma construção intelectual qualificada pela modelagem e ressocialização, o assentado é forjado como um modo geral de ser (NEVES, 1997:75).

Nesse processo, no campo das disputas, a relação entre trabalhadores rurais e o Estado é tensa e movediça. De acordo com Ferrante (1997):

Por trás dos princípios anunciados no discurso competente — racionalidade, objetividade, participação, produtividade e eficácia — podemos acompanhar a intervenção do Estado e sua falta de vontade política em construir efetivamente um projeto para os assentamentos, no qual os assentados fossem respeitados em seus direitos e reivindicações” (FERRANTE, 1997:63).

Esses aspectos fazem dos assentamentos um verdadeiro laboratório para observação privilegiada de múltiplas experiências. Conforme Leite & Medeiros (1997), simplesmente querer identificar os assentamentos por suas características formais, ao modo de produção camponês, implica o risco de perder de vista os processos de conflito, geração de utopias, peculiaridades da ação governamental, etc, que os caracterizam.

Os assentamentos rurais contribuem para uma nova forma de realizar a reforma agrária no país.

Eles representam, no contexto da vida sócio-econômica e política do Brasil, uma ação concreta de colocar em prática a legislação que proíbe a presença de terras improdutivas, vista a multidão de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca, vivendo em condições subumanas, seja no campo como moradores e posseiros, seja nas pontas de ruas, engrossando os cinturões de miséria urbana” (Da SILVA & MOREIRA, 1997:19).

Nesse sentido, os assentamentos rurais estão marcando a história do campo brasileiro, desde os anos 70. Bergamasco & Norder (1996) classificam-os da seguinte forma:

Projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão de fronteiras; reassentamento de populações atingidas por

barragens de usinas hidrelétricas; planos estaduais de valorização terras públicas e de regularização possessória; programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da Terra (de 1964), parcialmente implementado a partir de 1986 sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária, iniciado no Governo Sarney e a criação de reservas extrativistas para seringueiros da região Amazonas e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis (BERGAMASCO & NORDER, 1996:8-9).

2.3 OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE ASSENTAMENTO

Estima-se que, apesar de enfrentarem as vicissitudes impostas pela situação econômica do país, “os assentamentos onde foram implantados geraram rendas maiores para seus beneficiários do que aquelas geradas em atividades equivalentes em outras formas de exploração na mesma área” (PALMEIRA, 1994:08). O relatório da FAO que apresenta um levantamento da situação sócio-econômica dos beneficiários da reforma agrária apontou, como conclusões gerais, que o programa de assentamento de populações rurais de baixa renda nas áreas desapropriadas pelo INCRA revelou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo.

Apesar das limitações dos assentamentos em termos de infra-estrutura social e econômica, a pesquisa mostrou que os beneficiários da distribuição de terras geraram em média uma renda mensal por família equivalente a 3,70 salários mínimos por família, valor este, superior à média de renda passível de ser obtida por qualquer categoria de trabalhadores rurais no campo (ROMEIRO et alii, 1994:65)

Outras considerações foram apresentadas pela referida pesquisa. Mas deve ser citada a relevância da promoção dos assentamentos, quando se

refere a um organismo de tamanha expressão como a FAO/ONU. Estas conclusões da FAO reforçam ainda mais a necessidade e legitimidade da reforma agrária como medida de extrema importância para a superação da pobreza social e econômica que atravessa o país, principalmente na década de 90.

Apesar da notoriedade alcançada pelos assentamentos, o debate em torno dessa política só ganhou importância a partir da metade da década de 80, década em que se expande o número dessas experiências, resultantes da pressão exercida pela luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra. Na realidade, a reforma agrária só assumiu importância para o país quando os agentes necessitados criaram suas próprias organizações e seus próprios mecanismos de pressão frente à ineficácia estatal para resolver o problema.

A reforma agrária via criação de projetos de assentamentos só passou a existir mediante a organização do movimento dos agricultores sem terra. Ainda assim, de acordo com Garcia Jr. et alii (1997), poucos estudos levam tais processos na devida conta, como se o dispositivo legal de criação de um assentamento fosse um ato de caráter mágico, com a capacidade de produzir, sobre um espaço delimitado e um grupo de indivíduos, uma realidade definitivamente nova, sem passado. É como se os assentamentos surgissem de uma tábula rasa, de um ato instituidor original desconcebido de sucessivos movimentos, ações e conflitos que estão na sua gênese e que lhe imprimiram determinada configuração.

A trajetória dos assentamentos e dos assentados não se insere dentro de uma proposta política governamental completa de reforma agrária como política agrícola, etc, mas de uma política que apenas tem por eixos evitar tensões sociais, a fim de não realizar transformações significativas na estrutura agrária do país. Assim, é fácil compreender o porquê de as

desapropriações não serem acompanhadas de um plano prévio, com apoio financeiro, sanitário e educacional consistente. “As intervenções fundiárias quando acontecem, são antes de mais nada pontuais, dispersas, desarticuladas, seguindo muito mais a lógica da possibilidade de obtenção de terras, segundo a gravidade dos conflitos existentes e/ou a importância e capacidade de se valer dos interesses envolvidos” (LEITE & MEDEIROS, 1997:04).

Esses fatos, no entanto, não impediram que os assentamentos apresentassem resultados bastante significativos. Num plano mais geral, como indica NEVES (1995:202), citada por Leite & Medeiros (1997), “o reconhecimento econômico e político do assentado demonstra que a vitória no jogo de concorrência pela aplicação da política de reforma agrária é de quem nele se empenha e procura fazer crer seus efeitos; é de quem politicamente é capaz de relativizar a distância entre as intenções e as realizações”.

Diversos assentamentos já são reconhecidos por esses aspectos, basta ver os resultados da pesquisa da FAO, que demonstra que não só geraram empregos, como também aumentaram o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional, alterando muitas vezes as próprias relações de poder local.

Apesar de sobreviverem com dificuldades, em algumas regiões menos, em outras mais, o que existe de fato é uma falta de projetos de apoio para o desenvolvimento dos assentamentos.

O Estado legaliza a desapropriação de área de terra, mas sem investir nela o capital necessário, dentro de um planejamento a longo prazo, o que põe efetivamente em risco as perspectivas da produção/produtividade... Cabe acrescentar que a priorização de investimentos por parte do Estado nas áreas de assentamento é uma seqüência de equívocos, as agrovilas são um exemplo...”
(BERGAMASCO & FERRANTE, 1998:203).

A omissão pública nas condições de reprodução das unidades sócio-econômicas, nos assentamentos, reforça o caráter que este mesmo Estado tem dado à questão agrária, ou seja, de fazer reforma agrária somente com a pressão dos movimentos e sem um compromisso verdadeiro de mudar a estrutura fundiária do país. Grzybowski reconhece que os movimentos sociais do campo abrem e constroem alternativas, mas que por si sós se têm revelado incapazes de mudar o Estado. O que acontece, diz o autor é que, “além de movimentos que andam de costas para o estado tentando fazer os seus caminhos, há um Estado de costas para os movimentos, que condiciona os caminhos possíveis” (GRZYBOWSKI, 1990:88).

Não há dúvida de que o resultado, tanto social como econômico, nos assentamentos é defensável de norte a sul do país. São inúmeros os exemplos e são diversas as pesquisas que mostram a viabilidade (com a ajuda do Estado) da reforma agrária. Görgen (1996) diz que em alguns assentamentos a produção está acima dos melhores índices do país, e em todas as regiões está acima da média. “Um exemplo é a fazenda Branca aqui no Rio Grande do Sul, hoje assentamento Farroupilha: nos 2.605 hectares, tinha só 600 cabeças de gado. Só quatro pessoas trabalhando. Hoje, tem 112 famílias, 550 pessoas, produção de 36 mil sacas de milho, 4 mil sacas de feijão e 1500 cabeças de gado... então não dá para comparar” (GÖRGEN, 1996:11).

Esses resultados pelo país a fora estão obrigando os latifundiários e o Estado a mudar seu discurso. Uma coisa é certa, assentar não é o suficiente. Solucionar o problema do acesso à terra é apenas uma parte desta longa trajetória espinhosa que os assentados terão que enfrentar para se manterem como produtores ativos no mercado. Castro (1992), um dos autores da pesquisa do BNDES sobre assentamentos de reforma agrária, coloca a

necessidade de políticas voltadas especificamente para o setor, bem como o estímulo às formas coletivas de organização da produção.

ABRAMOVAY & CARVALHO FILHO (1994:48) dizem que os assentamentos representam uma forma de integrar os pobres rurais à vida econômica nacional e que: “trata-se de um meio não só de atenuar provisoriamente as condições de pobreza, mas de possibilitar a geração permanente de uma renda pela qual o trabalhador esteja inserido na produção e circulação nacional de bens enquanto produtor e consumidor”.

Nesse sentido, esses autores afirmam que a batalha de argumentos em torno da reforma agrária ganha uma dimensão que ultrapassa em muito aqueles que estão envolvidos na luta pela terra nos assentamentos e nos acampamentos. Trata-se de saber se os movimentos sociais no campo serão capazes de persuadir a sociedade brasileira de que a agricultura familiar pode ser um caminho para a articulação entre prosperidade econômica e distribuição de renda.

Ou melhor, trata-se de visualizar, na organização proposta pelo movimento, quais as possíveis saídas que este tem forjado para que o processo de assentamentos não retroceda a um nível de proletarização semelhante em que as famílias se encontravam antes de serem assentadas.

Esse enfoque será o objetivo de análise da parte 2.5, tendo em vista o papel fundamental que o MST tem desempenhado na organização dos assentamentos, bem como as formas criadas por este diante da realidade das transformações resultantes do processo de modernização que intensificou a expropriação e exploração dos trabalhadores rurais.

Para o desenvolvimento do nosso trabalho, torna-se importante examinarmos o que os estudos recentes trazem como elementos sobre as saídas

para a pequena produção nos assentamentos e qual o objetivo da reforma agrária nesse contexto.

2.4 O DEBATE AGRICULTURA FAMILIAR X AGRICULTURA EMPRESARIAL

Segundo Fernandes (1996), o MST nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra as políticas de desenvolvimento agropecuário (a modernização da agricultura) instauradas durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação dos pequenos agricultores e contra a exploração do capitalismo no campo.

A exploração capitalista, segundo a mística incorporada ao Movimento Sem-Terra no seu surgimento, é condenada porque a terra do qual o capital se apropria adquire apenas as características de negócio para gerar novos lucros, por isso deve-se valorizar a terra de trabalho que é aquela possuída por quem nela trabalha (Brumer, 1990). Grzybowski (1990) denotou nessa estratégia uma contradição, porque a luta pela terra como luta contra o negócio, tese defendida pelos setores da Igreja que apóiam o movimento, nada mais é do que uma reintegração na estrutura e no negócio. O mais importante, e aí Grzybowski deixou uma lacuna em aberto, é como pode se dar esta reintegração e que opções o MST teria a ofertar para os assentados.

A exploração capitalista nas relações sociais de produção na agricultura é fato considerado como consenso. Segundo Stédile (1994), pode-se divergir e pesquisar sobre a natureza e as diferenciações existentes desse desenvolvimento, mas o que importa é debater qual a natureza da reforma agrária. Se há a necessidade de realizá-la, ou se os trabalhadores precisam e devem lutar por outro tipo de mudança na agricultura.

Nesse debate sobre a natureza da reforma agrária, a agricultura familiar ganha um destaque de extrema importância. Pois questiona-se principalmente qual é o seu papel na produção total de alimentos e quais as tendências de sobrevivência da mesma na atual fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro⁸.

Nessa discussão, segundo Abramovay (1995):

No movimento dos trabalhadores rurais, incluindo aí o MST, houve um processo de modernização do discurso, das propostas e da maneira de se apresentar para a sociedade. Neste sentido, a mística da terra, anteriormente adotada pelo movimento desaparece e passa a ser substituída por discussões sobre política agrícola, Mercosul, situação de cada produto, cadeias agroalimentares, cooperativas de crédito e assim por diante (ABRAMOVAY, 1995:5-6).

Estudar as organizações existentes no assentamento Massangana III é interagir nesse debate, procurando as contribuições de cada análise para ajudar na leitura do assentamento. Nesse sentido, os trabalhos de Graziano da Silva (1994) e de Abramovay (1994) e Veiga (1994) nos dão a medida da importância social e econômica da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento rural no Brasil.

Graziano da Silva (1994) defende que a pequena produção familiar perde o seu papel produtivo porque uma série de produtos de consumo típico da população brasileira vem caindo rapidamente ao longo do tempo. “O brasileiro come macarrão, sardinha, ovo, ou seja, come produtos das agroindústrias, não come mais nada in natura”. Nesse sentido, o autor

⁸ - Sobre essa discussão, ver o texto de Jacob Gorender intitulado “Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro”. In: *A Questão Agrária Hoje*. Coordenação de João Pedro Stédile (1994).

compreende que a luta pela terra não é uma questão principal, e sim o que ele chamaria de luta contra a lumpenização.

Os camponeses que são expulsos de suas terras vêm morar nas favelas, debaixo das pontes, etc. Há um processo de lumpenização, de degradação desse campesinato hoje expulso das suas terras. Me parece, estancar essa sangria, estancar esse êxodo rural-urbano é o desafio maior desse momento; me parece também que a luta pela terra não é o único caminho, nem o caminho mais viável para fazer isso nos anos 80. Temos que buscar outros caminhos, é um pouco esse desafio de como evitar a lumpenização do campesinato nos anos 80 que se coloca como fundamental (GRAZIANO da SILVA, 1994:143).

Na análise de Graziano da Silva (1994), a reforma agrária poderia contribuir em termos sociais para diminuir esses problemas, mas não teria sentido justificá-la como necessária para aumentar a produção de alimentos, pois o processo de modernização da agricultura cumpriu este papel sem mexer na estrutura agrária. “Se houver reforma agrária ela será feita pela luta dos trabalhadores, não mais por uma necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista” (SILVA, 1994:142).

Ricardo Abramovay (1994) e José Eli da Veiga (1994), ao contrário de Graziano da Silva, defendem que a forma familiar de produção na agricultura foi fortalecida pelo desenvolvimento do capitalismo nos países do Primeiro Mundo no século XX. Nestes países, a base social do desenvolvimento agrícola foi a unidade familiar de produção. Isso porque precisavam garantir comida farta e barata para uma crescente população urbana. Com base na experiência histórica desses países, segundo Veiga (1994):

Deve-se pensar que a passagem da economia brasileira para uma fase socialmente articulada de desenvolvimento dificilmente poderá prescindir de um conjunto de políticas

públicas que venha fortalecer, aqui também, a agricultura familiar. É esse objetivo estratégico que dá sentido econômico à reforma agrária” (VEIGA, 1994:91).

Ao contrário dos estudiosos que viam a pequena produção familiar com um peso econômico cada vez menor, ou até condenada ao desaparecimento, Abramovay (1995:04) diz que, “longe de ser uma forma social condenada pela história, a agricultura familiar pode ser a base do desenvolvimento agrícola”. Para esse autor, a participação da pequena produção familiar na economia é perfeitamente possível, mesmo tendo em vista o domínio da lógica capitalista.

Para Abramovay, os autores que deixaram de lado a pequena produção para ater-se aos estudos do complexo agroindustrial como unidade analítica fundamental, dando um peso de pouca importância à própria agricultura, não pensaram em políticas de redistribuição de renda tendo como base essa mesma agricultura. Ao mesmo tempo, deixaram de lado os estudos de economia agrícola, sociologia rural, etc, para estudar apenas a economia política do complexo agro-industrial.

No caso dos assentamentos, isto significa que precisa de uma reforma agrária sustentável cuja diretriz central seja o fomento e o apoio à agricultura familiar, para que se possa garantir uma função produtiva a partir da agricultura, e não apenas transformá-la em apêndice do capital industrial que apenas a vê como um potencial consumidor de seus produtos.

Decorre dessa discussão a opção que terão que fazer os movimentos sociais em torno do fortalecimento da agricultura familiar. A nosso ver, até o momento, a direção do MST não tem mostrado uma clara opção por esse tipo de iniciativa. Fala-se muito de cooperativas para criar agroindústrias nos assentamentos como o modelo ideal da reforma agrária. Os próprios dirigentes, apesar de mostrarem que não querem um modelo

agroindustrial vinculado ao atual, dominado por grandes monopólios nacionais, são enfáticos em dizer que “a reforma agrária tem que estar associada à agroindústria” (STÉDILE, 1996:197).

Talvez o discurso das lideranças do MST esteja preso à realidade regional do Sul e à opção para a formação de pequenas agroindústrias nos assentamentos. No Nordeste, os assentamentos encontram-se em situação de grande pobreza, como confirma Abramovay (1995). Tanto é que, quando o movimento aponta dados sobre o assunto, a referência sempre é a região Sul e a Sudeste. Não estamos criticando a agroindustrialização nos assentamentos. Achamos, porém, que a agricultura familiar não é algo presente nas agendas do movimento e que, de acordo com Abramovay (1995), o MST não está ainda situado nas regiões onde sua ação pode produzir resultados sociais mais significativos para o Brasil.

O peso demográfico da população rural no Nordeste transforma a agricultura familiar no elemento central de qualquer estratégia em que a luta contra a pobreza passe pela ampliação das possibilidades de participação das populações hoje em situação de miséria na economia de mercado. Neste sentido, especialmente no Nordeste, é impossível separar valorização da agricultura familiar e reforma agrária (ABRAMOVAY, 1995:08).

O movimento, ao romper com sua mística que lhe deu origem, que previa um modelo baseado numa dimensão mais solidária vinculada à cooperação de subsistência, criou um modelo de cooperativismo mais produtivista e empresarial, as CPAs (Giacobbo, 1994), “que representa uma ruptura completa com as bases familiares de produção agropecuária. Note-se que a CPA é considerada uma empresa na qual não existe uma “família” incorporada ao projeto, mas “indivíduos” possuidores de quotas-parte” (BERGAMASCO & NORDER, 1996b:04).

Nesse modelo econômico proposto, está implícita ideologicamente a visão socialista do Movimento Sem Terra que se traduz no que os autores chamam de uma aproximação à noção Kautskiana da superioridade técnica do grande empreendimento agropecuário. Segundo essa noção, os trabalhadores rurais deveriam igualmente organizar sua produção em grande escala, em grandes unidades produtivas, mas em padrões cooperativos de participação social (Bergamasco & Norder, 1996).

A questão é como gerenciar essas empresas coletivas? E como administrar as diferenças culturais entre regiões e entre os próprios assentados? Seria possível, nesse mosaico cultural que é o Brasil, massificar a cooperação?

Neste sentido, é expressiva a avaliação de Navarro sobre uma CPA no Rio Grande do Sul. Segundo o autor, o(s) pressuposto(s) nos quais se sustenta uma CPA é/são questionáveis:

Manter estruturas organizacionais que sustentam entre seus pressupostos que os agricultores irão concordar em dividir o resultado produtivo sem preocupar-se com as diferenças de produtividade do trabalho, ou que aceitarão recompensas econômicas e materiais independentemente do tipo de atividade e que, além disso, por força de algum processo social ainda desconhecido, tais estruturas irão eliminar as diferenças sócio-culturais e a história familiar de seus aderentes é, quando menos, um exercício fantasioso” (NAVARRO, 1995:45).

Dessa forma, acreditamos que o resgate do fortalecimento da agricultura familiar deveria ser importante para o MST, porque está comprovado⁹ que ela não estagnou e que ela pode ser reprodutível, em parte mediante a integração ao mercado e em parte via a organização de associações e cooperativas, para reduzir os custos de produção e de transação, fortalecendo a capacidade de negociação, mesmo sendo pequena (Bainville, 2000).

As pesquisas sobre eficiência da agricultura familiar nos assentamentos têm levado à discussão de diferentes vertentes teóricas que

⁹ - Segundo Abramovay (1995), no Estado de São Paulo, em 1991, metade da produção de aves e ovos e da produção de algodão vêm de unidades produtivas onde o peso do trabalho familiar supera o do trabalho contratado. Os trabalhos desenvolvidos pela CEPA, em Santa Catarina, estimam também que, com exceção do setor extensivo de produção de grãos, a agricultura familiar é predominante em termos econômicos.

tentam justificar critérios de ganhos econômicos por parte dos que acessam a terra. É obvio que, no caso dos assentamentos, algum tipo de critério econômico tenha que ser destacado. De fato, a agricultura familiar é também diversa e diversificada e assume diversas funções econômicas e sociais. Mas essa noção de eficiência, aparentemente tão objetiva, nada mais é que um conceito socialmente construído, em função tanto do interesse do pesquisador como das situações sobre as quais trabalha (Abramovay & Carvalho Filho, 1994).

Nesse sentido, Abramovay & Carvalho Filho (1994) enfatizam o cerne da questão dos assentamentos rurais dizendo que:

A batalha de argumentos em torno da reforma agrária ganha dimensão que ultrapassa em muito aqueles que estão envolvidos na luta pela terra nos assentamentos e nos acampamentos. Trata-se de saber, nesta batalha, não só se as 20 mil famílias acampadas terão suas necessidades atendidas, mas sobretudo, se os movimentos sociais no campo serão capazes de persuadir a sociedade brasileira que a agricultura familiar pode ser um caminho para a articulação entre prosperidade econômica e distribuição de renda (ABRAMOVAY & CARVALHO FILHO, 1994:51).

É importante mencionar que, além do papel da agroindústria local como oportunidade de valorização dos produtos da agricultura familiar, o tema da pluriatividade dos agricultores é outro aspecto pouco explorado no âmbito dos assentamentos, isto porque simplesmente não é oficialmente reconhecido pelo INCRA.

2.5 AS FORMAS SOCIAIS DE ORGANIZAÇÃO

Depois da conquista da terra, os assentados defrontam-se com novas incertezas, expectativas e desafios quanto à organização econômica e social dentro dos assentamentos e em relação à sociedade como um todo.

Muitas famílias ao serem assentadas nem sequer possuem os meios básicos para efetuar os trabalhos mais simples das lidas do campo. A precariedade de equipamentos essenciais como a enxada, o facão e demais instrumentos elementares, bem como a falta de crédito, sementes e combustíveis torna impossível a sobrevivência das famílias isoladas.

A criação de formas cooperadas de organização foi a alternativa encontrada por diversos assentamentos apoiados pelo MST e pela Igreja para solucionar o problema do isolamento e para conseguir apoios e financiamentos. Nesse sentido para o MST, as formas de cooperação são entendidas como um suporte econômico e político para combater as relações de exploração capitalistas e viabilizar a economia dos assentamentos. Essas formas, no âmbito da produção, podem ir desde a propriedade individual com ou sem cooperação, até o sistema comunitário da posse da terra, dos instrumentos de trabalho e da produção (Nascimento Filho, 1990).

Para o MST (1993), a cooperação agrícola pode ser compreendida “como o jeito de juntar ou somar esforços de cada agricultor individual, para fazer as coisas em conjunto. Comprar ferramentas, junta de bois, comprar máquinas. E até chegar ao ponto de ter a terra trabalhada por todos coletivamente”.

Teoricamente são várias e diversas as formas de organização propostas pelo MST¹⁰. No entanto, em termos práticos, apenas algumas delas existem e de fato funcionam efetivamente. Para este estudo, mostraremos apenas as mais importantes (ver boxe nº2) que, segundo Carvalho (1998:9-11), são as mais usuais e presentes na atualidade nos assentamentos no país; em alguns casos, segundo o autor, com denominações ligeiramente distintas.

BOXE Nº2

As Formas de Associativismo Identificadas no Brasil

Núcleo ou grupo de produção: cooperação entre famílias vizinhas, famílias com afinidades e ou com relações de parentesco. Em média, cada grupo de produção é constituído de 5 a 15 famílias.

Associação: é realizada entre parte dos trabalhadores de um assentamento, seja para a realização de determinadas atividades produtivas, seja por localização geográfica como as linhas de assentamentos (Norte) ou comunidades e ou povoados de um assentamento (Nordeste).

Ambas as formas acima estão presentes na maioria dos assentamentos do país, menos naqueles em que a representação do assentamento perante seu ambiente dá-se através de cooperativas ou caixas agrícolas.

Centrais de associações: é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo objetivo básico é efetuar a coordenação de associações de produtores rurais de áreas oficiais de reforma agrária.

Grupos coletivo, semicoletivo e de produção: envolvem parte dos trabalhadores de um assentamento.

Coletivo: todos, ou apenas parte dos trabalhadores rurais do assentamento, participam em atividades integralmente coletivas.

Os Grupos e o Coletivo estão presentes no Sul do país, nos Estados de São Paulo e do Ceará e em assentamentos esparsos nos demais estados do país.

Condomínio: Caracteriza-se por uma forma de apropriação da terra. Ainda que haja parcelamento da terra esta é apenas usufruída a partir de um plano global de exploração de todo o assentamento. Há também condomínios por ramo de atividade, como o de produção de leite. Nesses casos, não está implícita a apropriação da terra mas, apenas, a gestão da comercialização do produto e/ou subproduto.

Presença esparsa no Sul do país.

Cooperativa:

CPS - de prestação de serviços, para um assentamento;

CPSR - de prestação de serviços regionais, atende a vários assentamentos lindeiros ou próximos;

Cooperativas de crédito;

CPPS - de produção e prestação de serviços para um assentamento;

CPA - de produção agropecuária para um assentamento;

CCA - centrais de cooperativas, funcionam no âmbito estadual.

Ambas presentes em inúmeros assentamentos em vários Estados do país, em especial no Sul.

Caixa agrícola: considerada vulgarmente como uma pré-cooperativa. É uma forma de cooperação financeira, uma espécie de caixa de auxílio mútuo.

Presente nos Estados do Maranhão e Pará.

Mutirão: forma simples de cooperação entre pessoas ou famílias para a realização de uma atividade, seja para benefício de uma família individualmente ou para a concretização de infraestrutura econômico ou social de uso coletivo. É uma forma de ajuda mútua que ocorre em todas as regiões do país. Não há remuneração do trabalho, mas sim um compromisso moral de reciprocidade.

Troca de dias de serviço: forma simples de cooperação em que os membros de uma família singular ajudam, numa atividade determinada, outra família singular, ficando a família que foi beneficiada com a ajuda de terceiros devendo a eles força de trabalho similar à recebida. Ocorre em todas as regiões do país.

¹⁰ - Para quem se interessar em conhecer as diversas propostas de cooperação do MST, ver Cadernos de Cooperação Agrícola nº5 da CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), publicado em 1998.

Estas formas de cooperação, como salientam Bergamasco & Norder (1996), existem com suas respectivas graduações e inúmeras combinações específicas, respondendo às características que se fundamentam na trajetória do próprio grupo.

A solução encontrada por alguns assentados pode ser algo “semicoletivo”, com a socialização, por exemplo, da compra e do uso de máquinas, equipamentos e insumos, ficando seu emprego sob os cuidados de cada família separadamente, em seu respectivo lote. Em outros casos, a força de trabalho do conjunto das famílias é utilizada para algumas fases do processo produtivo, normalmente atividades que são comuns a todas elas, como o preparo do solo, a adubação e a colheita, enquanto os tratos da cultura no lote e seus resultados econômicos ficam por conta de cada família. A comercialização e o transporte podem ser realizados de forma unificada... Outra solução possível seria a coexistência de um lote coletivo de produção comercial, similar a uma empresa agropecuária, cuja gestão é coletiva, ao lado de lotes familiares, geralmente nas imediações da residência de cada assentado, destinado ao cultivo de produtos alimentares para o consumo da família. Em alguns assentamentos, a alimentação dos que participam no trabalho coletivo é proporcionada por uma cozinha comunitária que, juntamente com a instalação de creches, permite a liberalização das mulheres para o trabalho fora do lar, potencializando a utilização da força de trabalho de todos os membros da família para as atividades agropecuárias coletivas ou associadas (BERGAMASCO & NORDER, 1996:57-58).

Carvalho (1998) enfatiza que, em decorrência de fatores político-sociais, o associativismo nos assentamentos brasileiros, apresenta, além de formas distintas, usos diferenciados para uma mesma forma. A palavra “coletivo” é utilizada em assentamentos do semi-árido nordestino e nos assentamentos do Sul do país, ainda que as mesmas expressões possam ter significados e práticas muito diferentes¹¹. Por isso para evitar a confusão, deve-se fazer referência à região em apreço.

Na maioria dos assentamentos do Nordeste brasileiro a expressão coletivo é utilizada para significar vários mutirões destinados a executar atividades de interesse de todas as famílias do assentamento, como conserto de cercas das pastagens de uso comunitário, limpeza de açudes,

¹¹ - No Sul, o coletivo se refere à apropriação da terra e da produção, à comercialização de produtos e de insumos e à repartição do produto do trabalho (CARVALHO, 1998:15).

plantio e cultivo de roças comunitárias, etc. Sem dúvida alguma a aplicação do conceito coletivo, nessas circunstâncias, é controvertido. Pode ser aceito como um coletivo porque a terra onde dá-se a atividade é de uso comum e o produto do trabalho será de benefício do conjunto dos assentados. Todavia, as atividades em que há trabalho cooperado não apresentam divisão técnica do trabalho, não havendo, portanto, potencialização da força de trabalho, uma das bases do trabalho coletivo enquanto desenvolvimento das forças produtivas (CARVALHO, 1998:11).

O significado da expressão “coletivo” enquanto forma de cooperação do trabalho está ligado à divisão técnica do trabalho. Quando a cooperação no trabalho não pressupõe divisão técnica desse e destina-se a apenas uma atividade específica, caracteriza-se como mutirão.

Essa diversidade de formas e práticas de associativismo, levando em conta as diversas regiões brasileiras, traz-nos como elemento de contribuição a conclusão de que a adoção de modelos pré-fabricados de associação nos assentamentos de reforma agrária é desaconselhável. A diversidade e a complexidade das formas de associativismo existentes, segundo Carvalho (1998), não autorizam a sua simplificação ou a sua redução a modelos.

Inclusive a idéia de modelos de organização criados pelo MST tem sido objeto de severas críticas por alguns estudiosos do movimento. Navarro (1997), um desses críticos, diz que a forma de organização que o MST privilegia em “seus assentamentos”, exageradamente motivada por uma visão militarizada da estruturação social das novas áreas reformadas, não é nada democrática e pouco tolerante às vontades e histórias familiares dos trabalhadores rurais. O autor completa, afirmando que “trata-se de uma forma fadada a criar conflitos e dissensões em grande número, impedindo a sólida construção de formas solidárias e de cooperação entre os assentados, requisito essencial ao sucesso dos assentamentos” (NAVARRO, 1997:126-127).

Tal compreensão nos parece equivocada. Ao mesmo tempo em que diz que a estrutura organizativa do movimento (a liderança) não respeita as vontades e as histórias das famílias, não visualiza o MST como um movimento social que possui objetivos, projetos e anseios de transformação social. Isso se soma à necessidade que este próprio movimento tem de fazer com que seus seguidores acatem uma proposta diferenciada de organização social que não tenha em vista apenas a reforma agrária, mas um modelo de sociedade diferente do proposto pelo capitalismo. Uma coisa é não respeitar as trajetórias dos assentados, outra é entender o que querem os líderes do MST.

O que está em jogo para o MST é uma visão de sociedade e de mundo. Nesse sentido, a reforma agrária é apresentada, não apenas como uma saída para as famílias dos agricultores sem terra, mas como uma base para contribuir na transformação da sociedade. A partir dela, a melhoria da qualidade de vida vai atingir todos os cidadãos tanto do campo como da cidade. Basta vermos nos municípios onde houve o assentamento de famílias por intermédio de desapropriações do governo federal o quanto as estruturas econômicas e sociais foram modificadas. Um exemplo é o município de Lindoeste - PR, onde os assentados são responsáveis por 56% da arrecadação de Imposto Sobre Circulação e Mercadorias (ICMs).

As formas sociais de organização propostas pelo MST têm sido, conforme vimos anteriormente, a maneira de enfrentar a precariedade extrema dos diversos assentamentos no Brasil. Elas podem ser caracterizadas em termos de perspectivas, em dois períodos. O primeiro período, 1985/86 caracteriza-se pela rejeição da integração a instituições econômicas do sistema capitalista, como forma de preservar seu caráter de alternativa social com uma relativa independência. Nessa primeira fase, existia um projeto de sociedade socialista. Já a partir de 1989, a cooperação (principalmente as CPAs) procura-

se colocar competitivamente no mercado, através do uso de créditos, da agroindustrialização integrada e da busca da exportação de seus produtos. A partir desse momento, o uso da eficiência capitalista, mesmo que colaborando com o desempenho desse sistema, não será mais visto como contradizente com a busca de um sistema social diverso (Kleba, 1994).

Para o MST, de todas as formas propostas de cooperação, a CPA seria a mais eficiente, ou, como diz Kleba (1994), “as CPAs seriam a priori para o MST a forma superior de cooperativismo”. As CPAs, segundo Bergamasco & Norder (1996), são consideradas empresas cooperativas e podem realizar atividades comerciais mais amplas que as associações, cujo caráter é prioritariamente civil e representativo. Operando em moldes empresariais, onde a eficiência econômica é fundamental, as CPAs estimulam o melhor aproveitamento da mão-de-obra, através da divisão social do trabalho¹², da especialização e da capacitação técnica e educacional de seus integrantes (ver características de uma CPA do MST no Boxe nº3). Além disso, colocam os autores, é comum a liberação de membros da cooperativa para atuar com maior empenho na organização do sistema cooperativista, na representação política dos assentados ou dos movimentos sociais dos demais trabalhadores sem terra.

BOXE Nº3

Características da Cooperativa de Produção Agropecuária do MST

As CPAs foram implantadas como experiência de cooperação no MST a partir de 1989, e despontam como uma forma superior de organização da produção. Uma CPA é complexa porque se constitui como empresa de produção coletiva, gestão coletiva e de trabalhos coletivos. Numa CPA, a Terra permanece sob controle do coletivo, a não ser a pequena parcela destinada à produção de “subsistência mínima” de cada associado. Em quase todas as CPAs, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo, que passa para o controle da cooperativa através de contrato de comodato ou de

¹² - A divisão social do trabalho é entendida pelo MST como uma divisão de tarefas no processo de trabalho executado pelos agricultores (MST, 1999).

arrendamento simbólico. Mas pode haver título em nome da CPA. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina já existem cooperativas com título de propriedade em nome da CPA, concedido pelo Estado (INCRA). Todos os investimentos de **Capital** acumulado estão sob controle e em nome da CPA. Como a cooperativa tem capital social, este é subdividido em quotas-parte que vão sendo integralizadas na conta de cada associado. A cooperativa controla de outra forma a parte do capital acumulado que se torna investimentos, considerados pela legislação como fundos indivisíveis. Nesse caso, tornam-se patrimônio social e não podem ser divididos em caso de dissolução. O **Trabalho** é organizado em setores, a partir da divisão do trabalho, na lógica de postos de trabalho, que são determinados pela atividade econômica desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados-trabalhadores. O trabalho é controlado por produtividade física, na lógica do desempenho, e se faz a emulação dos trabalhadores pela sua eficiência política e econômica. Os **Planos de produção** são centralizados no coletivo a partir de uma ampla discussão, baseada em estudos técnicos. A partir disso, definem-se as linhas de produção e a ordem de prioridades para serem implantadas. A **Moradia** na CPA organiza-se em agrovilas. Quanto aos **Aspectos legais**, a CPA tem que ser legalizada obrigatoriamente, inclusive com registro na junta comercial (e não no cartório como as associações).

Em suma, a proposta cooperativista do MST tem demonstrado ser capaz de ampliar a capacidade produtiva e melhorar a qualidade de vida dos assentados, isso em termos gerais. Por outro lado, o sistema proposto tende a enfrentar diversas barreiras, sobretudo no que concerne à parte organizacional. BERGAMASCO & NORDER (1996:62) acreditam que o principal dilema da organização camponesa nos assentamentos é a repartição dos dividendos. “Mesmo com padrões democráticos de decisão, em alguns casos persistem divergências que levam à ruptura. Isso se deve ao fato de que o conjunto das famílias nem sempre é numericamente homogêneo, ou seja, existem famílias mais numerosas que outras”.

Concordamos com Cardoso (1994), quando diz que a orientação do MST para a produção de forma coletiva nos assentamentos é uma decisão acertada. Necessita-se, porém, verificar qual a forma mais adequada a ser colocada em prática nas diversas realidades dos assentamentos brasileiros. Alguns autores observam que no MST as formas de cooperação não baseadas na coletivização tendem a ser discriminadas. Segundo Bergamasco & Norder (1996), o conflito existe entre os “individuais” e os “coletivos”, onde a

classificação individual é uma construção simbólica pejorativa lançada contra os refratários ao “coletivo”. É claro, dizem os autores, “que os coletivos estariam mais próximos tanto do socialismo como do próprio MST, e isso provavelmente facilitaria a adesão ao modelo de Cooperativa de Produção Agropecuária” (1996:08).

2.6 ALGUNS ESTUDOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO COLETIVA NOS ASSENTAMENTOS

Nesta parte do estudo, procuramos relacionar o problema formulado acima com outros estudos que abordam essa problemática. Por isso buscamos verificar se, no confronto com alguns trabalhos, este mantém sua relevância. Dos estudos que existem sobre a ação coletiva nos assentamentos de reforma agrária no Brasil, grande parte possui um enfoque basicamente econômico/comparativo entre produtores individuais e cooperados. Na sua grande maioria, são estudos de casos no Sul do país. O nosso estudo parte do princípio de que as trajetórias sócio-históricas e culturais dos assentados são fundamentais para o sucesso da ação coletiva.

A riqueza dos estudos de caso nos assentamentos de reforma agrária revela que nem sempre devemos tomar modelos e hipóteses em trabalhos científicos como expressão de uma verdade pré-concebida. Devemos, antes de tudo, respeitar as dinâmicas locais estudadas como parte de um contexto histórico sempre em desenvolvimento e transformação. Por isso, os estudos devem nos servir de parâmetro comparativo, e não como resultado

definitivo que possa expressar a construção de um modelo único de investigação sobre a ação coletiva nos assentamentos de reforma agrária.

O trabalho de Zimmermann (1989), que analisa o processo de organização dos produtores em um assentamento no Rio Grande do Sul, procura dar ênfase aos mecanismos sociais internos que atuam como facilitadores e inibidores da cooperação agrícola. Nesse trabalho, a autora toma como eixo principal de análise a questão da diversidade de origens sociais dos trabalhadores assentados e a importância de suas trajetórias de vida e trabalho na determinação dos mecanismos sociais internos do assentamento. A partir dessa perspectiva, a autora defende que, na fase de “sem-terra”, as diferentes categorias de trabalhadores rurais se homogeneizam, pressupondo identidade de interesses e vontade comum para a ação política que empreendem. E, no estágio de assentamento, a diferenciação social reaparece ou se constitui em formas novas, fazendo com que surjam novos problemas e impasses na organização e desenvolvimento das famílias. A conclusão da pesquisa demonstra que a questão da origem étnica das famílias assentadas foi um elemento de diferenciação importante no engajamento da ação coletiva.

Essa perspectiva de análise nos parece semelhante à que estamos desenvolvendo no assentamento Massangana III; pois percebe-se a importância da trajetória de vida e de trabalho dos produtores na determinação dos mecanismos sociais internos do assentamento. Porém, ao contrário do nosso trabalho, as conclusões de Zimmermann privilegiam as origens étnicas dos assentados. No Nordeste (em especial na Paraíba e no assentamento Massangana III), as origens étnicas dos trabalhadores rurais assentados são mais homogêneas, não existindo tanta diversidade. No assentamento Massangana III, não existem etnias ou nacionalidades diferentes como é o caso da maioria dos assentamentos do Sul.

Prieb (1994) estudou a experiência do assentamento Nova Ramada-RS, comparando a qualidade de vida que os trabalhadores rurais possuíam antes de serem sem-terra com a sua atual condição de assentados. Além disso, o autor fez uma comparação entre o nível produtivo e a qualidade de vida entre os assentados com trabalho coletivo e os individualizados. Nesse estudo, o autor defende que a união para lutar pela conquista da terra e trabalhar em conjunto, rompendo com o individualismo típico do pequeno produtor agrícola, pode ajudar a equacionar muitos dos problemas econômicos que ora enfrentam e que os conduzem à ruína.

Essa perspectiva de análise nos parece limitada quanto à compreensão da ação coletiva. O sucesso da ação coletiva reduziu-se, segundo Prieb, a indicadores apenas econômicos. Não necessitamos de uma extensa teorização ou comprovação para demonstrar que a grande maioria das famílias assentadas nada possuíam anteriormente ao assentamento e que, conseqüentemente, esse processo mudou a vida dessas pessoas (mesmo que vivam em nível da subsistência). A segunda parte da análise, apesar de também estreitar-se num economicismo comparativo, é seguramente mais importante. Pois pressupõe a entrada em campo de um jogo de forças (coletivo/individual) não- original com relação ao universo da produção agrícola brasileira. Daí a importância que teve em resgatar, no estudo de caso, que a condição econômica dos produtores rurais com trabalho coletivo é superior à dos agricultores individualizados. O que faltou, a nosso ver, no trabalho de Prieb, foi dar um pouco mais de relevância aos mecanismos que foram cruciais na opção pela ação coletiva. De fato, ele escreve que no Sul “a divisão do trabalho e as normas estabelecidas nestes grupos não se coadunam com o projeto de resgate ou construção do ser colono, onde estão evidentes o desejo

de produzir e administrar diretamente todas as fases do processo produtivo, sem subordinação” (ZIMMERMANN, 1989:192).

De Lannoy (1990) fez um estudo comparativo de três associações de cooperação agrícola que atuam na comercialização e na prestação de serviços em assentamento de reforma agrária na região Sul do Brasil, com o propósito de compreender as transformações na produção familiar em função das novas exigências do mercado e da tecnologia. Segundo ele, a inovação tecnológica interfere na organização da unidade de produção familiar e implica um processo de diferenciação sócio-econômica entre as unidades produtivas que pode adquirir diferentes formas. Essa diferenciação depende da mudança possível de ser realizada pela unidade de produção familiar para otimizar seu processo produtivo dentro de uma lógica que lhe é própria. Depende também da capacidade de investimentos para a aquisição da inovação.

Distante da nossa perspectiva de estudo, o trabalho de De Lannoy oferece um viés investigativo bastante interessante, pois mostra “a importância fundamental das associações como possibilidade para aqueles agricultores que não têm acesso ao crédito e aos insumos modernos” (DE LANNOY, 1990:08). Aponta também os perigos da inovação tecnológica promovida por estas associações sobre a unidade produtiva familiar e o significado das associações como entidade potencialmente credenciadas a modificarem a base produtiva da produção familiar na agricultura. A limitação do estudo, a nosso ver, foi na definição e caracterização do que o autor chamou teoricamente de Associações de Cooperação Agrícola. “Seguindo uma denominação usual do MST, tem-se chamado de Associações de Cooperação Agrícola essas organizações formadas por grupos de agricultores” (DE LANNOY, 1990:19). Faltou produzir uma definição mais detalhada da ação coletiva em estudo e dos seus mecanismos.

Nascimento Filho (1990) estudou as diferentes formas coletivas de organização da produção em assentamentos no Rio Grande do Sul, tendo como objetivo compreender a situação do novo camponês que surge no meio rural brasileiro. O objeto principal de estudo do autor tem a ver com as formas coletivas desenvolvidas pelo “novo camponês”¹³, no sentido de organizar melhor sua produção, mesmo com os escassos recursos dos quais dispõe para reproduzir-se como tal. A principal tese do autor é de que, sob a ameaça de proletarianização, o campesinato reagirá de diversas formas, buscando no coletivismo a força para enfrentar o poder do capital.

Achamos exagerada a idéia que foi expressa pelo autor de que o campesinato reaja à proletarianização através do coletivismo. Sabemos que o campesinato já foi condenado ao desaparecimento por Marx, Lênin, e mais recentemente por outro historiador marxista Eric Hobsbawm, que dizia que “a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo passado, é a morte do campesinato” (HOBSBAWM, 1995:284). Porém nem o campesinato desapareceu, nem o campesinato reagiu ao desaparecimento, organizando-se coletivamente (as formas de exploração individual representam 86,59% nos assentamentos de reforma agrária no Brasil, segundo Carvalho (1998)). O que tem acontecido é que o campesinato reage às diferentes formas de desenvolvimento e tem sido capaz de, cada vez mais, se adaptar às novas exigências do mercado e da tecnologia.

Para nós, a principal questão levantada por Nascimento filho, e que pode servir de contribuição a futuros estudos, foi ter identificado, nos casos estudados, as condições técnicas e organizacionais mais eficientes para efetivar formas de produção coletiva.

¹³ - O “novo camponês” se refere aos trabalhadores rurais reintegrados à produção agrícola via movimentos sociais (Lê-se MST), a partir do final da década de 1970 no Brasil.

Encontramos também alguns estudos acadêmicos sobre assentamentos e organização coletiva no Nordeste. O trabalho de Castro Júnior (1994), dedicado a um assentamento no semi-árido cearense, estuda a resistência dos assentados, na ausência do parcelamento de terras, impulsionada pelo trabalho coletivo no assentamento Vitória. O autor toma como ponto de partida o desenvolvimento capitalista no Ceará, vendo na essência desse a busca da reprodução do parcelamento da terra como expressão maior da diferenciação natural do capitalismo. A pergunta fundamental do autor tem a ver com a viabilidade da produção, mesmo coletiva, no caso da fazenda Vitória? Como poderia existir uma CPA plenamente coletiva como quer o MST em meio ao flagelamento da seca no Ceará?

O autor mostrou que, na medida em que ocorre resistência quanto à implementação dessa forma de trabalho coletivo, o assentamento deixa de ser autônomo, evidenciando que o assentamento Vitória não vivencia realidade de reforma agrária. Parece-nos que, para Castro Júnior, reforma agrária só existe com trabalho coletivo e que, não havendo essa possibilidade, a tendência é a falência dos pequenos produtores.

O estudo de Castro Júnior torna-se relevante por mostrar que a realidade nem sempre pode ser construída de acordo com a imagem proposta pelo MST. O coletivo total que o MST propagandeia, por meio da CPA do assentamento, não existia de fato. Era na verdade um *continuum*, um por fazer que mostra o quanto é complexo atingir o ideal de CPA do movimento. Ao contrário de nosso estudo, o que Castro Júnior quis demonstrar, através da experiência no Ceará, é a resposta positiva desse assentamento frente à miséria, à fome e à seca que fazem parte do cotidiano daquela região.

No Estado da Paraíba, existem diversas entidades (cooperativas e associações) nos assentamentos que promovem a ação coletiva como forma de participação mais ativa em termos de sociabilidade e evolução econômica (Ieno & Bamat, 1998).

Encontramos, na literatura sobre os assentamentos da Paraíba, poucos relatos de organizações associativas. O estudo de Moreira (1997) resgata a história recente da luta pela terra na Paraíba. No entanto não se atém à problemática singular da ação coletiva. Os dois volumes do livro da autora não foram suficientes para comportar todos os acontecimentos e conflitos decorrentes da luta pela terra no Estado. Entre os assentamentos que ficaram de fora da obra (trabalho este mais atualizado da literatura paraibana sobre assentamentos de reforma agrária), está o de Massangana III no município de Cruz do Espírito Santo.

Outra obra que fala rapidamente sobre uma experiência de organização coletiva em assentamento de trabalhadores rurais no Estado é *Quandú*, de autoria de Da Silva & Lima Moreira (1997). O trabalho dos autores não tem como objetivo principal falar da organização no assentamento em estudo, apenas toma como fundamento o resgate histórico do lugar e a trajetória de luta e conquista da terra. Apesar do rápido esboço das práticas organizativas no assentamento, o trabalho é extremamente importante para nosso estudo, pois nos serve de medida para compararmos com a participação dos assentados de Massangana III. A pesquisa denotou dois aspectos fundamentais quanto a organização no assentamento:

- Um frágil processo organizativo dos assentados;
- Pouca participação nas atividades de caráter coletivo promovidas pela associação local, o que tem ocasionado certos conflitos internos com aqueles que não se dispõem a colaborar com essas atividades.

Diante dessa realidade, concluem os autores, urge investir no processo organizativo e comunitário no interior do assentamento, tendo em vista o fortalecimento da associação como um canal de participação na gestão do assentamento, além de outras iniciativas organizativas que possibilitem a participação, de forma efetiva, de todos os assentados na administração e gestão do assentamento.

Outro trabalho encontrado na literatura sobre assentamentos na Paraíba é o de Tavares da Silva (1997). Esse trabalho toma como perspectiva a cultura como elemento significativo da análise da realidade rural nordestina, analisando os elementos do cotidiano, da religiosidade, dos esportes, das artes e do artesanato, responsáveis, de acordo com os autores, pelos laços de integração e sociabilidade que preservam a identidade do lugar.

Foi identificada, na pesquisa de Tavares da Silva, a existência da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da fazenda de Santa Catarina (mesmo nome do assentamento). Os autor indica como função dessa associação viabilizar o acesso a empréstimos para plantio, aposentadoria, projetos e crédito bancário. Isso levou o autor a concluir que a grande maioria dos integrantes da associação apontam seus interesses majoritários para questões assistenciais. Porém cabe relevar o importante papel da associação dos assentados como interface com a administração e como forma de representação coletiva dos interesses dos assentados.

Achamos que, para os agricultores nordestinos, esse tipo de participação constatada pelo autor é motivada pela possibilidade de acesso a alguns bens e serviços, como um primeiro passo para se efetivarem como produtores. Não podemos condenar nem desprezar essa forma de participação. A tradição das relações sociais no meio rural nordestino, em termos de participação dos produtores, sempre foi marcada por padrões clientelistas. Por

isso devemos compreender porque os motivos citados impelem os assentados a procurar a associação. Muitas vezes, por exemplo, para poder adotar uma inovação produtiva, têm que conseguir primeiro os recursos que permitem acesso a essa inovação. A associação pode contribuir para facilitar a apropriação coletiva ou individual da inovação ou o acesso ao conhecimento, a equipamentos ou ao financiamento individual (crédito).

Assim, de acordo com a perspectiva teórica que assumimos, esse conjunto de relações envolvendo processos de construção da ação coletiva passam também por relações de poder¹⁴ e de acesso a ele. “O que define uma relação de poder é que é um modo de ação que não atua de maneira direta e imediata sobre os outros, mas que atua sobre suas ações: uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais ou atuais, presentes ou futuras” (FOUCAULT, 1988:14)¹⁵. Desta maneira, segundo Colagnese (1990), só existe o poder que exercem, uns sobre outros, indivíduos ou grupos. Nesse exercício, os “instrumentos” podem ser tanto a violência como o consenso (ou ambos).

Desta forma, compreendemos que é necessário visualizarmos, dentro do problema elencado, a perspectiva das relações de poder e da delegação de responsabilidade. De fato, trata-se de um campo de análise onde os jogos de interesses estão implícitos no cotidiano das organizações existentes no assentamento. Não queremos fazer da categoria poder a mais importante deste estudo, não é esse o objeto. O fundamental é destacarmos a rede de relações que envolvem a articulação entre a ação coletiva e a delegação de poder. Nessas redes e jogos, as tensões entre poder individual, controle das organizações e responsabilidade coletiva são inerentes ao processo de construção de regras coletivas.

¹⁴ - É claro que os processos de organização não envolvem somente relações de poder, mas também a aprendizagem coletiva para aprender juntos e organizar-se.

¹⁵ - Foucault apud Colagnese (1990).

Além dessa perspectiva, as possibilidades de efetivação de uma ação coletiva passa também pelo eixo expressivo da aprendizagem. Perceber como os indivíduos pertencentes a diferentes grupos interagem na produção de conhecimentos coletivizados para a prática da organização torna-se um elemento constitutivo na análise do processo investigado.

Nesse sentido, em decorrência da dinâmica de aprendizagem coletiva, a valorização dos atores em definir e reconhecer regras que norteiam suas perspectivas com relação ao futuro das dinâmicas em jogo é de suma importância. Pois revela a capacidade ou não de superação/negação dos processos socialmente construídos.

Essas três categorias de análise serão utilizadas para analisarmos os mecanismos de construção, os sucessos e insucessos da ação coletiva no assentamento Massangana III, junto com o resgate das trajetórias sócio-histórica e culturais dos assentados.

2.7 A LUTA PELA TERRA NA PARAÍBA

O resgate da história da luta pela terra na região e no caso específico de Massangana III é essencial para entender as trajetórias sócio-culturais dos assentados e suas conseqüências nos processos de ação coletiva.

O primeiro registro de luta pela terra na Paraíba aponta como causa principal a reação dos indígenas à subordinação da sua terra e do seu povo ao processo colonizador. “Enquanto a posse da terra e a sua liberdade não estiveram ameaçadas, como ocorria na exploração do pau-brasil, os índios não ofereceram resistência ao colonizador. No entanto, na medida em que o

sentido da colonização evoluiu para a apropriação da terra e para a sujeição do nativo, este reagiu” (MOREIRA & TARGINO, 1997:28).

O desfecho desse processo de resistência culminou com o massacre da população nativa, através da pura e simples eliminação dos índios e da sua participação como “aliado” nas guerras. Sobre o episódio, relata-nos Melo, citado por Moreira & Targino (1997):

Na zona aproximadamente ocupada pelos atuais municípios de Caiçara, Serra da Raiz, Duas Estradas, Pirpirituba e Belém, a violência funcionou em níveis elevadíssimos. Ferido numa perna, o que o deixou aleijado, Feliciano acometeu os índios com brutalidade, bastando dizer-se que numa só sortida foram mortos cento e vinte, com aprisionamento de oitenta. Embora resistissem, sob a liderança dos caciques Pão Seco e Zorobabé, os índios terminaram esmagados (MELO, 1994:32).

O que restou dessa população, segundo os historiadores acima, foram alguns poucos remanescentes dos Potiguaras, habitando a reserva indígena de Baía da Traição. Sua sobrevivência e permanência na área constitui o resultado de uma longa história de luta.

A conformação da propriedade fundiária e os conflitos decorrentes dela expressam o resultado de um longo processo, que tem suas origens na produção do espaço colonial subordinada aos interesses do capital mercantil e teve como suporte a concessão de grandes sesmarias para a exploração da cana de açúcar no litoral e da pecuária no interior.

2.7.1 A Luta pela terra nos anos 60

Mais recentemente, neste século, no início dos anos sessenta, a luta pela terra na Paraíba toma contornos históricos marcantes. Com o surgimento das Ligas Camponesas em Pernambuco, na década de cinquenta, construíram-se sucessivas mobilizações com demandas que incluíam lutas trabalhistas e a luta pela reforma agrária. A construção de um corpo integrado de demandas com a conseqüente proteção dos trabalhadores contra a repressão dos proprietários de terra deu às Ligas Camponesas uma projeção nacional. Isso ajudou a alimentar o debate sobre a natureza da propriedade e a necessidade da reforma agrária.

As Ligas Camponesas expandiram-se por alguns Estados do Nordeste, principalmente na Paraíba. A ação do movimento no Estado deu-se especialmente nos municípios de Sapé, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita. Na liderança, ganhou peso a figura de João Pedro Teixeira¹⁶, um dos fundadores da maior Liga Camponesa do Brasil, a de Sapé, com mais de dez mil filiados. Em 1962, João Pedro foi assassinado por um fazendeiro da região, fato que deu às ligas da Paraíba repercussão nacional e internacional.

Andrade (1998) afirma que o nome Ligas Camponesas teve tanta aceitação na Paraíba que o vocábulo “camponês” identificava os associados das mesmas.

Segundo Medeiros (1989), em 1962 e 1963 os conflitos se intensificaram na Paraíba, as Ligas se expandiram rapidamente, e a violência recrudesceu, atingindo até mesmo filhos de João Pedro Teixeira, ainda crianças, e outros trabalhadores envolvidos em demandas, como foi o caso da chacina de Marí, em janeiro de 1964, ocasião em que diversos trabalhadores

¹⁶ - Apenas para lembrar uma coincidência, o atual líder do MST no Brasil chama-se também João Pedro.

foram assassinados num confronto com a polícia. De acordo com Andrade (1998), um dos episódios mais sérios ligados às Ligas Camponesas deu-se na Paraíba, envolvendo associados das Ligas e o proprietário de um latifúndio de 15.000 ha no engenho Miriri:

A maioria dos moradores dava um dia de “cambão” por semana ao proprietário como aluguel de um sítio de meio hectare. Alertados de que um dia de “cambão” por semana equivalia a 52 dias anuais e que aos salários correntes estes 52 dias representavam Crs 6.240, importância que em dois anos correspondia ao valor da terra que lavravam, despertaram os agricultores, passando a pleitear o direito de pagar o foro em dinheiro. Eliminava-se assim o “cambão”. O proprietário não aceitou a proposta, ameaçando expulsar os moradores que fossem filiados às Ligas. Surgiram daí divergências entre moradores e vigias do Coronel, resultando até o dia 7 de março de 1962 lutas em que dois capangas haviam sido mortos a foice e a machado; um administrador, ferido; um vigia desaparecido com um balaço na coxa, e dois camponeses fulminados por tiros de “38” (ANDRADE, 1998:269-270).

Desse episódio, a Assembléia Legislativa paraibana e o governo concluíram que:

A questão não é um caso de polícia, que os problemas sociais têm de ser solucionados através do equacionamento das necessidades da nação. Só os grandes proprietários menos esclarecidos é que lutam desesperadamente, expulsando de suas terras os sócios influentes das Ligas, a fim de deter a maré montante que as mesmas representam” (ANDRADE, 1998:270).

As Ligas queriam mudanças nas relações de trabalho tradicionais, caracterizadas pela moradia e pelo aforamento de terras. O rompimento dessas relações, com a negação da concessão de terras para plantio próprio dos trabalhadores, ou por um aumento considerado abusivo do foro, criou as condições para a emergência dos conflitos e conseqüentemente para expansão destas (Medeiros, 1989).

As principais mobilizações desse período foram criadas pelas Ligas, reivindicando a regulamentação das relações de trabalho, o pagamento de salário mínimo e a extensão ao campo das mesmas garantias dadas aos trabalhadores urbanos. Em 1963, o Estatuto da Terra assegurava em lei esses direitos, mas a legislação trabalhista não foi cumprida no Estado, apesar das mobilizações das Ligas.

2.7.2 As lutas no campo pós-64

Com o golpe de 31 de março de 1964, as lutas no campo entraram em refluxo. Houve uma intensa perseguição e repressão às organizações de trabalhadores rurais. Sedes das Ligas foram fechadas. Muitos líderes foram presos, e outros assassinados. Alguns líderes, como foi o caso da viúva de João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira, líder dos camponeses na Paraíba, tiveram que abrir mão de suas identidades¹⁷ para não serem assassinados (Medeiros, 1989).

O balanço da luta pela terra na Paraíba até 1964 contabilizou uma intensa organização por parte dos trabalhadores rurais, tanto via Ligas Camponesas conquistando espaço no cenário político nacional, como na resistência e permanência de focos de luta, embora débeis, capazes de manter ainda viva a luta pela reforma agrária durante o regime militar. A vitória dos trabalhadores nesse período foi a suspensão da intervenção na CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em 1965, da qual a Paraíba fazia parte com sua federação reorganizada. No entanto, de acordo

¹⁷ - Esses líderes dos trabalhadores rurais tiveram que mudar de nome para não ser identificados e conseqüentemente assassinados.

com Medeiros (1989), os sindicatos, que eram a única forma que restou de organização após o desmanche político colocado em prática pelos militares, não se configuravam como um referencial para as demandas dos trabalhadores.

O pouco que se sabe leva a supor que, na maior parte dos casos onde os sindicatos se reestruturaram, a sua ação passou a se pautar pela tentativa de garantir alguns dos direitos que haviam sido conquistados no período anterior ao golpe. Onde a memória da luta era mais forte, onde o sindicato de alguma forma ainda tinha algum comprometimento com as demandas dos trabalhadores, verificaram-se ações na justiça contra os patrões, demandando principalmente salários atrasados (MEDEIROS, 1989:89).

O processo de modernização agrícola imposto pelo regime militar vai ser responsável, não só por modificações profundas nas relações de trabalho no campo paraibano, como também pela exclusão/expropriação do produtor direto. Face ao processo, observou-se uma organização crescente dos trabalhadores rurais como forma de resistência à sua exclusão do processo de geração e/ou apropriação da riqueza gerada no campo. Segundo Moreira & Targino (1997), isso provocou a organização dos trabalhadores rurais em algumas frentes de luta na década 70/80. Essa organização vai encontrar abrigo nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e nas ONGs. Estas últimas estimularam o processo restringindo seus benefícios a pequenos produtores agregados em associações e/ou cooperativas.

As principais lutas foram:

- a) Contra a exploração do trabalho e por melhores condições de trabalho e vida;
- b) Contra a expulsão/expropriação, que se configura na luta pelo direito de “ficar na terra”, de “viver da terra” e de “não se submeter ao capital”;
- c) Pelo retorno à terra, pela reconquista da “terra para o trabalho”;

- d) Dos pequenos produtores por uma política agrícola (assistência técnica e creditícia) que lhes garantisse o direito, não só de permanecer com a terra e na terra, como também de nela produzir e dela retirar o indispensável a uma sobrevivência digna.

Na Paraíba, segundo os autores supracitados, a mobilização dos trabalhadores foi fortemente impulsionada no final da década de setenta pelas indicações do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que, dentre as reivindicações, destacava a organização da categoria por frentes de luta tais como: assalariados, pequena produção ou política agrícola, seca, etc. Estas indicações são assumidas pelos grupos de militantes e assessores dos centros e serviços da Igreja, em conjunto com alguns setores do movimento sindical e grupos de assessoria. O resultado da intervenção do conjunto dessas forças promoveu o I Encontro de Assalariados da Zona Canavieira da Paraíba em setembro de 1982, em Guarabira, onde as iniciativas já existentes nesse campo foram unificadas num plano comum e coordenadas pela “Comissão Canavieira”.

Essa comissão organizou a primeira grande mobilização planejada e organizada que foi a “Campanha Trabalhista”, que se desenvolveu durante os anos de 1982 e 1983, até a realização da primeira greve em 1984. Nesse ano, a Paraíba também se incorporou às experiências de greve no campo.

Nesse estado, os trabalhadores conquistaram a equiparação salarial com Pernambuco, a tabela de tarefas, a diminuição do tamanho das tarefas, no corte da cana, de sete para cinco ruas. Em 1985, nova mobilização, mais fraca, marcada por intensa repressão, resultou em um novo aumento da tarefa (MEDEIROS, 1989:129).

A primeira greve dos canavieiros da Paraíba se constitui num marco histórico dos processos de organização da categoria. Dessa greve,

surgiram as principais lideranças cutistas da Paraíba. Ao longo desse processo de luta, é importante remarcar segundo MOREIRA & TARGINO (1997:292), algumas características relevantes:

- a) O movimento paraibano insere-se em um movimento mais amplo, em nível de Nordeste, tendo como ponto de irradiação Pernambuco e se espraiando pelo Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe;
- b) Assim como há diferenciações internas intra-regionais no movimento, há formas diferenciadas de luta em nível externo ao Estado, nas sub-regiões e municípios, a depender da experiência passada e acumulada de luta, do envolvimento dos respectivos dirigentes sindicais nas campanhas salariais, das concepções de mobilização, entre outros fatores;
- c) Houve um deslocamento do eixo de mobilização do aspecto legalista das primeiras campanhas para novos eixos de luta, tais como as propostas da CUT (Central Única dos Trabalhadores) que alcançam atualmente a perspectiva da campanha unificada em termos de Nordeste;
- d) A construção e elaboração das pautas de negociação democratizaram-se mediante novos procedimentos de participação das bases. As campanhas salariais passaram a ser preparadas por fases: esclarecimento, mobilização e organização em assembléias sindicais; notificação dos patrões; desencadeamento da greve com piquetes para assegurá-la; realização da convenção ou dissídio entre as partes; ações de cumprimento dos acordos mediante paradesiros; ações coletivas na justiça; passeatas e concentrações na Delegacia Regional do Trabalho. O movimento contou com o apoio de assessorias dos próprios sindicatos, de órgãos não-governamentais (ONGs) e a presença de setores da Igreja Católica, como a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

Paralelamente à organização dos trabalhadores rurais, os grandes proprietários de terra também se organizam no Estado e promovem aliciamento de trabalhadores clandestinos de outras regiões para substituírem os grevistas. A ação armada se constitui no principal aparato de intimidação aos trabalhadores, e desfechos violentos tornam-se, na maioria dos casos, a principal forma de resolução dos conflitos trabalhistas. Em doze de agosto de 1983, foi assassinada a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves, à frente da campanha salarial com 34 ações trabalhistas encaminhadas à justiça.

Nesse verdadeiro campo de lutas, o árbitro principal se omite. O Estado de certa forma passa a ser um espectador dos atos violentos e autoritários dos proprietários rurais. Essa omissão se manifesta, segundo Moreira & Targino (1997), de diversas formas: através da não-fiscalização dos instrumentos de medidas de produção, das sentenças produzidas na Justiça do Trabalho, conferindo legalidade em níveis salariais muito baixos e da não-fiscalização do cumprimento do dissídio coletivo pela delegacia Regional do Trabalho. Na verdade, o desaparelhamento dos órgãos de governo para o exercício de suas funções não é gratuito e permite o descumprimento da lei pelos proprietários.

Desta forma, movidos pela miséria e pela fome, os trabalhadores rurais vão buscar, nas forças que lhes restam, a iniciativa da luta pela terra, reacendendo a possibilidade de adquirir o único bem e a única herança possível de ser deixada para a família.

2.8 O SURGIMENTO DO MST E A LUTA PELA TERRA

2.8.1 A origem do MST no Brasil

A luta das classes populares pela terra no Brasil é secular. Desde a época da colônia e da escravidão, a aquisição de um pedaço de terra para produzir e nela habitar se constitui em um sonho da maioria da população pobre do campo. Tivemos no século XIX e início do século XX vários movimentos messiânicos, liderados por religiosos que buscavam construir um outro mundo para seus seguidores, sem injustiças e com igualdade social.

Na década de 1950, várias lutas foram levadas a efeito pelos trabalhadores rurais, com a intenção de estender ao campo os direitos trabalhistas adquiridos pelos trabalhadores urbanos como jornada de trabalho, férias, salário mínimo, etc. As bandeiras pela reforma agrária foram construídas naquele período. Alguns movimentos sociais da época ficaram famosos como é o caso das Ligas Camponesas no Nordeste do país (Medeiros, 1989).

Depois do golpe militar de 1964, os trabalhadores rurais sofreram duros golpes nas suas organizações. “As ações coletivas foram desorganizadas, permanecendo apenas em lugares específicos, com o caráter de guerrilha armada, comandada por grupos de extrema esquerda que professavam aqueles métodos de luta” (GOHN, 1997:142).

Na década de 1970, ressurgem algumas organizações de luta e de defesa dos trabalhadores rurais. Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra, com o apoio da Igreja Católica, que voltava seus olhos para uma atuação junto dos pobres e excluídos do mundo rural. Da mesma forma que na década de 1950-60 alguns setores progressistas da Igreja Católica defendiam a congregação dos homens do campo na criação de iniciativas cooperativistas e associações profissionais e sindicais, a pedagogia da CPT vai centrar-se e adequar-se as dimensões simbólicas da religiosidade popular e criar uma visão de sociedade segundo a qual o ideal seria a reunião de varias comunidades de pequenos produtores. De acordo com Grzybowski (1990), o trabalho da Igreja popular, via CPT, pode ser definido como uma combinação de evangelização com educação política do povo em vista de sua organização e participação para a construção de uma nova sociedade.

Desses processos, segundo Gohn (1997), surge o Movimento dos Trabalhadores Sem terra, o MST, em 1979, em Santa Catarina, estendendo-se para todo o país ao longo dos anos 80 e se tornando, nos anos 90, o movimento popular mais importante em nível nacional.

O MST nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, instaurada durante o regime militar. Esse processo é entendido, no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. A luta do MST, representa, na verdade, a própria recriação do camponês que o modelo de desenvolvimento da agricultura, implantado pela modernização dos governos militares na sua aliança com o empresariado, tentou destruir. Desafia a própria determinação e a incompetência dos senhores do poder que consideram improdutivos os trabalhadores sem-terra. É exatamente pelo fato de não serem reconhecidos que também não são compreendidos pelos

modernizadores. Esse desconhecimento vem a público na forma de movimento. São as suas experiências da cultura popular que viabilizam a sua espacialização e a territorialização do movimento (Fernandes, 1996a).

BOXE Nº4

Características da modernização da agricultura

A modernização da agricultura se caracteriza basicamente pela mudança na base técnica da produção agrícola.

A modernização pode ser entendida também referindo-se às transformações capitalistas na base técnica de produção, ora à passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente.

O processo de modernização implica numa integração técnica intra-setorial e na mercantilização da agricultura bem como, na substituição de elementos internos do complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos) que abriu espaços para a criação de indústrias de bens de capital e insumos para a agricultura.

Em termos sociais desse processo houve um endividamento acelerado de pequenos produtores que passaram a consumir os novos produtos para a agricultura e em decorrência disso uma consequente perda da terra, devido ao não pagamento de empréstimos.

Fonte Kageyama, 1987.

Por outro lado, a propriedade fundiária adquire um caráter diferenciado a partir da intervenção do capital financeiro no setor agropecuário. Também o Estado passa a desempenhar novos papéis nesse novo padrão de desenvolvimento agrícola, ou seja, promove uma regulação visando financiar, patrocinar e administrar expectativas e a captura das

margens de lucro na agricultura, no sentido de beneficiar os capitais integrados e garantir sua valorização.

De uma forma geral, podemos dividir o MST em três fases: de 1979 a 1985 — luta pela terra, entendida como luta pela reforma agrária; de 1985 a 1988 — o movimento adquire caráter nacional, organizando-se nos Estados em que há lutas e ocupações; e de 1988 a 1996 — quando o lema básico da luta passa a ser: ocupar, resistir e produzir (Gohn, 1997).

Abordar o MST como um movimento social não tem sido consenso entre os estudiosos, pois ele é identificado como um fenômeno social próprio dos anos 70 em diante, portanto, novo, vinculado às contradições capitalistas, logo, industriais e urbanas, nas quais os aspectos comportamentais e culturais sobrepõem-se às questões econômicas. Consideramos, no entanto, de acordo com Berger (1998), a possibilidade de argumentar o MST como um movimento social a partir de sua inserção como tema da Sociologia Rural (anos 80), quando a ênfase não é a agricultura e sua economia, mas as relações sociais no campo, que, desiguais e acompanhando o desenvolvimento da agricultura capitalista, demandaram um novo tipo de organização, incorporando às antigas lutas sociais do campo reivindicações dos movimentos sociais urbanos¹⁹.

As lutas que marcaram o princípio da história do MST verificaram-se durante as ocupações das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta-RS, em 1979, e a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Êre-SC, em 1980 (Brumer 1990; Fernandes, 1996; Gohn, 1997).

¹⁹ - Nosso objetivo nesta parte do texto não é polemizar sob quais condições um movimento pode ser chamado de movimento social. Para nós o MST é um movimento social e para afirmarmos isto nos apoiamos na definição de Scherer-Warren (1984) sobre movimentos sociais.

Após as ocupações das glebas Macali e Brilhante, a luta cresce e, em outubro de 1979, cento e cinquenta famílias ocupam a fazenda Anoni, no município de Sarandi, e são despejadas. Dessa luta, nasce o histórico acampamento da Encruzilhada Natalino. Esse movimento constitui-se no marco das lutas dos sem terra pela repercussão obtida, por ter conseguido a solidariedade de entidades diversas, propostas de solução por parte do governo e o início da edição do boletim “SEM TERRA” (Zimmermann, 1989).

Da ocupação da fazenda Anoni, começaram novas lutas. Eram lutas localizadas que traziam em si uma experiência comum: sua forma de organização. Dessas lutas nasceram os encontros dos sem-terra. No Centro-Sul, um encontro importante foi realizado em julho de 1982, no município de Medianeira—PR. Um encontro nacional dos trabalhadores sem terra se realizou em 1982 em Goiânia, com representantes de dezessete dos 23 Estados brasileiros. Segundo João Pedro Stédile, líder do MST, foi o primeiro encontro para troca de experiências da luta pela terra. Em 1984, os sem-terra realizaram um encontro nacional na cidade de Cascavel—PR. Esse encontro nacional representou então a fundação e a organização de um movimento de trabalhadores sem terra, em nível nacional, que iria se articular para lutar por terra e pela reforma agrária. Aí nasceu o MST, com a articulação dos diversos movimentos que estavam acontecendo em nível localizado. Nesse encontro, de acordo com FERNANDES (1996:79), foram elaboradas as diretrizes gerais do movimento que foram as seguintes:

- 1) Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
- 2) Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
- 3) Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária;
- 4) Organizar os trabalhadores rurais na base;

- 5) Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;
- 6) Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
- 7) Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.

A articulação em nível nacional é obtida de fato com a realização do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem terra em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba—PR, com a presença de 1.500 delegados. Nessa ocasião, uma coordenação nacional é eleita, composta por representantes de 12 Estados.

2.8.2. A organização do MST em nível nacional

O MST se define como um “movimento social que luta pela reforma agrária e por transformações sociais. O MST tem um caráter popular, em que qualquer um pode ingressar; um caráter sindical, quando lutamos por preços agrícolas, por crédito; e também um caráter político, porém não partidário” (STÉDILE, 1996:23). O movimento possui uma coordenação nacional formada por aproximadamente noventa pessoas. São dois membros por Estado, eleitos nos encontros estaduais; um representante eleito de cada central das cooperativas estaduais; dois membros eleitos por setores nacionais; e vinte e um membros da direção nacional, que são eleitos no encontro nacional.

A estruturação básica do MST, fruto da luta pela terra e pela reforma agrária, é assim constituída (hierarquicamente): Congresso Nacional; Encontro Nacional; Coordenação Nacional; Direção Nacional — Secretaria

Nacional; Setores Nacionais (Educação, Comunicação, etc). O MST tem como personalidade jurídica a Associação Nacional de Cooperação Agrícola — Anca. Essa associação tem o objetivo de estabelecer os fins contábeis e financeiros do movimento. Em nome dela, estão todas as propriedades e documentos legais do MST.

As iniciativas de organização do MST, em nível nacional, foram se dando, de maneira paulatina, nas diferentes regiões do país. A estratégia básica dos sem-terra é a ocupação de terras improdutivas, públicas ou particulares, criando um fato político que leva a pressionar os órgãos públicos a negociarem com o movimento e a promoverem seu assentamento definitivo na terra, através da concessão de títulos de posse.

Um dos grandes problemas que o MST enfrenta em nível nacional é a diversidade cultural entre as regiões. Esta tem sido a principal barreira para a implementação e adequação das propostas e estratégias do movimento. Outro desafio é a forma de ação coletiva implementada que, muitas vezes, não condiz com a realidade das bases, pois estas têm culturas próprias, específicas, com valores diferentes dos das direções.

Outra dificuldade encontrada pelo movimento tem sido a sua relação com o Estado. Para o MST, o Estado representa o opositor autoritário da sociedade civil, com função de gerir os interesses da classe dominante. Para o movimento, “é necessário romper com o poder político dos coronéis, latifundiários e oligarquias rurais que usam a dominação econômica e social para se perpetuarem no poder político, exercendo com mão-de-ferro todos os cargos públicos, e colocando o Estado apenas a seu serviço” (MST, 1995). No nosso entendimento, apesar de o Estado ser o representante da exploração da agricultura de modo capitalista, é necessário negociar, obrigando-o a ceder em

pontos que as políticas governamentais foram traçadas, impulsionando desta maneira a reforma agrária.

Para Grzybowski (1990), os movimentos sociais do campo abrem e constroem alternativas, mas por si sós têm-se revelado incapazes de mudar o Estado, a relação de hegemonia e poder que dá substância à dominação do mesmo. No entanto o MST tem evidenciado diferentes momentos de relação com o Estado e tem demonstrado que, com a pressão de massa, é possível garantir avanços nas conquistas em favor dos despossuídos do campo.

2.8.3 A organização/atuação do MST na Paraíba²⁰

A situação dos trabalhadores rurais da Paraíba tem sido, como em todo o Brasil, marcada pela miséria e superexploração da força de trabalho, repressão dos usineiros e pelo coronelismo do poder político e econômico local.

A primeira ocupação de terras feita pelo MST na Paraíba foi no dia 7 de abril de 1989, quando cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais, oriundos de nove municípios da região do brejo paraibano, ocuparam a fazenda Sapucaia, de propriedade do fazendeiro Camilo Oliver Cruz, com 2.400 ha, no município de Bananeiras. A fazenda era uma área de antigos conflitos de terra onde viviam em torno de 40 famílias em disputa permanente com o fazendeiro, para que pudessem plantar para a sobrevivência numa área que, segundo o MST, era improdutiva. Os trabalhadores foram despejados de forma violenta, porém permaneceram acampados próximo à área até o dia 3 de setembro. Como nada foi definido pelo governo em termos de desapropriação da área, as

famílias juntaram-se a outras, totalizando 320 famílias, e ocuparam a fazenda Maniçoba, no município de Esperança, onde permaneceram acampadas por um longo período, aguardando a emissão de posse da área.

A constituição cronológica do movimento no Estado foi configurada a partir das seguintes articulações, segundo o MST:

1985 — participação de 25 lavradores no primeiro Congresso do MST em Curitiba-PR;

1986 e 1987 — discussão a respeito da articulação dos sem-terra com sindicatos de trabalhadores rurais que atuavam na luta pela terra (dessas articulações criou-se a secretaria estadual);

1988 — promoção de cursos de formação e articulação de base em diversos municípios do Estado, entre eles: Piripirituba, Guarabira, Cuitégi, Lagoa de Dentro, Mari, Alagoinha, Alagoa Grande, Araçagi, Bananeiras e Jacaraú. A mobilização durou seis meses, envolvendo aproximadamente 500 famílias;

1989 — realização de dois encontros de militantes de vários municípios do brejo paraibano. Participação, ao lado de entidades sindicais rurais, do dia do trabalhador rural em 25 de julho. Em agosto, participação no ato público contra a violência no campo em Alagoa Grande, junto com a CUT e diversos sindicatos de trabalhadores rurais;

1990 — diversos trabalhos de conscientização na região agreste, durante seis meses, que mobilizaram cerca de 100 famílias nos municípios de Boqueirão, Queimadas e Araras. Participação e promoção do ato público do 1º de Maio em Campina Grande;

1991 — nos meses de janeiro a maio, realização de trabalho de base nos bairros de Campina Grande, entre eles: Catingueira, Bairro das

²⁰ - A reconstituição histórica da trajetória do MST na Paraíba foi retirado, (além da bibliografia citada) de entrevistas com dirigentes e de folhetos avulsos encontrados na sede estadual em João Pessoa-PB.

cidades, José Pinheiro, Pedregal e Ramadinha I e II. Desse trabalho, resultou, no final do mês de maio, a ocupação da fazenda Boa Esperança em Campina Grande. Todas as famílias foram despejadas, provocando a ocupação da Praça da Bandeira, no centro da cidade, onde passaram 4 meses esperando uma resolução do problema. Como o governo nada resolveu, o movimento ocupou a área de pesquisa da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA) em Lagoa Seca. Nesse episódio, foi fundado o Comitê de apoio ao MST do qual participaram diversas entidades representativas da sociedade civil: ADUF, ADUEPB, SINDICATO DOS BANCÁRIOS, SINTAB, CUT REGIONAL, SINTEEP, SIVEPA e CDDH. Todas essas entidades, além do apoio político que prestaram, elaboraram documentos divulgando a situação agrária da Paraíba e também colaborando como mediadoras nas audiências junto ao poder público.

De 1991 em diante, o MST/Paraíba coloca-se, em termos de ação e mobilização, dentro da agenda do movimento em nível nacional, priorizando entre outras coisas o trabalho de formação de lideranças e o desenvolvimento de novas técnicas educacionais junto aos trabalhadores, já que a grande maioria são analfabetos e semi-analfabetos.

Segundo lideranças do movimento no Estado, as duas entidades que mais contribuíram para a organização, apoio logístico e demais tarefas necessárias foram a CUT e a CPT. A CUT apoiando diretamente nas ocupações, negociações e assessoria jurídica. A CPT²¹, com uma atuação mais direta, desempenhou o papel mais importante em termos da defesa e da organização dos trabalhadores rurais.

A postura da CPT tem-se pautado desde o início de sua fundação pela defesa intransigente dos pobres do campo. Na Paraíba, ela chamava-se

²¹ - Com relação à CPT, achamos importante darmos um espaço maior na discussão, pois esta representou, sem dúvida nenhuma, um papel propulsor das lutas do Movimento Sem Terra na Paraíba.

pastoral rural até 1988, ano em que se transformou de fato em Comissão Pastoral da Terra. À frente da CPT, destaca-se Frei Anastácio Ribeiro, hoje coordenador na Paraíba e na CPT regional Nordeste. Outros agentes da hierarquia progressista da Igreja católica que deram na Paraíba testemunho de sua opção aos pobres do campo são D. José Maria Pires e D. Marcelo Carvalheira.

Apoiando os movimentos sociais e populares, a CPT luta em defesa da democratização da terra, contra a fome e a miséria e pelo direito à cidadania plena para os trabalhadores do campo. Ela coloca-se a favor de lavradores, posseiros e índios, participando de negociações entre estes, os órgãos da terra, o poder executivo e proprietários, além de ocupar espaços importantes nos meios de comunicação.

O crescimento dos imóveis adquiridos c/ou desapropriados para assentamento de população em áreas de atuação da CPT estão aí para demonstrar a eficácia da ação desta ala progressista da Igreja católica. Para os trabalhadores e para o MST, a Igreja, através da CPT e o apoio por ela prestado, constitui, de um lado, a segurança e a certeza de que não estão sozinhos na luta e, de outro lado, a única garantia de sobrevivência ao conflito, sobretudo quando a violência é muito grande (Moreira & Targino, 1997).

2.9 O ASSOCIATIVISMO NOS ASSENTAMENTOS PARAIBANOS

Vinculados a uma tendência nacional, vários assentamentos do Estado da Paraíba promovem sua organização através de associações e cooperativas de produção. As características fundamentais dessas agremiações estão prescritas, primeiro na Constituição e na legislação brasileira sobre

sociedades civis, e adaptadas às tipologias que o MST tem colocado em prática em todo o país.

Segundo as pesquisas de Ieno & Bamat (1998), que estudaram diversos assentamentos na Paraíba, o associativismo é visto por muitos assentados apenas como o veículo através do qual podem conseguir empréstimos/financiamentos oriundos dos projetos para as áreas de assentamentos incentivadas pelo INCRA. Ou seja, a idéia de associar-se para resolver problemas da produção, comercialização e ampliação das relações interpessoais nos assentamentos não é enfocada como a principal causa da aglutinação das diversas famílias nas organizações. Ora, isso é muito natural, vindo de agricultores descapitalizados e que não possuem outra alternativa senão criar estas organizações com o intuito inicial da obtenção do crédito para resolver seus problemas mais imediatos traduzidos pela necessidade de se manterem vivos e conseqüentemente produzir excedentes para poder comercializar.

Segundo os autores acima, a prática mais comum nos assentamentos²² é a do trabalho cooperado via mutirões. Esse trabalho se dá em áreas restritas, efetuando-se a divisão dos frutos do trabalho entre a Associação e aqueles que se dedicam ao trabalho no “roçado comunitário”. O principal fator que tem inviabilizado o sucesso desse tipo de prática está, segundo os pesquisadores, na inadequação entre o ideal utópico da produção camponesa e o da produção comunitária.

Para o camponês assentado, a terra, sinônimo da liberdade pela qual tanto lutou, é propriedade da família, e o trabalho que nela realiza deve ser um trabalho livre, o oposto ao realizado nos tempos de cativeiro, quando o patrão lhe dizia o que e onde plantar. Durante a

²² - Os pesquisadores selecionaram doze assentamentos para o estudo, sendo dois com tutela da INTERPA (Instituto de terras da Paraíba) e dez do INCRA. São eles: Apasa, Camucim, Capim de Cheiro, Subaúma e Tambaba (todos estes no litoral paraibano) e Amarela I, Amarela II, Santa Clara, Urna, Dona Helena, Jacaratá e Quandu, nas regiões do agreste, da várzea e do brejo paraibanos.

luta coletiva pela terra familiar, este tipo de prática alcança um certo sucesso, por tratar-se de uma forma de fortalecimento/união do grupo para conquistar a terra e a liberdade do trabalho. Uma vez liberto, o camponês realiza o “seu” trabalho, na “sua” terra, de acordo com a “sua” determinação. O trabalho no “roçado comunitário”, sob esta ótica, é visto pelo camponês não como um trabalho que ele realiza para si próprio, mas sim como um trabalho que ele realiza para os outros. Daí o aparecimento de inúmeros conflitos e a inviabilização de boa parte das experiências (IENO & BAMAT, 1998: 96-97).

As associações resultantes do processo organizativo durante a luta pela terra e da interferência dos órgãos governamentais apresentam níveis organizacionais e dinâmicas de funcionamento bastante diferenciados²³. Numa tentativa preliminar de caracterizá-las, é possível identificar pelo menos quatro tipos de dinâmicas no funcionamento dessas associações: “associações com descentralização organizada do poder; associações com descentralização anárquica do poder; associações com centralização do poder mantendo a unidade; e associações com centralização do poder, sem superação da divisão interna” (TARGINO et alii, 1998:08).

Dessa descrição feita, pode-se afirmar, segundo os autores supramencionados, que o processo organizativo implementado após a conquista da terra é marcado por:

— Uma verticalização da estrutura do poder decorrente do modelo associativo adotado, cujos cargos estão hierarquicamente ordenados, favorecendo a personalização do poder na figura do presidente;

— Uma influência decisiva das políticas públicas voltadas para as áreas de assentamento, no sentido de favorecer e estimular o fortalecimento dessa forma associativa;

²³ - O trabalho via mutirão faz parte ainda da ideologia artesanal camponesa, isto impede que a consciência do trabalhador avance, em termos de cooperação, para a divisão técnica e social do trabalho. Mantendo essa consciência de artesão, ajudará a manter uma relação de patrão e empregado tanto nas associações como nas cooperativas.

— Um abandono gradativo de instâncias intermediárias de organização que favorecem a participação ativa de todos os membros da comunidade, restringindo o processo participativo aos chefes de família;

— Uma transformação gradativa das assembléias em instâncias formalmente homologadoras das decisões tomadas pela direção das associações;

— Uma tendência à perpetuação das lideranças em consequência dos laços de favores e de apadrinhamento que se criam internamente;

— O atrelamento da organização dos assentamentos a grupos oligárquicos locais.

Pelas características apresentadas nos assentamentos paraibanos, seria necessário desenvolver um trabalho que pressupõe, acima de tudo, a criação de uma consciência organizativa que tenha como objetivo buscar construir canais educativos que possibilitem o entendimento do funcionamento das entidades associativas. O respeito à tradição cultural dos trabalhadores rurais, que ideologicamente não se subordinam a proposições tratadas por chefes, presidentes e/ou direções, é um aspecto que deve ser tratado de forma cautelosa. Outras sugestões podem ser feitas e serão desenvolvidas nos capítulos seguintes, que tratam da evolução dos processos de organização e logo da análise dos mecanismos de construção da ação coletiva no assentamento Massangana III.

4.1 LÓGICA INDIVIDUAL, CONFLITOS E APRENDIZAGEM COLETIVA

4.1.1 As estratégias individuais e coletivas

Ser assentado para as famílias de Massangana III significa a possibilidade de prover a sobrevivência da família, “não depender de ninguém, do patrão, e não precisar comprar a maioria das coisas que vão comer”. Essa idéia expressa o sentimento de independência e de domínio sobre aquilo que nunca lhes tinha pertencido anteriormente, ou seja, a terra. Todas as famílias entrevistadas revelaram nunca terem sido donas de um pedaço de chão para plantar. Todas elas apenas sonhavam com essa possibilidade, pois na sua maioria trabalhavam como empregados rurais no corte da cana-de-açúcar.

O assentar significou o reconhecimento de um processo de lutas que foi construído de maneira árdua e corajosa por todas as famílias. Estas se submeteram a diversas privações no seu sistema de sobrevivência cotidiana, o que desembocou numa nova forma de construção da cidadania em que ser assentado significa a esperança num futuro melhor. Ficar sob a lona preta na margem da BR, abandonar o emprego temporário, pelo que ainda representava ser reconhecido como trabalhador rural, expressa a vontade de ser “dono do próprio nariz”, como diz um dos assentados. É a configuração e o desejo de ser dono da terra, de ter sua casa própria para morar e gestar a sobrevivência, sem ninguém para ditar horários, regras ou normas preestabelecidas.

O significado da luta pela terra que empreenderam foi a efetivação do projeto de ser agricultor, de ver viabilizada uma forma de exploração ou valorização da terra e ter sob seu controle a organização e os resultados da produção. Esse ideal de autonomia reflete a presença da sociedade camponesa, entre os pequenos agricultores e trabalhadores rurais do Nordeste.

Hoje eu tô mais melhor. Hoje eu trabalho pra mim. O cabra que trabalha alugado qual é o futuro que tem? O alugado o que a pessoa ganha come. E depois como é que fica? Eu só trabalho na minha lavoura e como eu quero e ainda sobra tempo no fim de semana pra ajeita umas bicicleta aqui no assentamento (J.S).

A importância e o significado da luta pela terra começaram a ficar presentes na fase do acampamento. O MST procurou sempre preparar as famílias para o trabalho conjunto, no assentamento, tendo em vista a falta de experiência de luta e, principalmente, pela tendência individualista que muitos expressavam.

As lideranças tendo uma visão global das propostas do MST, procuraram sempre difundir as formas modelares previstas para a organização da produção, tendo em vista sempre o aspecto econômico, social e político, bem como a preocupação na preparação de “quadros” através de formação específica (Líder do MST/Pb).

As lideranças que despontaram no processo de acampamento seriam mais tarde as responsáveis pela mediação e condução mais centralizada das resoluções e das ações que fossem empreendidas.

Embora tenha havido uma preocupação do movimento em preparar líderes na fase do acampamento, que pudessem empreender futuramente o trabalho coletivo no assentamento, não houve percepção suficiente para entender a própria trajetória anterior das famílias em questão. Nenhuma das famílias sequer teve uma história de vida ligada ao trabalho coletivo. A grande maioria dos trabalhadores rurais residiam em periferias das cidades e se deslocavam até o campo apenas nos momentos de requisição da força de trabalho no corte da cana. Isso, seguramente, foi um forte fator contra a implementação das formas modelares propostas pelo MST.

Se a preocupação do movimento era preparar o trabalho conjunto durante o acampamento, coisa que foi perfeitamente aceita nesse período, a etapa seguinte foi mais complicada, pois, após conseguirem a terra, os trabalhadores explicitaram uma certa tendência ao individualismo.

Aí, entra uma questão típica de “cálculo”. No início era conveniente a idéia de compartilhar de uma situação com a qual todos não tinham nada. Coletivizar qualquer coisa era lucro, e todos se homogeneizavam em torno da idéia do coletivo. No momento em que existe a possibilidade de “não necessitar” mais do outro em função da aquisição da terra, o coletivo passa a ser apenas uma possibilidade, desde que não fira o que é “meu”. O trabalho coletivo é visto com desconfiança pois na própria gênese destas famílias vem implícita a concepção de práticas desonestas

advindas de sindicatos, cooperativas e demais associações rurais. A desconfiança também é maior por ser o trabalho coletivo uma imposição de fora, e não uma opção própria dos trabalhadores.

Eu tenho vontade de trabalhá no coletivo desde que tenha um estudo que mostre pra mim como é este trabalho, como se aplica o dinheiro que ganha do governo e quem vai administrá (J.de A).

Alguns dos assentados nunca haviam sequer trabalhado na agricultura. Vieram, muitas vezes, de atividades que não tinha nada a ver com o campo. Foram recrutados pelo movimento porque eram favelados urbanos, desempregados e/ou ganhavam baixos salários na cidade. Por isso, apoiados na promessa de mudança de vida que o MST fazia, engajaram-se na luta pela terra. Os trabalhadores que tinham uma vida ligada a essa atividade desconheciam uma experiência anterior de trabalho coletivo.

Eu vivia trabalhando avulso, tirando abacaxi pros outros (P.F).

Eu trabalhava na agricultura, terra arrendada, eu não tinha terra pra trabaiá, era arrendada, plantava roça e feijão. Eu trabalhava em terra arrendada prá mim (F.S).

Eu era funcionária pública da prefeitura (M.S).

Eu morava na rua, na cidade, qualquer serviço que aparecia eu fazia (M.N).

Em realidade, os assentados não tinham vivenciado um ambiente que tivesse proporcionado uma experiência coletiva de qualquer nível, com exceção do período de acampamento. Isso explica as dificuldades em criar uma organização cooperativista como queria o MST, baseada na produção coletiva. Além disso, tal organização pode também tomar outros rumos devido à representação constituída no imaginário dos assentados quanto à idéia de associação. Voltamos a enfatizar que tudo isso tem a ver diretamente com as experiências anteriores dos sujeitos, ou seja, com suas trajetórias histórico-culturais.

Podemos afirmar que a criação das organizações no assentamento se deu sem respeitar essas particularidades que caracterizam cada família. Foi uma espécie de imposição a organizar-se. As famílias tiveram que adaptar-se a um modelo preestabelecido de organização.

A visão que eu tenho é que precisa de preparo pra trabalhá no coletivo, eu mesmo nunca trabalhei e de repente chegam com isso, eu confesso que nem lê eu sei, muito menos entendê esse negócio (A. S).

Esse depoimento expressa claramente as falhas do Movimento Sem Terra, que muitas vezes impõe formas de organização que tendem muito mais a gerar conflitos nos assentamentos do que propriamente contribuir para o sucesso econômico e social das famílias assentadas. Ao não se dar conta da dimensão sócio-histórica e cultural que explicaria parte da auto-identidade e da coesão social do grupo, negligenciou os esforços para o resgate histórico dessa dimensão e perdeu-se a possibilidade de compreensão e interpretação da complexidade associativa daí resultante.

4.1.2 Trajetória de vida e aprendizagem coletiva

Esse resgate deveria compreender a dinâmica das transformações que ocorreram na agricultura brasileira. Antes da modernização agrícola, os camponeses eram movidos, na sua grande maioria, por um entrelaçamento de formas de ajuda mútua e de obrigações mútuas com os mais diversos objetivos e denominações (mutirão, etc), sempre embasados, segundo Nascimento Filho (1990), na reciprocidade. Com a modernização, além de perderem esses vínculos, perderam também a terra, e com isso foi interrompida uma trajetória cultural associada aos valores da reciprocidade camponesa (Sabourin, 1999b). Hoje (década de 1990), a situação é outra. Os trabalhadores rurais, junto com alguns pobres urbanos, retomam a posse da terra (através da luta pela posse da terra). Porém, de certa forma pelo próprio espaço temporal, perderam, na sua grande maioria, as potencialidades advindas dos laços familiares com relação à organização da produção³⁴. Isso quer dizer que as famílias hoje assentadas em Massangana III apenas guardam em suas memórias as histórias contadas pelos seus pais, mas não vivenciaram essas experiências, ou seja, nunca foram camponeses, apenas têm uma origem camponesa.

³⁴ - Gostaríamos de salientar que, antes da modernização, os trabalhadores rurais brasileiros mantinham laços de solidariedade e reciprocidade, porém não eram organizados no sentido proposto ao modo do MST, ou seja, a formação de associações e cooperativas no intuito de coletivizar todos os meios de produção.

Essa idéia explica em parte o porquê de certas iniciativas tomadas pelos dirigentes do MST com relação aos assentados. Ao contrário, aparece a necessidade de manter uma estrutura organizativa que realce um determinado compromisso com as formas de organização camponesa anteriores à “modernização”, mas adaptadas a uma idéia diferenciada de organização social e econômica. Para isso se concretizar, no contexto atual, muitas vezes a conformação organizativa privilegiada pelo MST pode ser confundida com uma visão militarizada.

A prática coletiva de união e solidariedade que existiu na luta pela terra fortaleceu, como já vimos, as bases que permitiram a organização coletiva via criação da associação e depois da cooperativa. Em outros termos, a aprendizagem coletiva acumulada durante a luta propiciou a criação de uma representação comum do que poderia ser uma organização coletiva ou, pelo menos, os efeitos positivos da ação coletiva. Tal representação comum constitui a base mínima para a ação organizada.

As relações sociais coletivas exercidas durante o acampamento constituíram os principais fatores que permitiram imprimir formas de organização na vida cotidiana dos assentados. No entanto, a criação dessas organizações aparece também como condição de acesso aos subsídios estatais e por isso tem toda chance de ser vivida, em parte, como uma imposição. Coagidos que são pelos ideais do MST e pela obediência de regras definidas (tanto pelo INCRA como pelo MST), à revelia de seus próprios valores, esses trabalhadores tendem a continuar comportando-se como os dominados que sempre foram, até pelo medo de perder o pouco que conseguiram. Nesse sentido, os modelos impostos e o assistencialismo limitaram um acúmulo maior em termos de aprendizagem coletiva.

O período de trabalho coletivo durante o acampamento não anulou o interesse de autonomia das famílias na terra conquistada. Ao contrário, fez emergir uma certa determinação de trabalharem individualmente depois de assentadas. Porém, na luta, todos partilhavam de causas e ideais que muitas vezes não correspondiam com suas trajetórias pessoais. De certa forma, isso representou uma alteração na forma de organização individual ou familiar desses trabalhadores. Houve, assim, um processo de aprendizagem coletiva que criou uma base suficiente para aderir a novas regras coletivas. Algumas famílias, a minoria, tenderam à adesão ideológica do MST.

Na realidade, esta “bipartição” entre um grupo que preferiu trabalhar individualmente e outro que agregou as propostas do Movimento

Sem terra explica em parte a diferenciação entre a cooperativa e a associação. Ou seja, por um lado a associação preserva a “individualidade” dos trabalhadores rurais podendo cada família trabalhar no lote individual. De outro lado, a cooperativa que passa a exigir planos estratégicos sob o controle coletivo.

4.1.3 Conflitos e aprendizagem coletiva

A associação dos produtores rurais de Massangana III foi constituída dentro daquilo que se chama forma modelar de organização proposta pelo MST. Por ter sido a primeira forma organizativa criada no assentamento, conseguiu aglutinar todas as famílias em torno de si. Logo, com os conflitos gerados, fragmentou-se, no entanto possui, como foi explicitado no capítulo anterior, a entidade com maior número de sócios.

A associação vivenciou diversos problemas na sua constituição. Isso propiciou forjar uma experiência coletiva na prática, demonstrando que a apreensão de novos conhecimentos só se deu de fato através de situações conflituosas, propiciando experiências práticas de união e solidariedade como também de organização e de tomada de decisão.

Numa primeira instância, o que aglutinava as famílias na associação talvez fosse o interesse pela captação de recursos governamentais para o custeio e investimento. Mas, de qualquer forma, além dessa preocupação, existiu também uma representação coletiva e a possibilidade de promover um trabalho conjunto conforme as sugestões do Movimento Sem Terra.

Os conflitos começaram a aparecer quando o novo presidente deu ênfase ao caráter instrumental da associação, recebendo apoio da diretoria. Ao contrário, a maioria dos sócios acreditava que, com os recursos na mão, a associação iria canalizá-los em parte para atividades que envolvessem todos num trabalho coletivo na área destinada para tal tarefa. Isto ocasionou um conflito dentro do assentamento, pois a idéia de não investir na área coletiva batia contra os propósitos do MST. Num determinado momento, o Movimento foi expulso do assentamento, ficando evidente que quem mandava era a associação pois esta tinha o maior número de famílias e não necessitava dos préstimos de ninguém para sobreviver. Entretanto, o que

pareceu ser a causa imediata do rompimento, ou seja, a instrumentalização da diretoria, evidenciou-se por outros motivos também de ordem financeira. Por um lado, os assentados questionavam o destino de parte do dinheiro da venda da cana de açúcar e por outro, não concordavam plenamente com a idéia de que, quando recebessem o dinheiro dos projetos, teriam de destinar uma porcentagem para o movimento.

Hoje estou sozinha, a associação não deixa ser do MST. Com o MST a gente tinha que, quando recebesse o dinheiro do projeto, tinha que dar uma contribuição, né? E hoje a gente não precisa dá mais por conta que a gente tá individual do MST, né? Quando a gente expulsou eles daqui, a gente foi muito agredido, eles vieram fazê briga com a gente o pessoal do MST da Paraíba. Sabe, tinha muita cana aqui, porque isso aqui era tudo área canavieira, foi muito dinheiro, então foi vendido essa cana e foi comprado um motor e um trator, né? e foi dividido uma parte com os assentados e ficou uma parte prá gente comprá adubo pra ajuda a sóca da cana e essa parte do dinheiro o camarada que vinha na associação acabou, desviou o dinheiro e a gente não sabe no que. E aí por conta disso a gente questionou e queria o dinheiro, todo mundo queria o dinheiro e no fim, por que eu trabalhei por oito meses no movimento aprendi muita coisa, né? gostei muito e aí eles achavam que eu era muito sabida e não me queriam aqui dentro de maneira alguma, fizeram ata de assembléia, me expulsaram daqui e tudo mais, aí eu fiquei sem projeto no ano de 1997, mas eu sempre com minha força de vontade de trabalho fiquei aqui e ainda estou (M.S).

Esse processo conflituoso se concretiza quando a primeira direção eleita se afasta do cargo e toma outros rumos, carregando consigo uma parcela de famílias descontentes com os caminhos erigidos pela coletividade. “Queríamos trabalhar coletivamente, coisa que eles, a maioria, não queria” (Ex-presidente da associação). As famílias que se afastaram da associação tinham uma compreensão de que, trabalhando sozinhas, não alcançariam a produtividade do trabalho que tem um grupo. Então, apoiados pela direção do MST, formaram outra organização.

Tal conflito propiciou uma experiência coletiva na prática e foi o modelador de um perfil assumido pela associação, num primeiro momento, e que parecia determinante para as ações futuras da entidade. Ou seja, o ato de confrontar o movimento que os tinha levado até a conquista da terra demonstrou uma firmeza da associação na defesa dos “direitos” dos trabalhadores que os motivou, inclusive, a participar mais ativamente das assembléias.

Na verdade, essa foi uma estratégia bem construída pelas lideranças da associação para atrair a confiança dos sócios. Dali para frente, a par da investida contra o MST, não houve nenhum esforço de construção coletiva por parte da diretoria. Mantiveram um isolamento das unidades de produção e reafirmaram a tutela do Estado sobre o assentamento, desencadeando um novo processo de sujeição.

A única possibilidade de intervenção e participação direta dos sócios é nas assembléias e, mesmo assim, nestas, ninguém “abre a boca”, sob a ameaça de ficar sem acesso a projetos ou de ser agredido.

Nas reuniões só tem briga rapaiz, tem um cara aí que da de facçãozada no povo, dá empurrão, o povo não procura seus direitos e daí eles pegam e batem na cara dos trabalhadores (A da S).

Segundo alguns trabalhadores, somente uma pessoa enfrenta o presidente. Por sorte, entrevistamos essa pessoa, para saber como ela visualiza a associação e quais os problemas que ela aponta para a existência de uma ação coletiva.

Tem problema que a gente se acha machucado, maltratado, se vai falá é sujeito se expulso, é o que diz assim: expulsa. Se não se cala, expulsa da área. Eu brigo muito, eu digo vocês não têm o direito. O presidente falou que quem quisé trabalhá trabalha e quem não quisé bota os pano na mochila e vai embora. Isso é uma ameaça. Ai quando foi na assembléia ele disse (o presidente): de agora em diante minha pisada vai ser essa, vou pisar nos calcanhar até fazê uma ferida, aí eu disse outras coisa: então seu candango saia de lá e pise no meu pé logo, foi assim, você não pisa no pé de ninguém, você não tem esse poder, será que um trabalhado seja um lixo? Você não pisa no pé de ninguém. Venha pisá no meu pé pra vê o gosto que você sente (E da S).

Esse comportamento autoritário dos líderes da associação colaborou para a construção de uma representação extremamente negativa da entidade. Também essa forma de liderar teve reflexos na representação dos sócios quanto ao trabalho coletivo. A partir do momento que o presidente se isola dos sócios, dá a entender que ninguém é unido e que tudo se decide apenas por algumas pessoas.

O trabalho coletivo é o seguinte: aqui uns trabalha demais e outros não trabalha, não tem organização, uns querem, outros não querem, certo, são desunido, se existisse uma união, vamos trabalhá, aí sim, não tem organização, fica só na mão dum aí não tem futuro (J de A).

Para as famílias, o que impede o trabalho coletivo é o jeito de administrar do presidente, que “apenas pensa em si próprio” (J da S) e não toma nenhuma iniciativa no sentido de promover uma aproximação dos sócios para este trabalho. Sobre os benefícios que tem trazido, é enfático o depoimento de um ex-diretor da associação e hoje apenas sócio.

Até hoje os benefício que tem é o que já encontremo, um trator que só o presidente e seu pessoal usa, um motor que tá com a cooperativa, os equipamento do trator, um carro que a gente só usa se tivê dinheiro e só. Eu mesmo tô prejudicado, nesse custeio que saiu eu não recebi porque fui prejudicado que não mandaram eu no projeto (P.F).

Apesar de as famílias manterem-se filiadas à associação e de visualizarem-na como um instrumento de captação de recursos governamentais (e, aliás, sem esses recursos não viveriam), começam a ver no grupo que rompeu mais unidade e mais aproximação. Isso demarcou uma representação a cerca da necessidade de construírem canais coletivos para proporcionarem uma vida mais harmoniosa quanto às relações humanas e mais solidária com relação ao manejo da produção. Isso significa que houve uma aprendizagem coletiva durante o processo, e que poderá, um dia, ser revertida a situação de conflito entre sócios e direção, via mudança na delegação de poder ou via mudança nas regras. É importante salientar que essa idéia positiva está marcada pela relativa facilidade de captar recursos por meio da organização (ver tabela 1).

Eu sei dizê que a cooperativa tá melhor que a associação, porque o povo que tá na cooperativa não ficou nenhum sem recebê. O presidente lá ajeitou o papel do povo todinho, quer dizê que todo mundo recebeu, agora aqui foi escolhido um e outro (M. da C).

Todos só fala mal da associação. Na cooperativa ninguém pode falá nada. A gente quer ver a vitória dela prá ver como é que vai, né? se dé certo um dia eu tenho a idéia de me associa na

cooperativa. Eu tenho assim, olhe, pra ser franca e falá a verdade eu mesmo vô falá com seu Valdo, sabe como é? É muito bonito o trabalho da cooperativa, tudo da união (E.da S).

As fontes precárias de capitalização e de acumulação dos associados, a chamada lavoura branca (mandioca, macaxeira), não garantem um futuro promissor a cada família sócia individualizada. Além da falta de recursos para investimentos, o clima não tem ajudado nos últimos dois anos, provocando perdas sucessivas de safras devido a seca. Mas a desunião das famílias contribuiu muito mais para o empobrecimento de algumas unidades produtivas. Existem, inclusive, alguns agricultores desesperançados, com vontade de abandonar o assentamento, caso não haja a iniciativa de promover a participação deles em torno das discussões sobre seus problemas mais imediatos.

Os acontecimentos conflituosos entre a direção e os sócios fizeram com que muitas famílias não recebessem o dinheiro advindo dos projetos de custeio e investimento. De fato, o presidente não acompanhou os mais “rançosos” para com sua administração, deixando-os de fora da lista de pedido de financiamento.

Rapaz, jogado trabalhando num canto e noutra é melhor que eu tava arrumando dinheiro e hoje vivo aqui sem arrumá nada. Quando eu tava no meio do mundo eu tava muito melhor, porque aqui é o seguinte o pior daqui é a gente esperar pelo dinheiro do governo. Isso aqui só vai melhorá se muda a administração. O presidente tá administrando como se fosse dele e a gente somo os trabalhado dele, eu não aceito (J de A).

Nesse caso, se pensarmos profundamente no termo aprendizagem coletiva, veremos que, na associação, isso ocorreu apenas em termos de um aprendizado político que levou os sócios a repensarem as estratégias administrativas para um futuro próximo, talvez na próxima eleição. A representação da organização que, num primeiro momento, pensavam ser de respeito às suas experiências e de respeito aos sujeitos, foi desvirtuada. Conseqüentemente, afastou-os de uma participação das decisões e encaminhamentos dos assuntos que diziam respeito ao futuro do assentamento e a si próprios.

4.1.4 Construção de uma representação comum: o caso da cooperativa

Diferente da associação, a Cooperativa de Massangana III foi constituída para funcionar na forma de uma CPA. Conforme caracterizamos anteriormente, as CPAs devem ser o espelho da eficácia em termos de ações empreendidas pelo MST, na demonstração da superioridade sobre qualquer outra forma de ação coletiva nos assentamentos. Qualquer que seja o valor do modelo, houve mudança de padrão de ação coletiva, tanto na forma de delegação de responsabilidade (eleição, funcionamento da diretoria) como na aceitação de novas regras. Em realidade, houve um consenso forte em torno de uma representação comum do modelo da cooperativa.

Em termos gerais, é necessário termos claro que, para funcionar uma cooperativa, apenas a vontade do assentado não resolve, tem de haver afinidade. Então, de onde vem esta afinidade dos cooperados de Massangana III? Primeiro, nenhum dos sócios teve experiência com trabalho coletivo ou cooperativa anteriormente. Então, porque somente esse pequeno grupo resolveu cooperar-se? Será que eles nasceram com predisposição inata a cooperar-se? É obvio que não. Portanto, toda a predisposição que mostraram para a realização deste investimento foi produzida a partir da luta pela terra durante o acampamento e nas dificuldades que encontraram na associação. Daí decorreu o processo de aprendizagem coletiva dos sócios da Cooprama.

Sabemos, e isso foi explicado anteriormente, que a origem e a história anterior desses assentados não os induzem ao trabalho coletivo. O que ocorreu nesse caso foi a combinação entre a experiência recente da luta e uma proposta produzida e elaborada pelo Movimento Sem Terra calcada nas necessidades econômicas dos assentados. Eles cooperam naquilo que precisam, mas também cooperaram para criar processos de sociabilidade. A primeira condição é econômica, mas dificilmente pode ser desligada dos valores sociais comuns que fundamentam a aprendizagem coletiva.

Quando a gente tava aí era uma confusão medonha, sozinho individual e aí os menino chamou para entrá na cooperativa. Dai eu topei. Porque a gente tem que trabalha no coletivo porque se o cabra trabalhá assim solto, o cabra não tem condição de pagá nada não. Eu acho ruim trabalhá sozinho. Porque aqui sou eu a mulher e o menino, daí tem que trabalhá dia e noite (S. da S).

Essa construção foi acontecendo aos poucos e surgiu da necessidade econômica de pagar os investimentos coletivos financiados pelo governo, de maneira a progredir. Quem só trabalha para comer nunca vai ter nada, dizem os líderes da cooperativa. A análise dos diferentes mecanismos associativos e dissociativos evidenciam que foram, efetivamente, causas comuns que movimentaram as famílias a cooperarem

Aqui em Massangana até hoje, eu acredito que o individualismo não levou ninguém a lugar nenhum. Tanto que tá aí a prova, nós peguemos dois projetos de custeio individual e não conseguimos pagar e agora nós temos a garantia de pagar o projeto de 1999 porque támo trabalhando coletivamente (L.B.N).

Entre os sócios da cooperativa, o aprendizado em termos de tarefas agrícolas tem avançado muito com o trabalho coletivo³⁵, o qual favoreceu também os processos de aprendizagem individual via treinamentos. Como são mais organizados, os trabalhadores procuram sempre participar dos cursos promovidos para todo o assentamento. Os cursos promovidos pelo MST para capacitação nas áreas têm tido a participação maciça dos sócios. No ano de 1999, foram ministrados cursos de cooperativismo, administração de cooperativas, de manejo e aplicação de agrotóxicos, implantação da cultura de inhame, da mandioca, do feijão, curso de produção de mudas, todos eles abertos para todo o assentamento; porém devido aos problemas e conflitos vividos pela associação e a cooperativa, apenas o pessoal da cooperativa participa. O aprendizado das tarefas agrícolas via participação em cursos promovidos pela cooperativa e a troca de informações promovidas entre os sócios, no dizer dos cooperados, têm gerado mais diálogo e inovação em nível da produção, o que possibilita novas fases de aprendizagem coletiva, após um salto qualitativo.

Eu aprendi mais. O cabra ali, o técnico, indica como vai plantar o pé de caju, de manga né? o inhame, adubação, o adubo na lavoura. Antes ninguém sabia direito. Eles ensinam por exemplo: peguei um roçado aí e coloquei um saco de adubo em sete conta. Aí quando eles viu, rapaz não pode fazer assim não. Eu peguei uma colher desta de sopa daí botei no pé outro dia só vi o pé de feijão morrendo. Daí o rapaz disse, não é assim não. Tem que botar bem pouquinho e bota aqui de quatro parte (S. da S).

³⁵ - Não estamos com isso querendo dizer que os sócios da Cooprama estão melhor de vida que os agricultores individuais e/ou os da associação. A questão deve ser entendida de maneira a ser vista com os olhos para o futuro, onde a tendência apontada demonstra que os agricultores cooperados tendem a ser mais prósperos que os demais, pois planejam melhor a produção.

Esse relato demonstra o quanto é possível avançar, quando há uma participação, e o quanto é importante estar organizado num ambiente em que os agricultores, praticamente, não possuem conhecimentos aprimorados das lidas agrícolas. A produção dos cooperados decorrente dessa organização já está sendo já destinada à comercialização, o exemplo é a produção de feijão em que 500 Kg foram para o comércio nas cidades vizinhas.

Certamente, o grupo coletivo debate melhor a planificação, o que de determinada forma, é fundamental no aprimoramento de idéias e no processo de participação. No entanto, a cooperativa está muito longe de ser uma CPA do MST. Ela aparenta-se mais com um grupo semicoletivo que combina atividades produtivas particulares da família singular, objetivando a produção de subsistência e algumas atividades de produção, de maneira geral destinadas para o mercado, em trabalho coletivo.

Sobre o funcionamento da cooperativa, a relação entre os coordenadores e os demais cooperados é mais branda possível. Nas assembléias não tem havido conflito ou brigas, somente dúvidas por parte dos sócios sobre o funcionamento da cooperativa. O problema é que ainda não há uma assimilação da forma burocrática referente ao funcionamento. Mesmo assim, todos respondem que sabem como funciona a cooperativa.

A gente decide as coisa na assembléia. Tudo é documentado com ata assinada. Eu conheço um pouco do Estatuto, mas não muito (P. de M).

Tem lei, tem norma. Eu não conheço o Estatuto, mas o pessoal explica (S. da S).

Eu não sei lê, mas quem sabe explica pra gente (M. do N).

Essa suposta tranquilidade e estabilidade nas relações sociais entre cooperados pode ser em função do pouco espaço de tempo em que estão experimentando essa nova forma de aglutinar forças para a produção. Outra explicação convincente está na formulação dos projetos comuns que captam recursos para os sócios, e para os quais a direção da cooperativa, junto com o MST, não têm medido esforços.

Quanto à representação comum que fazem do futuro da cooperativa em termos concretos, ou seja, sobre uma perspectiva matemática de ganhos ou de lucros, diferentemente das outras com famílias assentadas,

ninguém ousou responder concretamente. Apenas se expressaram no “eu acho” aqui melhor. Se está melhor do que antes, é porque não estão vivendo o mesmo conflito dos demais assentados e, de certa forma, estão assimilando mais facilmente (até por ser um grupo menor) a aprendizagem proporcionada pelo Movimento Sem Terra.

Vários efeitos positivos têm sido constatados pelos sócios da cooperativa. Um deles se refere ao excesso de trabalho que tem diminuído com o trabalho coletivo. Nos finais de semana (sábado e domingo), todos permanecem em suas casas cuidando de seus afazeres tradicionais, ao contrário das outras famílias, que por não terem uma planificação, disponibilidade de mão-de-obra e uma organização, têm de trabalhar os sete dias da semana.

Pra mim tá melhor na cooperativa porque uma só andorinha não faz verão. Ai pronto, depois que achamo melhor fazê tudo junto até tempo eu tenho de sobra pra cuida das minhas galinha e dum roçadinho que tenho no terreno lá de casa, sem falá que posso ter um lazerzinho aqui na vila (M. do N).

Notamos que a idéia do lazer também está na consciência dos trabalhadores e de uma forma muito contundente, pois as jornadas de trabalho em que se detinham anteriormente ao processo associativo era extensa. Espaços de lazer são fundamentais para as relações sociais, para o diálogo sobre organização e inovação e para refletir sobre seu futuro.

O trabalho se desenvolve de maneira diferente, ele se desenvolve em horários normais, o pessoal não madruga para ir para a área (Agrônomo).

Decorrente disso, há mais produtividade do trabalho, e o cansaço, que sempre foi companheiro do camponês e de sua família na infatigável luta diária pela sobrevivência, é substituído por horas bem dormidas dignas de qualquer trabalhador.

Não restam dúvidas de que, trabalhando juntos da forma como estão, os cooperados de Massangana III poderão prosperar. Porém acreditamos que, nas condições históricas de trabalho de que advém a maioria das famílias, há que se ter cuidado quanto à adoção de formas de cooperação demasiadamente coletivistas, porque, segundo observamos, elas não se

adequam à realidade de trabalho a que estão acostumados. A cultura desses trabalhadores está relacionada à manutenção da propriedade da terra e à não-divisão dos lucros. A proposta do MST, ao contrário, propõe a divisão dos ganhos e a promoção da socialização da terra, isto num ambiente que não é muito propício a aceitar essas condições, pois essas famílias são ideologicamente propensas a não abrir mão de sua autonomia, coisa que, para elas, foi tão difícil conseguir. Haverá, portanto, necessidade de negociação em torno das novas regras da cooperativa de produção agropecuária.

A influência do trabalho desencadeado pela cooperativa tem marcado o discurso de alguns assentados sobre a perspectiva que possuem trabalhando sozinhos e no coletivo.

Eu acredito que cooperando chega-se lá com mais rapidez. Acredito que você vai ter alguma coisa trabalhando junto. Agora sozinho, não existe possibilidade nenhuma porque imagine só a cultura que nós plantamos aqui é feijão e roça, quer dizer, nós não temos irrigação, você planta feijão, você trabalha e de repente você se vê com um dinheiro apenas pra ir na feira e fazer umas compras. Você não tem dinheiro pra dizer vou comprar um relógio, sabe, uma camisa. É uma coisa absurda, sabe (J. de A).

No entanto, acreditamos que isso é somente discurso, porque na prática como afirmamos anteriormente, não existe diferença expressiva entre os resultados na produção e melhoria de vida em ambos os estratos organizativos. Isso confirma que os sócios da cooperativa aprenderam também coletivamente a reproduzir a perspectiva do discurso do MST que:

1

Aproxima-se à noção kautskiana da superioridade técnica do grande empreendimento agropecuário, e que os trabalhadores rurais deveriam igualmente organizar sua produção em grande escala, em grandes unidades produtivas, mas em padrões cooperativos de participação social. Interessa saber, a partir daí, como implementar este novo método administrativo..." (BERGAMASCO & NORDER, 1996:04).

Kautsky (1980) expressa essa noção da seguinte forma:

Consideremos uma grande propriedade, com superfície igual à de cinquenta pequenas parcelas camponesas, e comparemos: de um lado,

teremos uma única cozinha com um fogão; de outro, cinqüenta cozinhas com cinqüenta fogões. De um lado talvez cinco, de outro cinqüenta cozinheiras. De um lado talvez cinco quartos aquecidos no inverno, com cinco lampiões; de outro cinqüenta. De um lado, querosene, café de chicória, margarina adquiridos por atacado; de outro, tudo comprado ao varejo, etc.

Se sairmos da casa para penetrarmos no pátio, encontraremos na grande exploração um estábulo para cinqüenta a cem vacas, ao passo que os pequenos camponeses, possuem, somados, cinqüenta estábulos para uma ou duas vacas de cada um. Se continuarmos nosso exame, encontraremos número relativamente menor de caminhos que conduzam do pátio às lavouras — os camponeses não podem construir estradas de ferro rurais — número menor de sebes, paliçadas e cercas, etc... (KAUTSKY, 1980:113).

Note-se que nesse modelo kautskiano³⁶ parece ser incontestável a superioridade técnica da grande produção. No entanto, para Abramovay (1992), o paradigma oferecido por Kautsky concentra-se muito mais nas relações entre agricultura e indústria, na idéia de “industrialização da agricultura”, na impossibilidade de o pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas e, portanto, na tendência a que o grande, e não o pequeno produtor integre-se na indústria.

O importante é salientar que a previsão de Kautsky sobre a sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo seja explicável pela miséria do produtor. Mais que isso, a incompatibilidade entre progresso técnico e produção familiar, tão decisiva no argumento de Kautsky, mostra-se hoje completamente abolida, se é que alguma vez existiu (ABRAMOVAY, 1992:47)

A questão principal decorrente dessa concepção de Kautsky, e que é assimilada pelo MST, é o rompimento com as bases familiares de produção agropecuária que são inicialmente desqualificadas e que não correspondem à realidade de Massangana III.

O ambiente social construído na ação coletiva promovida pela cooperativa criou uma relação de proximidade entre os sócios, tendo em vista o “clima” e as dificuldades em que estes anteriormente se encontravam na associação. Este clima de proximidade foi determinante para permitir a elaboração de uma representação comum do que deveria ser uma alternativa

³⁶ - Segundo Bandeira, in Kautsky (1980), Kautsky era um discípulo fiel de Engels.

de organização. No entanto, ressaltamos que, embora possa dar certo essa tendência de coletivização, ela não deve jamais negar outras formas de sociabilização promovidas pelos demais grupos do assentamento e deve necessariamente respeitar os valores camponeses ou domésticos.

4.2 A DELEGAÇÃO DE PODER E DE RESPONSABILIDADES

4.2.1 As etapas da delegação de poder

O poder significa a possibilidade de imposição de uma vontade própria independente de resistências de qualquer natureza. Essa idéia pode ser aplicada a qualquer organização, seja ela de caráter político, religioso ou outro que se faça estabelecer. Utilizamos essa definição de poder que de certa forma assemelha-se à idéia de Max Weber (1994), porque ela nos dá a medida exata para fundamentar a perspectiva de análise no caso em estudo.

A delegação de poder pode ser visualizada em Massangana III em diferentes etapas para diferentes agentes em questão. Na fase de acampamento, essa delegação ficou centrada nos líderes naturais que despontaram na luta para assentar as famílias. Essa etapa, que teve a participação da maioria dos assentados, foi fundamental, pois preparou de certa forma as famílias para a necessidade de manterem-se unidas e criarem suas próprias organizações.

Após a fase de acampamento, houve a criação de entidades, como é o caso da associação e da Cooperativa dos Produtores de Massangana III. Com a criação destas, tutelas passaram a ser exercidas de fora para dentro das entidades. Existem, é claro, as diretorias compostas, mas naturalmente o MST e alguns órgãos do governo (frequentemente é o INCRA) é que exercem um poder de fiscalização e controle do assentamento.

Essas ditas autoridades representativas colocam-se na perspectiva da defesa dos interesses nas quais suas táticas e estratégias possam se realizar. Na associação, quem exerce essa autoridade é o INCRA, que, como já explicamos, anteriormente, instrumentaliza-a como mediadora perante o Estado. No caso da cooperativa, é o MST quem determina as ações e dita os caminhos e estratégias a serem tomadas.

No caso da associação, torna-se importante para os sócios terem-na como mediadora, na medida em que a possibilidade efetiva do cidadão individualizado relacionar-se com o Estado torna-se quase inexistente. No caso desse assentamento, que resultou da luta pela terra, portanto não foi resultado da iniciativa do governo, esperava-se que as relações com os agentes externos representados pelo INCRA fosse mais atritosa possível. No entanto, levando-se em conta os interesses da administração interna, o que ocorreu foi uma relação de imposição do INCRA, tendo em vista as possibilidades de favorecimento dos membros da diretoria e de alguns assentados coniventes com essa estratégia (lê-se recebimento do dinheiro dos projetos). Acreditamos que o baixo rendimento das famílias filiadas à da associação, a falta de perspectiva e incentivo na produção e o peleguismo da atual diretoria fragilizaram o papel de mediadora em favor dos trabalhadores. Isto, conseqüentemente, cria na associação uma tendência a ser tutelada permanentemente pelo INCRA.

Na cooperativa, o papel do MST se restringe à implementação a todo custo do trabalho coletivo na forma de CPA. Para isso se concretizar utiliza-se de iniciativas que vão desde um certo descredenciamento das outras formas de organização até a veiculação de um discurso coletivista que não combina muito bem com as tendências naturais das famílias. Isso é confirmado pela realidade que se apresenta até o momento em que ninguém se propôs dispor seus lotes para a realização de um coletivo total.

Ambas as entidades, além de ficarem expostas a intervenções desses agentes externos, possuem também suas estruturas formais que pressupõem eleições para a escolha de agentes que conduzirão as entidades por um determinado período. Os escolhidos exercem uma delegação formal de poder que é determinante para a escolha das opções e caminhos que tornarão as entidades viáveis ou não no futuro. O presidente, junto com sua diretoria (apesar de discursivamente não reconhecer-se como tal, como é o caso da cooperativa), é quem geralmente escolhe os temas e as ações importantes como os verdadeiros objetos de representação dos sócios (Lazzaretti & Sabourin, 1999).

4.2.2 A centralização do poder na associação

No caso da associação, existe uma delegação de responsabilidade a uma diretoria que não representa os interesses coletivos e que não é reconhecida como autoridade competente pelos sócios. Atua como tuteladora das ações na forma de uma autoridade irracional (nos termos de Eric Fromm, 1969) que, em vez de orientar os trabalhadores, desorienta-os. Em vez de induzi-los para o trabalho conjunto, toma o caminho da manutenção do parcelamento da terra, sem ao menos incentivá-los para o trabalho coletivo na área destinada para isso. Tal diretoria mantém desta forma todas as famílias dependendo real e necessariamente dos financiamentos para a manutenção das necessidades básicas providas pelo cotidiano da vida.

Sem uma representação que possa defender e reivindicar os direitos dos trabalhadores e com uma tutela exercida na forma de propiciar apenas a reprodução dos meios de vida, não proporcionando a acumulação, restará a essas famílias ou o abandono da terra ou a sujeição permanente perante o Estado.

O perfil das lideranças da associação é caracterizado pela prática paternalista de favores para alguns associados, especificamente os da direção. O papel de patrão e de dono da fazenda que dita ordens combina com o presidente. Pois este fez da entidade uma espécie de empresa privada para favorecer seus interesses. Poderíamos caracterizar as lideranças da associação como aquelas figuras sociológicas mediadoras que se tornaram conhecidas como pelegos — dirigentes que tiraram sua força da dupla condição de participantes da máquina estatal e manipuladores de clientelas políticas (Palmeira, 1985:45).

Para captar recursos, o presidente opera muitas vezes a conjunção entre carisma do discurso comunitário e interesse individual. Da combinação entre interesse individual da liderança e interesse coletivo, podem nascer confusões gerando desvios e corrupção. Desvios para interesses privados em nome do bem coletivo são relativamente tolerados (não são denunciados), porque o presidente não é remunerado, e cada um espera poder aproveitar das suas relações de proximidade com o líder, reproduzindo o esquema clientelista nordestino (Lazzaretti & Sabourin, 1999).

Não queremos dizer que a associação sempre foi vista como um órgão apenas captador de recursos. O problema é que, da forma como caminhou a administração, ou seja, truncada, autoritária, transformou a idealização dos trabalhadores. Na origem, eles pensavam, naturalmente, numa entidade que poderia lhes trazer ganhos econômicos e sociais. No entanto, ela

se gestou em cima de estratégias oportunistas que a visavam obter vantagens suplementares para alguns em detrimento da maioria.

Portanto a associação manteve uma relação social fechada, limitando a participação das pessoas e destinou-se particularmente a esse propósito, ou seja, garantir ao dirigente e ao quadro administrativo o exercício da direção em função da ação de um quadro legítimo em virtude do poder concedido, referindo-se à realização de uma ordem vigente, controlando a ação dos participantes de uma forma impositiva.

Para o MST, organizar o assentamento em núcleos de base e escolher a coordenação, garantindo o princípio da direção coletiva, é um dos primeiros passos necessários e fundamentais para o início do processo de desenvolvimento social e econômico nos assentamentos.

Nesse sentido, a idéia de poder que o MST repassa aos cooperados de Massangana III foge do imaginário do poder exercido tal qual o de um presidente de uma cooperativa chamada “tradicional”³⁷ por eles. “Todos nós participamos das decisões e ninguém aqui manda sozinho” (E.do N).

Essa visão centrada nas idéias leninistas de direção e organização prevê que deve existir a máxima democracia no processo de discussão e na tomada de decisões, bem como nas avaliações, mas, após tomada a decisão, todos devem se subordinar a ela, inclusive as pessoas que tiveram a sua proposta derrotada pela maioria.

Todas as decisões, salvo casos raros, deverão ser tomadas coletivamente, com igual direito e poder; ninguém pode, nem o presidente formal tomar qualquer decisão importante sem consultar o coletivo. Para os sócios até agora tudo tem funcionado dessa forma, como determina a organização cooperativa preconizada pelo MST.

Entre os atores internos que atuam diretamente como líderes (mesmo dizendo que não o são), podemos destacar o presidente da Cooperativa que tem sido o principal sujeito que conduz e mantém a dinâmica da cooperação de acordo com os princípios do Movimento Sem Terra. Para ele, o papel do líder se define como “um organizador, um negociador, uma pessoa que corra atrás de projetos, pense as coisas e encaminhe-as”.

³⁷ Segundo o MST (1998), a direção de uma cooperativa organizada pelo movimento se distingue pelo nome. O cooperativismo do MST é chamado de alternativo e tem na direção uma responsabilidade coletiva e individual, ficando em segundo plano a direção legal. O outro cooperativismo é chamado de tradicional e possui apenas uma direção legal dando todos os poderes a um presidente.

Com relação à existência de conflitos na Cooperativa que dizem respeito à direção e à organização e aos encaminhamentos dados pelos sócios, todos dizem não existir até o momento, justificando isso pela preparação que tiveram antes de fundar a cooperativa.

Até agora a gente não tem conflito, porque desde o início, antes de abrir a cooperativa nós levou seis meses só educando o pessoal e estudando cooperativa, fazendo cursos e o pessoal hoje é especializado em cooperativa. Todo mundo tem consciência do que é uma cooperativa (Presidente da Cooperativa).

Não há conflito não, esse pessoal que começava a fazer uma pressãozinha no começo mas daí, esses já desistiram, não fazem mais parte da nossa cooperativa (V. da S).

Na prática, a forma como a liderança interna do presidente exerce a capacidade de orientar os cooperados tem se mostrado efetivamente realizadora. Pois, na avaliação crítica dos atos do presidente, todos concordam com as iniciativas, referendadas, é claro, pelo êxito na consecução dos projetos de custeio que o mesmo, junto com o MST, conseguiu para os sócios.

Os dirigentes da Cooperativa se caracterizam como representantes que valorizam a participação de todos e que evitam a centralização e o paternalismo. Na verdade, acabam sendo paternalistas, pois recaem sobre os mesmos todas as iniciativas e as responsabilidades das decisões, que, no caso, sempre sobram para o presidente encaminhar e negociar.

Por outro lado, cabe aos outros membros da diretoria dar estímulos à produtividade do trabalho, à divisão de tarefas e funções. Isto é feito mediante o princípio da disciplina que se traduz no respeito às decisões do coletivo, desde o cumprimento de horários, até o cumprimento de tarefas e deliberações políticas.

De certa forma, todas essas atribuições e este caráter assumido pelas lideranças é a própria reprodução do sistema criado pelo MST, que, para organizar a cooperação, deixa de lado os aspectos subjetivos relacionados com a trajetória cultural, social e política das pessoas (que para nós parece ser um grande erro) para ater-se apenas a condições objetivas, nas quais o que importa são apenas os meios de produção, o mercado e as potencialidades econômicas da região.

4.3 O ESTABELECIMENTO DE NOVAS REGRAS

O estabelecimento de novas regras comuns constitui já uma finalização dos processos de decisão coletiva construídos e interpretados no decorrer da ação. As regras são traduzidas pela formulação de medidas consensuais (turnos e tarefas na diretoria, regulamento interno) ou impostas (estatutos, legislação federal), escritas ou não, e pela implementação de mecanismos que permitem verificar a sua aplicação.

4.3.1 O enfraquecimento dos modelos institucionais

As associações criadas nos assentamentos por todo o Brasil têm seguido, de uma maneira geral, as orientações do MST. Elas se caracterizam como uma espécie de sociedade geral de toda a comunidade e tem como natureza a prestação de serviço para os associados.

A Associação dos Produtores Rurais de Massangana III é regida por um Estatuto no qual, desde o princípio até os dias de hoje, não houve nenhuma modificação. Nele, prevê-se que a diretoria eleita tenha três anos de mandato consecutivo. Legalmente a diretoria está cumprindo o terceiro ano de mandato, porém, de acordo com os sócios, ficou decidido que na primeira gestão se exerceriam apenas dois anos de mandato. Esta regra foi estabelecida informalmente pelas 131 famílias sócias mediada pelo MST e pelo INCRA. No entender dos assentados, como era de caráter inicial, seria melhor a experiência dois anos; depois disso, seriam convocadas novas eleições e cumprido o Estatuto.

De uma forma geral, esse prazo, constituído numa regra não-escrita, seria a forma de implementação da entidade, para testá-la no seu funcionamento. No entanto houve uma transgressão desta regra pelos indivíduos que compuseram a diretoria depois do afastamento do primeiro presidente.

Essas associações, como caracterizamos anteriormente, precisam de um estatuto o qual é registrado em cartório e que determina que essa é uma sociedade sem fins lucrativos. Geralmente, as diretorias eleitas exercem o

cargo por dois a três anos, e é comum os associados debaterem seus problemas nas assembleias.

Esse tipo de cooperação tem um funcionamento complexo porque reúne um número geralmente elevado de sócios. Portanto precisa de um número maior de regras para seu funcionamento. “É uma forma de organização apropriada para a prestação de serviços e não para a organização do trabalho, ou da terra em coletivo”³⁸ (MST, 1993:29). Olson, citado por Machado Filho (1998), afirma que, muitas vezes, o tamanho do grupo é fator limitante para as ações coletivas.

Com a expulsão do MST do Assentamento, após o novo presidente assumir, algumas questões mais gerais de condução da entidade começam a fugir das regras estabelecidas formal e informalmente pelos sócios. Os direitos dos trabalhadores não são mais definidos por eles mesmos.

Discordando de uma norma geral do MST, estabeleceu-se como regra a cobrança mensal de uma taxa de R\$ 3,00 para cada sócio, além de cobranças para o uso das máquinas utilizadas nas atividades de preparo do solo (R\$ 10,00 a hora do trator). Todas essas cobranças foram feitas sem discussão e apenas intuídas como necessárias pelo presidente. Normalmente, como os assentados não dispunham de dinheiro para pagar tal uso das máquinas, a decisão era não emprestar.

Minha forma de participá da Associação é como indicando que sou sócio e a gente paga a carteirinha da associação e nada mais, porque você não tem um trator, só trabalha com o trator se tiver dinheiro, a gente tem o carro aqui dentro e só trabalha com ele se tiver dinheiro e então a gente não tem condições de assumir uma associação dessa (P.F).

Todos os sócios entrevistados alegaram desconhecimento do Estatuto, aliás, nenhum dos sócios possuía cópia do mesmo, coisa que só conseguimos através do ex-presidente, que, por um acaso havia guardado um na sua casa. O próprio presidente negou-nos uma cópia, alegando que não a tinha e que somente o secretário poderia conseguir, coisa que não aconteceu, pois, ao ser procurado, nunca estava em casa.

³⁸ - Essa idéia confirma mais uma vez que a maioria das famílias assentadas não tem propensão a coletivizar os meios de produção. Permanecem na associação, pois esta não lhes incorre em perigo de coletivizar o que conseguiram.

*Tem Estatuto mas é que eles não faz o que o estatuto diz,
não cumpre isso e não querem lê nem pra quem não sabe
(E. da S).*

Este depoimento reforça a pretensão que a diretoria tinha de não discutir a lei maior da associação, para que as famílias não se interessassem pelos seus direitos escritos no Estatuto.

Na associação, foram criadas regras coletivas que não foram respeitadas na prática (o Estatuto), ao mesmo tempo que se instituíram mudanças práticas que não foram decididas pela maioria. As regras, formalizadas ou não, escritas ou não, constituem uma maneira de reduzir ou evitar os conflitos. São feitas para serem respeitadas; mas também são inevitavelmente criticadas, transgredidas quando não são mais adaptadas à realidade. Precisa, portanto, de um novo consenso em torno de novas regras comuns.

O principal mecanismo de regulação, que permite à organização continuar a funcionar e a existir num ambiente em transformação permanente, reside precisamente na capacidade do grupo em elaborar e adaptar novas regras coletivas. Porém o que se viu na associação foi apenas a quebra das normas instituídas (escritas ou não) e a imposição de outras normas, tendo em vista o privilégio do presidente e seu grupo de apoio. Houve anomia (perda de força) das regras, sem reelaboração coletiva de novas regras comuns.

4.3.2 Velho modelo e novas regras

No caso da cooperativa, desde o momento de sua fundação, estabeleceram-se regras práticas vinculadas a determinações do Movimento Sem terra. Desde o instante em que resolveram participar de uma ação mais ousada, que consistia no estabelecimento de normas de funcionamento que não existem na unidade familiar tradicional, tiveram que se adaptar a um sistema social organizativo rígido. Isto significou um combate a ideologia camponesa na forma em que o MST concebe.

As regras já haviam sido formuladas com antecedência, e o principal para os cooperados estava na adaptação, coisa que o grupo está aos poucos digerindo, sem muitas vezes haver um questionamento de sua aplicação. Vemos como problema principal a falta de segurança dos sócios

com relação a este novo sistema. Não possuem uma firmeza sólida de que, obedecendo à lógica proposta pelo MST, terão possibilidade de resolver seus diversos problemas no futuro. Apenas falam que poderão ter um futuro melhor economicamente, porém não conseguem expressar concretamente de que forma chegarão a essa perspectiva.

Eu nunca tinha entrado numa cooperativa, né, e só penso nisso porque ela pode dá na realidade. No começo o pessoal do MST falaram muito da cooperativa e foram botando na cabeça da gente que teríamos dias melhor. A gente tá querendo que dê certo, né? Não mudou muita coisa ainda, né? e aí vamos vê (P.de M)

Apontam freqüentemente a falta de recursos como empecilho maior para o funcionamento e geralmente esquecem que a proposta não se atém somente ao lado econômico, ou seja, está em jogo toda uma idéia e concepção de sociedade. E isso, apesar de parecer um processo a longo prazo, não está presente no imaginário desses, apenas acreditam que, cooperativando-se, conseguirão pagar suas dívidas.

Já támo devendo três custeio com esse que vai entrá agora e nada da gente consegui pagá, e a gente no coletivo da cooperativa trabalhando, tudo em comunidade vamo arrumá dinheiro prá pagá, né? (S.da S).

As regras parecem ter sido elaboradas para um fim único que é o pagamento das dívidas de custeio. O objetivo de construir um homem novo e uma sociedade nova, propostas da cooperação agrícola do MST, não tem apresentado respostas na correção desses desvios economicistas presentes nas concepções dos cooperados.

Novas regras ou novas mudanças terão de ser feitas para que se ajustem à realidade histórica desses trabalhadores. O modelo aplicado pode ser o melhor que existe, no entanto poderá ter efeitos perversos se não forem adaptados a essa situação.

A noção de igualitarismo é uma delas. Segundo o MST (1998), essa estratégia tem desestimulado o trabalho nos assentamentos. As pessoas que poderiam render mais no trabalho não são recompensadas pela sua maior contribuição, e isso cria espaço para que outros, em nome da igualdade, se oportunizem da situação. A consequência disso é que, ao invés de cada um trabalhar e se esforçar mais, acaba diminuindo o empenho, o que pode

acarretar o enfraquecimento do grupo. Nesse sentido, terão que, nesses anos iniciais, procurar adotar regras que premiem os que trabalham mais tempo para o coletivo.

As antigas regras de trabalho ainda persistem na cabeça dos agricultores, e de fato, ao se perceber a realidade, nota-se que o grupo terá um árduo trabalho pela frente para efetivar a passagem desse ambiente de transformação e se adaptar às novas regras coletivas.

De um modo geral, as regras estabelecidas para o funcionamento de ambas as organizações deverão passar pelo crivo da realidade, ou seja, adaptarem-se ao contexto subjetivo das famílias. Por outro lado, segundo Bergamasco & Norder (1996), se os Estatutos sociais que regem o funcionamento das Associações e Cooperativas são sujeitos a oscilações, isso provavelmente poderá causar conflitos. No entanto, acena para a possibilidade de criação de novos grupos no assentamento, mesmo no interior desse modelo.

Entendemos que a ação coletiva é uma construção social progressiva que combina vários mecanismos (aprendizagem coletiva, delegação de poder e responsabilidades e estabelecimento de regras). Não é e não pode ser sustentável a aplicação de um modelo externo, da imposição de regras não negociadas (caso do INCRA e, às vezes, do próprio MST). Nesse sentido, para instrumentalizar melhor processos de ação coletiva adaptados e sustentáveis, precisa-se de levar em conta a origem, as práticas e os valores dos assentados, bem como as suas experiências individuais e coletivas que se expressam nas suas trajetórias de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do término deste trabalho, verificamos que a luta pela terra na Paraíba é mais do que uma bandeira política pela reforma agrária. Ela representa a possibilidade, para diversas famílias de trabalhadores rurais empobrecidas nas periferias das cidades e para outras categorias de despossuídos do campo, de ter acesso à terra e à cidadania, como pequenos proprietários ou como agricultores familiares.

No caminho das Ligas Camponesas, que também lutavam pela reforma agrária, o Movimento Sem Terra na Paraíba tem organizado os trabalhadores contra a exploração do trabalho evidenciada pela proletarização crescente decorrente das mudanças técnicas na produção agrícola ocorrida nos anos 1970-80 e o assalariamento precário, atrelado principalmente à expansão da cana-de-açúcar que fez crescer o número de trabalhadores assalariados temporários até meados dos anos 80. Mais recentemente, houve também aumento dos excluídos no meio rural dada a crise da produção de açúcar que teve como consequência a falência de diversas usinas.

Nesse caminho, as ocupações de terras têm sido a estratégia utilizada pelo movimento para mostrar para a sociedade que o problema agrário no Brasil é um problema de todos. De fato, a reforma agrária não é somente um problema a ser resolvido para as mais de 4 milhões de famílias de sem terra espalhadas por todo o país. Antes de tudo, as ocupações se traduzem na forma que o movimento escolheu para denunciar o Estado brasileiro que pouco se interessou em democratizar o acesso à terra.

Porém, além de ocupar, tem que resistir e produzir nas áreas conquistadas. Isso constitui hoje o desafio maior do movimento. A estratégia do governo para a reforma agrária tem sido basicamente a da desapropriação de terras sem uma política agrícola adequada à pequena produção. Em muitos assentamentos, falta o crédito, a assistência técnica e a infra-estrutura básica. Apesar de todas estas lacunas e dificuldades, os assentamentos realizados têm contribuído para a geração de empregos e para a produção de alimentos em

todos os Estados brasileiros. Isto confirma que, além de viável, a reforma agrária é um pressuposto necessário para o desenvolvimento rural no Brasil.

Por outro lado, o Movimento Sem Terra evoluiu de uma ação centrada na busca da propriedade da terra para a organização interna dos assentamentos como forma de preservar o que conquistaram. Nesse sentido, surgem as associações e cooperativas nos assentamentos. Teoricamente, são organizações criadas a partir das necessidades próprias dos trabalhadores como forma de implementar a produção e dinamizar as relações internas entre os assentados.

Estudando mais especificamente a Associação dos Produtores e a Cooperativa de Produção Agropecuária de Massangana III, percebemos a importância que estas organizações têm para os trabalhadores como propulsoras de processos de aprendizagem coletiva que os levam a interagirem de diferentes modos conforme as situações vivenciadas por cada grupo e a adaptarem novas regras ou até novas formas de organização.

No caso da associação, os conflitos gerados pela centralização da diretoria conduziram os sócios a um aprendizado político que despertou uma consciência crítica com relação ao modo de administrar a entidade. Depois de livrarem-se da submissão, não aceitam mais serem “mandados” por alguém que queira impor uma hierarquização, reproduzindo as antigas relações de patrão.

Sem levar em consideração os conflitos existentes que inibem a participação na associação, observou-se que a existência desta forma de organização pode ser importante para as famílias implementarem um novo convívio mediante outras modalidades de trabalho conjunto, tais como o mutirão ou plantios solidários.

Por outro lado, acreditamos que devido às especificidades decorrentes dos desvios de representação provocados pela direção, estas famílias terão que buscar novas formas que possam equilibrar as relações de poder, para que as contradições que ameaçam o projeto de autonomia dos trabalhadores sejam solucionadas.

Essas formas só poderão ser construídas com a participação das famílias nos mecanismos de decisórios e principalmente pela criação de ferramentas pedagógicas que as ajudem a reconquistarem a identidade comum que os unificou até a chegada no assentamento, ou, pelo menos, ferramentas que permitam elaborar formas de representação comuns, bases de qualquer diálogo no processo organizativo.

Ao contrário da associação, a cooperativa espelha um modelo de organização mais ousado para a tradição dos trabalhadores rurais de Massangana III. Reforçada pelo MST como modelo superior de organização, a CPA se propõe inserir os indivíduos na organização sem levar em conta, muitas vezes, a tradição familiar dos mesmos.

As formas de trabalho desenvolvidas até hoje não permitem dizer que a Cooperativa se desenvolverá na forma do modelo de CPA, tendo em vista que não colocou em prática ainda a coletivização total das terras e do trabalho. Também, não possui ainda o caráter de uma empresa coletiva. Permanecendo o trabalho na área coletiva e deixando as famílias desenvolver a produção nos seus lotes de forma autônoma (e/ou com auxílio de outras formas organizacionais), esta cooperativa poderá se adequar progressivamente à realidade dos sócios, embora sem respeitar as regras integrais das CPAs, mas funcionando como uma cooperativa de serviços. Isso ilustra outro exemplo de adaptação e reformulação das regras da cooperativa, de acordo com a realidade dos sócios.

Acreditamos que é possível melhorar as representações comuns sobre a ação coletiva a partir dos processos de aprendizagem em grupo. Porém devem-se necessariamente respeitar as trajetórias culturais das famílias. Isto significa colocar em prática ações que tenham por eixo a participação dos assentados desde as decisões mais simples do dia-a-dia do assentamento até as mais complexas em termos de planejamento e investimento, por exemplo. Poder-se-ia, assim, demonstrar que, através da participação coletiva, torna-se mais fácil resolver os problemas particulares de cada família. No entanto isso só será possível mediante o esforço por parte das lideranças (do MST, do INCRA ou de outras entidades de desenvolvimento) de entender as origens sócio-históricas e culturais dos assentados.

Da mesma forma, a melhoria dos processos de delegação de poder e de responsabilidades passa por uma retomada da importância do papel político que cada assentado deva desempenhar em termos de sujeito, e não de objeto. Para este sujeito estar presente nas decisões, ele deve perceber em que medida elas podem incidir diretamente na sua vida social e econômica. Para isso se concretizar, uma alternativa seria a criação de fóruns de discussões que possibilitem um aprendizado comum da importância da noção de cidadania e da descentralização das decisões. Tais fóruns já existem no Sul do país ou até via iniciativas, como a do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca na Paraíba (N. Ramos, 1999).

De outro lado, a implementação de novas regras comuns passa pelo crivo da aceitação coletiva. Isso depende, imprescindivelmente, dos acordos travados e dos adquiridos durante os processos de aprendizagem coletiva. Nesse sentido, a modificação e/ou a aceitação de novas regras estão também ligadas às demais mudanças que envolvem o ambiente local ou municipal. As novas regras podem ser gradualmente implantadas de maneira que as antigas, que ainda persistem na memória dos trabalhadores rurais, possam ser adaptadas ou superadas sem a necessidade de uma imposição.

Visualizando o processo dessa maneira, concluímos que a proposta de ação coletiva do MST para Massangana III não é condizente com a trajetória sócio-histórica e cultural das famílias assentadas. Isso se explica por três motivos: primeiro, porque grande parte das famílias nunca sequer tinha trabalhado na agricultura antes de serem assentadas; segundo, aqueles que trabalharam foram, anteriormente, na maioria, cortadores de cana, assalariados, e não produtores; e terceiro, aqueles que trabalhavam nas lidas do campo nunca tiveram experiência de trabalho coletivo. Portanto é de se considerar natural que no assentamento o “individualismo” seja um comportamento implícito entre os trabalhadores, pois reforça a tese da anti-sujeição vivenciada por eles antes de serem assentados.

Inclusive, este modelo coletivista do MST com uma racionalidade empresarial torna os assentamentos em empresa, quando nestes espaços constituem-se lógicas centradas na reunião de pequenos agricultores familiares.

Portanto, tornar economicamente viável os lotes segundo a racionalidade da tradição da agricultura familiar não é nenhum retorno ou atraso.

Nesse sentido, o grande desafio das ações coletivas diz respeito exatamente a esse descompasso entre o que pretende a direção do movimento e os assentados. Ou seja, precisaria repensar a ideologia do MST tendo por base a cultura das famílias que não possuem os mesmos valores que os da direção. Achamos que seria necessário o MST local debater e discutir, entre outras coisas, os aspectos que foram levantados pelos assentados de Massangana III e que tentamos desenvolver nesta dissertação.

Outra sugestão diz respeito às identidades dos atores sociais envolvidos na construção da ação coletiva. De acordo com Eribon (1996), acreditamos que, ao invés de apagar a história desses, é preciso reconstruí-la. Ao invés de anular as mudanças, remetendo-as à identidade do eu, é preciso explicá-las e compreender que a identidade pessoal talvez só se defina como uma maneira singular de mudar em contato com o que muda. Ou, como diria

Foucault: “as identidades se definem por suas trajetórias” (citado por Eribon, 1996:19).

Dessa forma, compreendemos que as mudanças resultam de uma sucessão e acumulação de microtransformações que estão ocorrendo no assentamento. E, isso, acreditamos ser de fundamental importância para a evolução das ações coletivas ali em desenvolvimento.

Sem dúvida, para nós, o MST é hoje o movimento social de maior expressão no Brasil. E graças a ele, milhares de pessoas até então excluídas de qualquer forma de identidade e cidadania conseguem participar da vida política e social do país. No entanto, acreditamos que a construção da ação coletiva só se dará com a prática democrática nos assentamentos, respeitando a diversidade de formas associativas e principalmente as especificidades que as famílias determinam.

Os processos de ação coletiva podem constituir bases de defesa e de desenvolvimento pelos assentados. Por outro lado, estes precisam ser vigilantes, para não reproduzirem temas, objetos e arquétipos teóricos pré-montados que possam, sem um questionamento prévio, conduzir suas ações numa direção diferente das suas vontades.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo, Hucitec, 1992.

_____. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. São Paulo, 1995 (mimeo).

_____. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STEDILE, João Pedro (org). A questão agrária hoje. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1994, pp. 94-104.

_____. Comercialização e clientelismo. In: ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (orgs). Reforma agrária produção e renda - o relatório da FAO em debate. Petrópolis, Vozes, 1994, pp. 136-142.

ABRAMOVAY, Ricardo & CARVALHO FILHO, J. J. de. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. Reforma Agrária, Campinas, set/dez 1994, nº24 (3): 37-53.

ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no nordeste. Recife, Editora Universitária, 1998.

ARANHA, M.L & MARTINS, M.H.P. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo, Editora Moderna, 1992.

BAINVILLE, S. Le développement de l'agriculture familiale: processus d'interactions entre changements techniques et changements institutionnels. Un "cas d'école": la commune de Silvânia-Brésil. Thèse (doutor em economia do desenvolvimento agrícola, agro-alimentar e rural). Montpellier (FRA): ENSAM, 2000/01/21.

BERGAMASCO, Sônia M.P.P. & NORDER, J.A.C. Assentamentos rurais. São Paulo, Brasiliense, 1996.

_____. Estratégias familiares e organizativas: limites e controvérsias. Caxambu, ANPOCS, 1996 (mimeo).

BERGAMASCO, Sônia M.P.P. & FERRANTE, V.L.S.B. No reino da modernização: o que os números do censo da reforma agrária (não) revelam. In: SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, D.N C.; ROSA, S.L.C. Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília, Editora da UNB, 1998, pp. 171-204.

BERGER, Christina. Campos em confronto: a terra e o texto. Porto Alegre, Editora UFRGS, 1998.

BOUDON, Raymond & BOURRICARD, F. Dicionário crítico de Sociologia. São Paulo, Ática, 1993.

BRUM, Argemiro. A modernização da agricultura: o binômio trigo/soja. Ijuí, FIDENE, 1985.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). Ensaios FEE, Porto Alegre, 1990, 11 (1): 124-142.

CARDOSO, Eulália E. Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. Reforma Agrária, Campinas, set/dez 1994, 24 (3): 140-153.

CARVALHO, Horácio M. Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas de reforma agrária no Brasil. Curitiba, IICA/MEPF, 1998. 46 p. (mimeo).

CASTRO JÚNIOR, José Lima. Assentamentos coletivos e resistência ao flagelamento no semi-árido cearense - o caso da fazenda Vitória. Campina Grande, 1994. Diss. de Mestrado em Economia.

CASTRO, Márcio H. Reforma agrária e pequena produção. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1992.

CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. São Paulo, McGraw-Hill, 1978.

COLOGNESE, Silvio A. A produção da representação sindical. Porto Alegre, 1991. Diss. de Mestrado em Sociologia Rural/UFRGS.

CROZIER, M. & FRIEDBERG, E. L'acteur et le systeme. Paris, França, Servil, 1977.

DE LANNOY, Christophe. A tecnologia e as associações de cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária. Porto alegre, 1990. Diss. de Mestrado em Sociologia rural/UFRGS.

D'INCAO, Maria Conceição & ROY, G. Nós, Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

EDUARDES, Jairo. Socialismo na roça. Oeste, Cascavel, ano X, nº102: seção reforma agrária, 1994.

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: MARX, Karl & ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo, ALFA-OMEGA, 1985.

ERIBON, Didier. Michel Foucault e seus contemporâneos. Rio de Janeiro, Zahar, 1996.

FERNANDES, Bernardo M. A modernidade no campo e a luta dos sem terra. Cultura-Vozes, São Paulo, jan/fev de 1996 (a), nº1 (90): 65-77.

_____. MST - formação e territorialização. São Paulo, Hucitec, 1996 (b).

FERRANTE, Vera Lúcia S.B. Assentamentos rurais: estratégias de recusa ao modelo estatal?. Raízes, Campina Grande, dez/1997, nº15: 62-76.

FROMM, Eric. Análise do homem. São Paulo, Vozes, 1969.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Dicionário de Sociologia. São Paulo, 1986.

GARCIA Jr., Afrânio R. O sul: caminho do roçado. São Paulo, Marco Zero, 1989.

GARCIA, Jr., Afrânio R.; MEDEIROS, L.S.; GRYNSZPAN, M.; LEITE, S. Assentamentos rurais em perspectiva comparada. Debates CPDA, dezembro 1997, nº4:19-51.

GIACOBBO, E.O. A construção e a reconstrução das relações familiares em um assentamento de reforma agrária. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 1994. Diss. de Mestrado em Sociologia rural.

GOHN, Maria da Gloria. Os sem terra, ONGs e Cidadania. São Paulo, Cortez, 1997.

GÖRGEN, Sérgio. Reforma agrária, solução barata que dá resultados. Mundo Jovem, São Paulo, Julho de 1996. p.11.

GRAZIANO DA SILVA, José. Reforma agrária já?. Reforma Agrária, Campinas, maio/junho de 1995, 15(2): 5-17.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (org). A questão agrária hoje. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1994. pp. 94-104.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis, Vozes, 1990.

HOBBSBAWN, Eric. A era dos extremos. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

IENO NETO, G. & BAMAT, T. Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba. João pessoa, Unitrabalho/UFPB, 1998.

IBGE - O meio rural perdeu 5,75 milhões de trabalhadores entre 1985 e 1996. Jornal o NORTE, João Pessoa, 19/12/1998.

- KAGEYAMA, Ângela (org). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural ao complexo agroindustrial. São Paulo, 1987 (mimeo).
- KLEBA, John B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamento de reforma agrária. Reforma Agrária, Campinas, set/dez 1994, 24 (3): 140-153.
- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo, Proposta Editorial, 1980.
- LAZZARETTI, Miguel A. & SABOURIN, E. Representação e construção da ação coletiva nos sindicatos rurais. In: SOBER, XXXVII, Foz do Iguaçu, 1999.
- LEITE, Sérgio & MEDEIROS, L. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. Debates CPDA, Rio de Janeiro, dez/97, nº4: 1-18.
- MACHADO FILHO, Cláudio P. Ações coletivas no agrobusiness- o papel das associações. São Paulo, Junho de 1998 (mimeo).
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1986.
- MEDEIROS, Leonilde S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, FASE, 1989
- MENDRAS, Henri. Sociétés paysannes. Paris, A. Colin, 1976.
- MERCOIRET, M.R. A organização dos produtores rurais. Montpellier, França, 1995 (mimeo).
- MIDLER, C. Evolution des règles de gestion et processus d'apprentissage. In: Analyse Economique des Conventions, Orléan A. (Dir.), PUF, Paris, pp. 335-369.
- MOREIRA, Emília. Por um pedaço de chão. João Pessoa, Universitária/UFPB, 1997, vol I e II.

MOREIRA, Emília & TARGINO, I. Capítulos de geografia agrária da Paraíba. João Pessoa, Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, Orlandil de Lima & DA SILVA, S.B. Quandú uma experiência de assentamento. João Pessoa, Imprell, 1997.

MST. A cooperação agrícola nos assentamentos. Caderno de formação nº20. São Paulo, 1993. 56 p.

_____. Como organizar os assentados individuais. São Paulo, Julho de 1994.

_____. Programa de reforma agrária. Caderno de formação nº23. São Paulo, julho de 1995. 29 p.

_____. Cooperativas de produção: questões práticas. Caderno de formação nº21. São Paulo, 3ª ed., junho de 1997. 101 p.

_____. Sistema cooperativista dos assentados. Caderno de cooperação agrícola nº5. São Paulo, 2ª ed., junho de 1998.

_____. O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária. Caderno de formação nº31. São Paulo, janeiro de 1999. 53 p.

MÜLLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo, Hucitec, 1986.

NASCIMENTO FILHO, João Cardoso do. Formas coletivas de organização da produção em assentamentos do RS. Santa Maria, CPGExR, 1990. Diss. de Mestrado em Extensão Rural.

NAVARRO, Zander. Ideologia e economia formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais: o caso do assentamento "Nova Ramada"-RS. Porto Alegre, UFRGS, 1996 (mimeo).

_____. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e as lutas do MST. Petrópolis, Vozes, 1997.

- NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: reforma agrária em migalhas. Niterói, EDUF, 1997.
- OLSON, Mancur. Logique de l'action collective. Paris, França, PUF, 1978.
- OSTROM, Elinor. Crafting institutions for self-governing irrigation systems. ICS press, Institute for contemporary studies, San Francisco, 1992.
- PALMEIRA, Moacir. A diversidade das lutas no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). Igreja e questão agrária. São Paulo, Loyola, 1985.
- PRIEB, Sérgio A. M. Coletivos na luta e no trabalho: o caso do assentamento de nova ramada em Júlio de Castilhos-RS. Campina Grande, 1994. Diss. de Mestrado em Economia.
- PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RAMOS, Gerusa C. Olhai os assentamentos no campo na Paraíba - estudo sócio-econômico do Cajá - 1990-1999. Campina Grande, 1999. Diss. de Mestrado em Economia.
- RAMOS, Nerize L. O poder do discurso: as condições sociais de emergência do agricultor familiar como sujeito propositivo. Campina Grande, 1999. Diss. de Mestrado em Sociologia.
- RIOS, Gilvando S. L. Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social. João Pessoa, Universitária/UFPB, 1979.
- SÁ SILVA, José de. Terra bela: mais um assentamento de trabalhadores rurais no Maranhão. Campina Grande, 1997. Diss. de Mestrado em Economia.
- SABOURIN, Eric. Ação coletiva e organização dos produtores no Nordeste semi-árido. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXVII, Foz do Iguaçu, 1999a, Anais, Brasília: Sober, pp 194-204. (Anais em CDRom).

- _____. Organização dos produtores e ação coletiva: reflexão a partir de estudo de casos no Nordeste brasileiro. In: Organização dos produtores e Agricultura familiar. Sperry S. (coord.), Brasília, Embrapa, Embrapa-CTT, série “Agricultura familiar, 3”, 1999b, pp103-127.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais. Florianópolis, Editora da UFSC, 1984.
- SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C.(orgs.). Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília, Editora UNB, 1998.
- STÉDILE, João pedro (org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1994, Introdução.
- _____. “O MST é um movimento nacional”. Cadernos do Terceiro Mundo, Rio de Janeiro, nov/dez 1996, nº197.
- TAVARES DA SILVA, Lígia. Terra de morada: diagnóstico sócio-cultural do assentamento fazenda Santa Catarina. João Pessoa, 1997.
- TARGINO, Ivan; MOREIRA, E.; IENO, G. O processo associativo em projetos de assentamentos: notas para discussão. João Pessoa, Série textos para discussão, nº130, Mestrado de Economia, nov 1998.
- VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. Caxambu, XX ANPOCS, outubro 1996.
- _____. Fundamentos do agrorreformismo. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1994, pp. 298-305.
- _____. Reforma agrária hoje. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1994, pp. 68-104.
- ZAMBERLAM, Jurandir. Produção e comercialização nos assentamentos rurais: questões para o debate. In: ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (orgs.). Reforma grária - produção, emprego e renda- o relatório da FAO em debate. Petrópolis, Vozes, 1994, pp. 123-135.

- ZAMBERLAM, Jurandir & FLORÃO, S.R. Assentamentos- resposta econômica da pequena propriedade na região de Cruz Alta. Cruz Alta, UNICRUZ, 1989.
- ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Depois da terra, a conquista da cooperação. Brasília, 1989. Diss. de Mestrado em Sociologia UNB.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Caxambu, XX ANPOCS, 1996 (mimeo).
- WEBER, Max. Economia e sociedade. (3ªed), Brasília, Editora UNB, 1994, vol I.
- WILKINSON, John. O estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo, Hucitec, 1986.

ANEXOS

ANEXO - A

***ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES
RURAIS DE MASSANGANA III***

Associação dos Produtores Rurais de Massangana III
BR 230 km 57 Município de Cruz do Espírito Santo - PB
Data de Fundação: 08 de agosto de 1996

Capítulo I : Da denominação, sede, fins, duração:

Artigo 1º : A Associação dos Produtores Rurais de Massangana III-constituir-se como Sociedade Civil, sem fins lucrativos. Fundada por tempo indeterminado, com sede e foro na localidade denominada no Sítio Massangana III, Cruz do Espírito Santo, Estado da Paraíba(PB).

Artigo 2º : Associação dos Produtores Rurais de Massangana III-tem por objetivo:

- a - Organizar, conscientizar, debater, estudar e buscar - soluções para os problemas dos produtores de Massan- gana III bem como de toda comunidade, defendendo seus direitos e interesses.
- b - Desenvolver atividades educativas, cooperativistas , culturais e sociais.
- c - Prestar assistência filantrópica, jurídica, médica e odontológica.

§ ÚNICO : Para atingir seus objetivos, a Associação poderá con- trair empréstimos, manter Convênios com Instituições- Públicas e Privadas e receber doações de Particulares entidades Oficiais, Nacionais e/ou Estrangeiras.

Capítulo II: Da estrutura da organização:

Artigo 3º : A Associação dos Produtores Rurais de Massangana III fica assim estruturada:

- a - Assembléia Geral.
- b - Diretoria Executiva.
- c - Conselho Fiscal.

§ ÚNICO : Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal, terão três anos de duração e serão coincidentes podendo seus membros serem reeleitos por mais (um) 1 mandato consecutivo.

Artigo 4º : A Diretoria Executiva será composta de:

- a - Presidente. →
- b - Vice-Presidente. →
- c - 1ª Secretária-(ª) →
- d - 2ª Secretária-(ª) →
- e - 1º Tesoureiro-(º) →
- f - 2º Tesoureiro-(º) →

Artigo 5º : Compete ao Presidente:

- a - Representar a entidade Jurídica e extra-Judicial, ativa e passivamente;
- b - Convocar as reuniões da Assembléia Geral e da Diretoria Executiva, presidindo esta última;
- c) - Assinar em conjunto com o Tesoureiro, os contratos recibos, cheques e qualquer documento relativo a movimentação de dinheiro ou que importe responsabilidade da Associação.

Artigo 6º : Compete ao Vice-Presidente:

- a - Substituir o Presidente em seus impedimentos e faltas.

Artigo 7º : Compete ao 1º Secretário(ª):

- a - Organizar e ter sob a guarda e responsabilidade os arquivos e documentos da Associação;
- b - Redigir as correspondências e outros documentos inerentes as suas atividades;
- c - Lavrar e assinar com o Presidente, as atas das reuniões e da Assembléia Geral, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Artigo 8º : Compete ao 2º Secretário(ª):

- a - Substituir em seus impedimentos ou faltas - 1º Secretário.

Artigo 9º : Compete ao 1º Tesoureiro(ª):

- a - Proceder a arrecadação das contribuições sociais recolhendo-as a um estabelecimento de crédito;
- b - Receber juntamente com o Presidente, subvenções públicas ou privadas, assim como doações feitas a entidade;
- c - Assinar recibos, contratos e cheques juntamente com o Presidente;
- d - Proceder a escrituração das receitas e despesas mantendo em dia o livro de caixa;
- e - Prestar contas a Diretoria Executiva e ao conselho fiscal apresentando mensalmente o balancete;

Artigo 10º : Compete ao 2º Tesoureiro(ª):

- a - Substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos e faltas.

Do Conselho Fiscal:

Artigo 11º : O Conselho Fiscal será composto de três membros titulares e três suplentes.

Artigo 12º : Compete ao Conselho Fiscal:

- a - Examinar os demonstrativos financeiros da Diretoria Executiva e emitir parecer a Assembléia Geral;
- b - Opinar sobre a atuação financeira da entidade e propor em Assembléia, as contribuições dos Associados;
- c - Reunir-se-a ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre necessário.

Da Assembléia Geral:

Artigo 13º : A Assembléia Geral seria constituída pelos membros do Corpo Social da Associação dos Produtores Rurais de Massangana III e reunir-se em 1ª convocação com a maioria absoluta dos sócios, em 2ª convocação com 30% dos sócios presentes(30) trinta minutos após, e em terceira convocação com qualquer número de sócios, trinta minutos após a segunda convocação.

§ ÚNICO : Não havendo Quorum para a instalação da Assembléia Geral convocada nos termos deste Artigo, seria feita nova convocação com antecedência mínima de oito dias.

Capítulo III: Quadro Social:

Artigo 14º : Sem olhar raça, sexo, cor, partido ou religião, podem ser sócios todas as pessoas de maior idade que moram, e trabalham no Sítio Massangana III, tendo duas categorias de sócios:

- a - Sócios fundadores que são os que se assinaram a ata de fundação;
- b - Sócios efetivos que são os que se associam depois da fundação através de apresentação aprovada pela Assembléia Geral.

Artigo 15º : São direitos de sócios:

- a - Votar e ser votado;
- b - Deixar de ser sócio;
- c - Participar das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas se trataram;
- d - Solicitar por escrito qualquer informação referente a Associação e etc.

Capítulo IV: Da Organização e Administração:

Artigo 16º : Na Associação existem 03 órgãos:

- a - A Assembléia Geral e órgão Máximo de decisão;
- b - Diretoria Executiva.
- c - O Conselho Fiscal e órgão de fiscalização.

Artigo 17º : A Assembléia Geral ordinária se realizará uma vez por ano, contando a partir da data de fundação e, sendo necessário, será convocada uma Assembléia Geral Extraordinária. As Assembléias gerais serão convocadas com 8(oito) dias de antecedência através de edital fixado na porta da sede. Para tomar decisões é preciso a presença da metade mais 1(um) dos sócios.

Não havendo este quorum, se realiza outra Assembléia após 3(três) dias, podendo tomar decisões com o número de sócios presentes.

São Tarefas da Assembléia Geral:

- 1 - Convocar eleições;
- 2 - Avaliar o trabalho da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- 3 - Examinar a prestação de contas;
- 4 - Discutir e decidir sobre propostas de projetos financeiros por órgãos do Governo e outros.

Capítulo V : Artigos Gerais:

Artigo 18º : Nenhum sócio receberá pagamentos pelo serviço prestado a Associação como também nenhum conselheiro.

Artigo 19º : Este estatuto será publicado no diário oficial do Estado da Paraíba e registrado no Cartório de Registros de títulos e documentos Cível.

Massangana III, 08 de agosto de 1996.

ANEXO - B

ESTATUTO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ASSENTAMENTO MASSANGANA III

ESTATUTO
DA
COOPERATIVA
DE
PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA
DO
ASSENTAMENTO
MASSANGANA III

SUMÁRIO

- I - Da Denominação, Sede e Natureza
- II - Objetivos
- III - Dos Associados
- IV - Do Capital
- V - Da Assembléia Geral
- VI - Da Administração
- VII - Das Eleições
- VIII - Do Conselho Fiscal
- IX - Dos Fundos e Balanço
- X - Dos Livros
- XI - Das Disposições Gerais


04.08.13

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Natureza

Art. 1º - A Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Massangana III Ltda., denominada pela sigla COOPRAMA III, rege-se por este Estatuto e pelas disposições legais vigentes, tendo:

- a) Fórum Jurídico na cidade de Cruz do Espírito Santo;
- b) Sede e Administração no Assentamento Massangana III, Município de Cruz do Espírito Santo, Estado da Paraíba;
- c) Área de ação do Assentamento Massangana III;
- d) O ano social e fiscal correspondendo de janeiro a dezembro de cada ano;
- e) A sociedade, prazo indeterminado de funcionamento.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2º - A sociedade cooperativa que reúne os pequenos agricultores do Assentamento a ela associados, terá por objetivo principal, o desenvolvimento da produção agropecuária, devendo desenvolver as seguintes atividades para consecução dos seus objetivos:

- a) Coordenar a produção agropecuária nas áreas pertencentes aos associados ou em áreas próprias;
- b) Compra e venda de insumos e produtos agrícolas;
- c) Desenvolver a mecanização agrícola;
- d) Garantir o transporte dos bens e produtos;
- e) Implantar sistemas de agroindústrias nos produtos de interesse dos associados;
- f) Realizar operações de repasse de crédito ou vendas a prazo de atendimento aos associados;
- g) Prestação de serviços relacionados com o desenvolvimento da agropecuária e bem-estar dos associados;
- h) Prestar assistência técnica;
- i) Comercialização de bens de consumo das famílias.

Art. 3º - A Cooperativa poderá utilizar terras dos associados, na forma de comodato, cessão ou arrendamento, ou ainda arrendar terras de terceiros, bem como possuir terras próprias para alcançar seus objetivos, inclusive recebendo cessão de direitos dos associados.

Art. 4º - A Cooperativa promoverá convênios com outras entidades, cooperativas ou organismos públicos para melhor consecução dos objetivos.

Art. 5º - A Cooperativa tomará as iniciativas relacionadas com a promoção e realização da Reforma Agrária.


REGISTRO DE SOCIEDADES
CAB/PB 9845

CAPÍTULO III Dos Associados

Art. 6º - Poderá ingressar na Cooperativa toda pessoa acima de 18 (dezoito) anos de idade que residir na área de atuação e comprovar possibilidade de contribuir para a consecução dos objetivos da Cooperativa.

Art. 7º - O ingresso será solicitado mediante inscrição, abonada por dois sócios e encaminhada à diretoria, que o submeterá à consideração da Assembléia.

Art. 8º - São direitos dos associados:

- a) Participar em todas as Assembléias Gerais, votar e ser votado em qualquer processo decisório;
- b) Exigir dos organismos administrativos informações sobre atividades da cooperativa;
- c) Participar das atividades da Cooperativa;
- d) Demitir-se da Cooperativa quando lhe convier.

Art. 9º - São deveres dos associados:

- a) Subscriver as quotas-partes que lhe correspondem, contribuir com as taxas de serviços e encargos sociais determinados em regimento interno;
- b) Cumprir os Estatutos Sociais e participar de todas as Assembléias Gerais da Cooperativa;
- c) Entregar sua produção e/ou participar na produção agropecuária, prestação de serviços e atividades gerais da Cooperativa pertinentes aos seus objetivos;
- d) Zelar pelo bom funcionamento da Cooperativa.

Art. 10 - O associado responde subsidiariamente pelos compromissos da Cooperativa em face a terceiros, até o valor da quota-capital por ele subscrito.

Art. 11 - A demissão do associado será feita somente a seu pedido.

Art. 12 - O desligamento do associado será feito pela diretoria com direito a recorrer à Assembléia Geral, no caso de infração estatutária ou legal do associado.

Art. 13 - A exclusão do associado será feita por:

- a) Morte da pessoa;
- b) Incapacidade civil não cumprida;
- c) Deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso e permanência na Cooperativa.

Art. 14 - Nos casos de demissão, desligamento e exclusão, a Assembléia Geral decidirá a forma e prazo de devolução de suas quotas-partes, conforme parecer dos órgãos de administração.

Art. 15 - A participação do associado em atividades produtivas ou prestação de serviços na Cooperativa não levará a vínculo empregatício.

PARÁG. 1º - A remuneração será regulada em Regimento Interno de acordo com as atividades da Cooperativa.

PARÁG. 2º - Em caso de algum associado querer ser funcionário da Cooperativa, perderá sua condição de sócio.

 50/50/50
S.P.C.

CAPÍTULO IV Do Capital

- Art. 16 – O capital social mínimo inicial da Cooperativa será dividido em quotas-partes a serem subscritas pelos sócios fundadores, não tendo limite quanto ao máximo.
- Art. 17 – O valor da quota-parte mínima será de R\$ 15,00 (quinze reais) e será equivalente a 01(UM) SACO DE MILHO.
- Art. 18 – Cada associado poderá integralizar suas quotas-partes à vista, em dinheiro, ou em correspondente de produtos ou bens.
- Art. 19 – A sociedade cooperativa poderá receber doações em dinheiro ou bens para melhor consecução de seus objetivos, de pessoas, entidades ou organismos públicos.
- Art. 20 – As Assembléias Gerais fixarão os percentuais de contribuição sobre produção ou prestação de serviço do associado e de terceiros para garantir aumento do capital social e consecução de seus objetivos.

CAPÍTULO V Da Assembléia Geral

- Art. 21 – A Assembléia Geral é o órgão máximo da sociedade, podendo deliberar sobre todas as questões relativas à sociedade, respeitados os Estatutos e a Lei.
- Art. 22 – Realizar-se-á uma Assembléia Geral ordinária anualmente, no mês de novembro, que deliberará sobre os seguintes assuntos:
- a) Prestação de contas anual;
 - b) Destinação de fundos e sobras e/ou prejuízos;
 - c) Avaliação das atividades para o ano;
 - d) Plano de atividades para o ano;
 - e) Outros assuntos de interesse da sociedade.
- Art. 23 – Realizar-se-á, sempre que necessário, Assembléia Geral Extraordinária, que poderá deliberar sobre qualquer assunto da sociedade, desde que mencionado no Edital de Convocação.
- Art. 24 – As Assembléias Gerais Extraordinárias serão convocadas mediante aviso público de fácil acesso aos associados, com um prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência por uma das seguintes formas:
- a) Pela Diretoria;
 - b) Pelo Conselho Fiscal;
 - c) Por abaixo-assinado com 35% (trinta e cinco por cento) dos associados em dia.
- Art. 25 – O quorum mínimo para instalação da Assembléia Geral será de:
- a) 2/3 (dois terços) dos associados em dia, em primeira convocação, no local e hora convocados;
 - b) Metade mais um dos associados, uma hora após a primeira convocação;


20/11/2010 de Sousa SCA
CAB/PB 9842

Art. 26 – O funcionamento da Assembléia Geral seguirá as seguintes normas:

- a) Será presidida pelo presidente da Cooperativa ou pelo secretário ou, no impedimento destes, por alguém eleito na Assembléia;
- b) Todas as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes e, no caso da Assembléia Geral Extraordinária ou mudanças de estatuto, por 2/3 (dois terços) dos presentes;
- c) A votação deverá ser secreta, sempre que um dos presentes solicitar, para qualquer assunto;
- d) Quando se tratar de assunto que envolve interesse particular da diretoria ou de algum associado, os envolvidos não poderão votar.

Art. 27 – Para qualquer processo decisório, cada associado terá direito a um voto apenas.

Art. 28 – Compete à Assembléia Geral a decisão sobre a venda de bens móveis e imóveis da sociedade.

CAPÍTULO VI

Da administração

Art. 29 – A Cooperativa será administrada por uma diretoria de 05 (cinco) membros, composta por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e vice-tesoureiro.

Art. 30 – Os membros da diretoria deverão estar em pleno gozo de seus direitos na Cooperativa e terão um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por apenas mais um período no mesmo cargo.

Art. 31 – A cada eleição deve-se renovar, no mínimo, 02 (dois) diretores entre os cinco.

Art. 32 – Compete à diretoria decidir, encaminhar e zelar coletivamente por todos os rumos e atividades da Cooperativa.

PARÁG. 1º - A diretoria estabelecerá sua sistemática e periodicidade de Reuniões;

PARÁG. 2º - Nenhum Cargo receberá salário ou terá vínculo empregatício Com a Cooperativa. A Assembléia Geral poderá fixar apenas gratificações mensais ou ao final de cada ano fiscal.

Art. 33 – Compete ao presidente da Cooperativa:

- a) Representar política, social e judicialmente a Cooperativa;
- b) Assinar cheques e movimentar contas financeiras em conjunto com o tesoureiro;
- c) Dirigir as Assembléias e as reuniões da diretoria.

Art. 34 – Compete ao vice-presidente substituir o presidente em caso de impedimento deste.

Art. 35 – Compete ao secretário zelar pelos livros e atas administrativos da Cooperativa.

Art. 36 – Compete ao tesoureiro zelar pela ordem financeira e contábil da Cooperativa e movimentar as contas bancárias e outros recursos em conjunto com o presidente.

 50399 SCA2.
5845

Art. 37 – Compete ao vice-tesoureiro substituir o titular em caso de impedimento deste.

Art. 38 – Compete, ainda, à diretoria coletivamente:

- a) Convocar as Assembleias Gerais;
- b) Prestação de contas de todas as atividades econômicas e financeiras da Cooperativa;
- c) Garantir seu funcionamento para consecução dos objetivos;
- d) Realizar convênios e acordos com outras entidades e organismos;
- e) Contratar operações de todo tipo com agências bancárias;
- f) Contratação e demissão de funcionários;
- g) Propor à Assembleia, sanções, punições ou penalidades aos associados;
- h) Propor à Assembleia um Regimento Interno para regular as normas internas de trabalho, produção, prestação de serviços e organizar o funcionamento interno da Cooperativa;
- i) Indicar à Assembleia a proposta de admissão, demissão e exclusão de associado;
- j) Zelar pelo cumprimento do Estatuto e do Regimento Interno;
- k) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade;
- l) Contratar assessoria técnica para consecução de seus objetivos;

Art. 39 – Ao início de cada gestão, a diretoria deverá elaborar um plano de cada diretor para o período, envolvendo todas as atividades da Cooperativa, o qual deverá ser submetido à aprovação da próxima Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII Do Conselho Fiscal

Art. 40 – A administração da sociedade será fiscalizada por um conselho fiscal composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes eleitos anualmente em Assembleia Geral, podendo serem reeleitos apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Art. 41 – Compete ao conselho fiscal estabelecer uma sistemática de trabalho que permita a fiscalização das contas e atividades da administração.

Art. 42 – O conselho fiscal poderá contratar auditoria externa, caso achar necessário, para cumprimento de suas atividades.

Art. 43 – O conselho fiscal apresentará seu relatório e parecer na Assembleia Geral Ordinária de cada ano ou quando solicitados por associados.

Art. 44 – Não poderá haver 1º (primeiro) grau de parentesco nos membros da diretoria, entre si e com os membros do conselho fiscal.

Art. 45 – Em caso de omissão do conselho fiscal, 50% (cinquenta por cento) poderão contratar auditoria externa e expensas da Cooperativa, mediante abaixo-assinado em documento para esse fim ou decidido em Assembleia.


AUDRILLO DE XUSA SCA 21
CAB/P3 9845

CAPÍTULO VIII Das Eleições

- Art. 46 – Todo associado em dia com suas obrigações poderá concorrer a qualquer cargo eletivo da sociedade.
- Art. 47 – As eleições serão realizadas durante a Assembléia Geral Ordinária que coincida com o final da gestão de dois anos.
- Art. 48 – Apresentar-se-ão chapas separadas para os cargos da diretoria e do conselho fiscal.
- Art. 49 – Haverá votação secreta para cada um dos dois organismos e serão proclamadas eleitas as chapas que obtiverem metade mais um dos presentes votantes.
- PARÁG. ÚNICO – Em caso de existência de várias chapas e não conseguir-se a votação necessária, repetir-se-á a inscrição de chapas e votação quantas vezes forem necessárias para garantir-se a votação mínima exigida.
- Art. 50 – Qualquer membro da Assembléia poderá impugnar nomes das chapas baseando-se nas disposições legais dos estatutos e, neste caso, o nome deverá ser substituído sem prejuízo da chapa.
- Art. 51 – Quando houver algum cargo da diretoria vacante, por demissão ou exclusão, efetuar-se-á a eleição de seu substituto na próxima Assembléia Geral, para cumprir mandato.

CAPÍTULO IX Dos Fundos e Sobras

- Art. 52 – Serão constituídos os seguintes fundos, recolhidos a partir da sobra líquida anual:
- a) 10% (dez por cento) para Fundo de Reserva de Capital, destinado a reparar prejuízos ou atender necessidades do desenvolvimento;
 - b) 5% (cinco por cento) para fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à assistência dos assentados;
 - c) 15% (quinze por cento) para Fundo de Investimento que será destinado a investimentos produtivos na Cooperativa para alcançar seus objetivos.
- Art. 53 – O saldo das sobras restantes, descontados os percentuais anteriores, terá seu destino decidido pela Assembléia Geral Ordinária convocada para este fim.
- Art. 54 – O rateio dos saldos das sobras entre os associados será feito pelo critério de proporcionalidade da participação de cada associados nas operações e serviços da Cooperativa.
- Art. 55 – Em caso de existência de prejuízo, a Assembléia Geral deverá decidir sobre recorrer ao Fundo de Reserva, ou à alienação de algum bem ou contribuição especial dos associados.


REVISÃO DE SEUSA SARCIS
CAB/PB 5845

CAPÍTULO X Dos Livros

Art. 56 – A Cooperativa deverá ter os seguintes livros:

- a) Livro de registro dos associados;
- b) Livro de Atas das Assembléias Gerais;
- c) Livro de Atas das reuniões da diretoria;
- d) Livro de Atas das reuniões do conselho fiscal;
- e) Livro de presença dos associados nas Assembléias;
- f) Livro de todos os registros contábeis e fiscais estabelecidos por lei.

PARÁG. ÚNICO – Será possível a utilização de fichas ou sistemas informatizados que cumpram os mesmos objetivos dos livros.

CAPÍTULO XI Das Disposições Gerais

Art. 57 – A sociedade poderá dissolver-se, fusionar-se ou desmembrar-se voluntariamente, por deliberação de Assembléia Geral Extraordinária convocada para estes fins e com a deliberação de 2/3 (dois terços) dos presentes que devem representar, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados em dia com suas obrigações.

Art. 58 – Os fundos que determinam serão indivisíveis entre os associados, em caso de liquidação da sociedade.

Art. 59 – A Cooperativa contribuirá com 1% (um por cento) de sua produção vendida, para o Fundo de Apoio à Reforma Agrária, na Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA.

Art. 60 – A Cooperativa contribuirá, obrigatoriamente, com 5% (cinco por cento) do valor de cada doação recebida para a Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA.

Art. 61 – A Cooperativa poderá associar-se ou filiar-se a outras centrais cooperativas ou sociedades que busquem os mesmos objetivos a que se propõem

Art. 62 – Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos de acordo com a lei, pela Assembléia Geral.

Art. 63 – O presente Estatuto entra em vigor imediatamente após sua aprovação na Assembléia Geral de Fundação desta sociedade.

Cruz do Espírito Santo – PB, 11 de junho de 1998

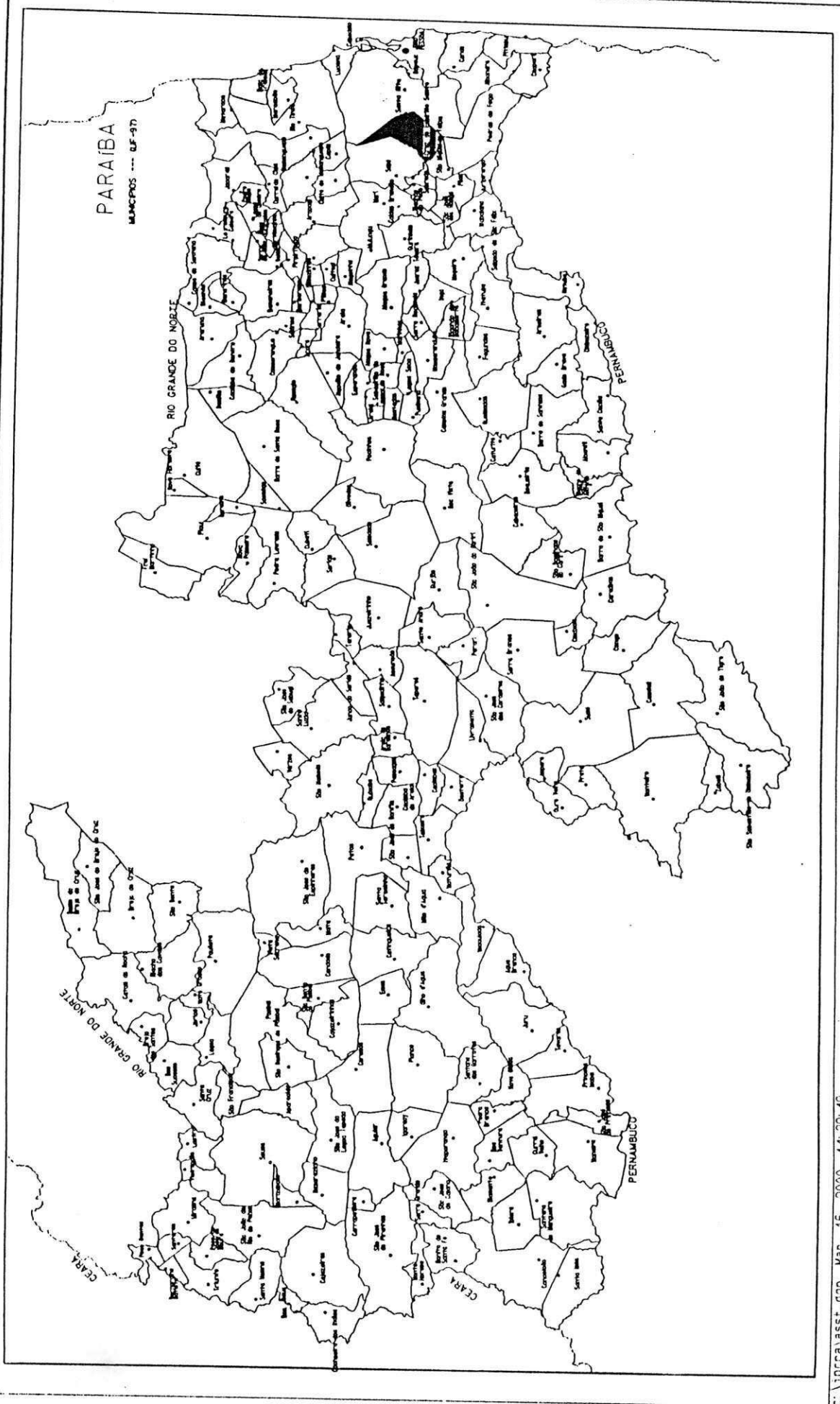
Presidente

Vice-Presidente

Handwritten signature
RECIBO DE ASSINATURA
CAP/PA 3845

ANEXO - C

***MAPA DO ESTADO DA PARAÍBA E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
ONDE SE SITUA O ASSENTAMENTO MASSANGANA III***



ANEXO - D

PLANTA CADASTRAL DO ASSENTAMENTO MASSANGANA III COM LOCALIZAÇÃO DA AGROVILA

[illegible][illegible]

Category	Value
1. Total	100.00
2. Subtotal	100.00
3. Total	100.00
4. Subtotal	100.00
5. Total	100.00
6. Subtotal	100.00
7. Total	100.00
8. Subtotal	100.00
9. Total	100.00
10. Subtotal	100.00
11. Total	100.00
12. Subtotal	100.00
13. Total	100.00
14. Subtotal	100.00
15. Total	100.00
16. Subtotal	100.00
17. Total	100.00
18. Subtotal	100.00
19. Total	100.00
20. Subtotal	100.00
21. Total	100.00
22. Subtotal	100.00
23. Total	100.00
24. Subtotal	100.00
25. Total	100.00
26. Subtotal	100.00
27. Total	100.00
28. Subtotal	100.00
29. Total	100.00
30. Subtotal	100.00
31. Total	100.00
32. Subtotal	100.00
33. Total	100.00
34. Subtotal	100.00
35. Total	100.00
36. Subtotal	100.00
37. Total	100.00
38. Subtotal	100.00
39. Total	100.00
40. Subtotal	100.00
41. Total	100.00
42. Subtotal	100.00
43. Total	100.00
44. Subtotal	100.00
45. Total	100.00
46. Subtotal	100.00
47. Total	100.00
48. Subtotal	100.00
49. Total	100.00
50. Subtotal	100.00
51. Total	100.00
52. Subtotal	100.00
53. Total	100.00
54. Subtotal	100.00
55. Total	100.00
56. Subtotal	100.00
57. Total	100.00
58. Subtotal	100.00
59. Total	100.00
60. Subtotal	100.00
61. Total	100.00
62. Subtotal	100.00
63. Total	100.00
64. Subtotal	100.00
65. Total	100.00
66. Subtotal	100.00
67. Total	100.00
68. Subtotal	100.00
69. Total	100.00
70. Subtotal	100.00
71. Total	100.00
72. Subtotal	100.00
73. Total	100.00
74. Subtotal	100.00
75. Total	100.00
76. Subtotal	100.00
77. Total	100.00
78. Subtotal	100.00
79. Total	100.00
80. Subtotal	100.00
81. Total	100.00
82. Subtotal	100.00
83. Total	100.00
84. Subtotal	100.00
85. Total	100.00
86. Subtotal	100.00
87. Total	100.00
88. Subtotal	100.00
89. Total	100.00
90. Subtotal	100.00
91. Total	100.00
92. Subtotal	100.00
93. Total	100.00
94. Subtotal	100.00
95. Total	100.00
96. Subtotal	100.00
97. Total	100.00
98. Subtotal	100.00
99. Total	100.00
100. Subtotal	100.00

	1. Name of the person 2. Address 3. City 4. State 5. Zip	6. Date of birth 7. Sex 8. Race 9. Religion 10. Education	11. Occupation 12. Income 13. Assets 14. Liabilities	15. Other information 16. Signature 17. Date
	18. Remarks			



ANEXO - E

FOTOGRAFIAS DO ASSENTAMENTO

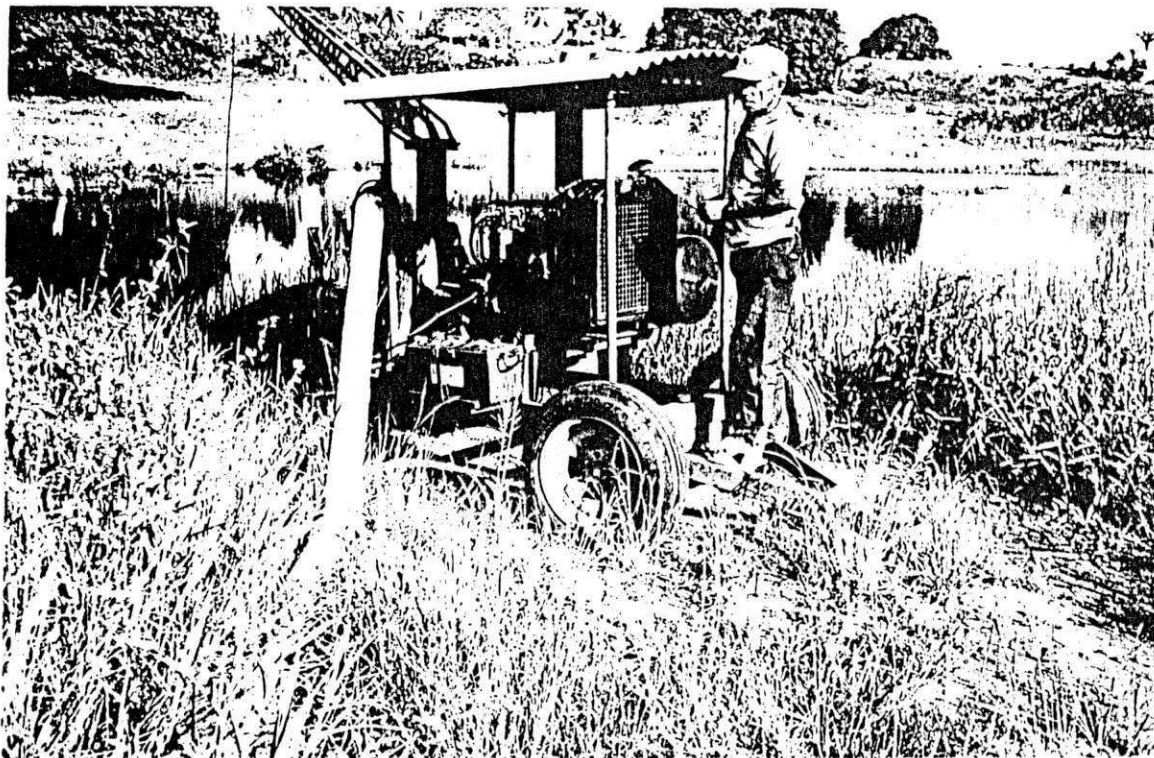
TRABALHADORES COLHENDO MACAXEIRA



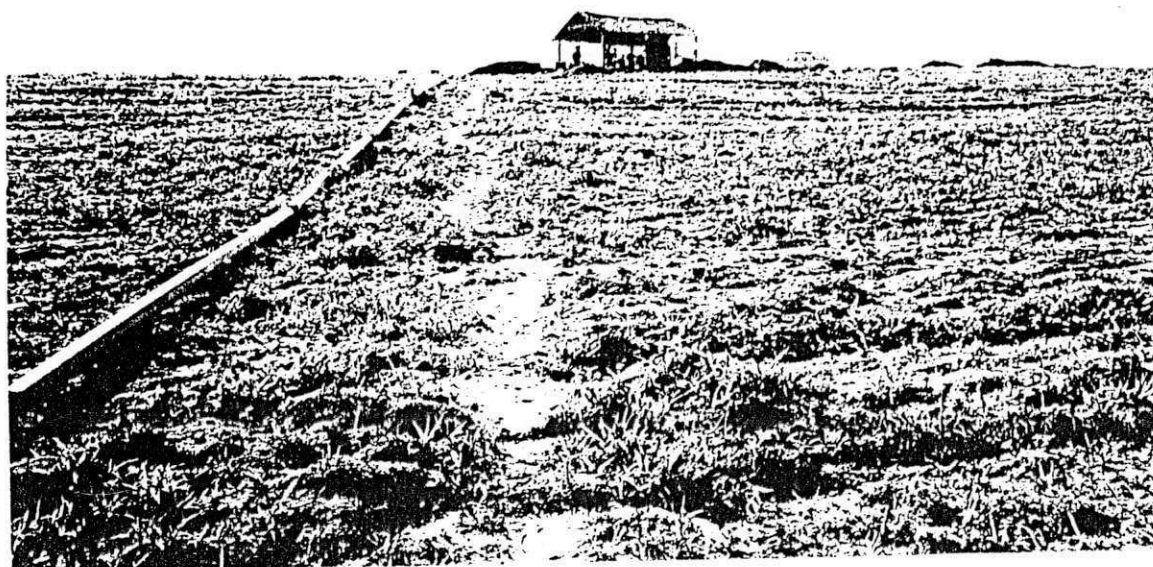
TRABALHADORES NO PREPARO DE MUDAS – COOPRAMA III



MOTOR PARA IRRIGAÇÃO – EQUIPAMENTO COLETIVO – COOPRAMA III



VISTA DA ÁREA COLETIVA DA COOPRAMA III



SEDE DA ASSOCIAÇÃO



SEDE DA COOPERATIVA



ANEXO - F

***ROTEIROS DE ENTREVISTAS, LISTA DOS ENTREVISTADOS, E
LISTA DAS PRINCIPAIS SIGLAS***

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Roteiro de perguntas para sócios da Cooperativa/Associação.

Nome:

Idade:

- a) O que o Sr. fazia antes de ser assentado? Onde morava?
- b) Como foi o período inicial aqui no assentamento?
- c) Houve alguma cooperação inicial entre as famílias aqui no assentamento?
- d) Como foi criada a Cooperativa/Associação?
- e) Porque o Sr. tornou-se sócio?
- f) Como funciona a Cooperativa/Associação?
- g) Quais os benefícios da Cooperativa/Associação?
- h) O Sr. já participou de algum trabalho coletivo anteriormente? Que tipo? Quando?
- i) Quais os problemas que a Cooperativa/Associação enfrenta hoje?
- j) Qual o projeto de coletivo que vocês estão implementando?
- k) Vocês tiveram alguma ajuda das lideranças do MST, da Igreja ou outra entidade para fazer a Cooperativa/Associação?
- l) O Sr. sabe como funciona a Cooperativa/Associação?
- m) O Sr. conhece o Estatuto e o regimento interno?
- n) Como o Sr. participa da Cooperativa/Associação?
- o) Quais são as atividades desenvolvidas na Cooperativa/Associação?
- p) Que participação o Sr. tem nos lucros da Cooperativa/Associação?
- q) Existe algum conflito, briga na Cooperativa/Associação?
- r) Quando existe conflito ou briga na Cooperativa/Associação, os sócios são punidos?
- s) O Sr. conhece outra forma de cooperação no assentamento, além da Cooperativa/Associação?
- t) Qual sua atividade hoje na Cooperativa/Associação?
- u) Qual a visão que o Sr. tem da cooperação?
- v) Qual sua visão sobre a Cooperativa/Associação? Existem outras visões sobre ela no assentamento?
- x) Essa sua idéia de Cooperação bate com sua realidade?
- y) A vida do Sr. e da sua família mudou depois de entrar na Cooperativa/Associação?
- z) Os seus conhecimentos sobre as atividades agrícolas melhoraram depois que o Sr. entrou na Cooperativa/Associação?

2. Roteiro de entrevista para os agricultores individualizados

Nome:

Idade:

- a) O que o Sr. fazia antes de ser assentado?
- b) O Sr. participou de algum trabalho coletivo na sua vida? E aqui no assentamento?
- c) Porque o Sr. não é mais sócio da Associação?
- d) Qual o motivo principal que o Sr. aponta para ter deixado a Associação?
- e) O Sr. acha que sozinho vai ter mais chance de prosperar na sua lavoura?
- f) A Cooperativa está com trabalho coletivo; o que o Sr. pensa disso?
- g) Como o Sr. consegue recursos para plantar?
- h) O que o Sr. pensa do trabalho coletivo?
- i) Depois que o Sr. veio para o assentamento, melhorou sua vida?
- j) Se o Sr. estivesse fora do assentamento, estaria em melhores condições de vida?
- k) O Sr. pensa em se associar à Cooperativa?

3. Roteiro de entrevista para o técnico (agrônomo) do assentamento

Nome:

Idade:

- a) O Sr. trabalha há quanto tempo no assentamento?
- b) O Sr. é funcionário de que órgão?
- c) O Sr. atende a todos os assentados? Tem alguma prioridade?
- d) O Sr. conhece a história do assentamento?
- e) O Sr. pode-nos contar essa história?
- f) Há algum conflito em alguma das organizações que existem no assentamento?
E entre elas?
- g) O Sr. é um técnico ou militante técnico?
- h) O Sr. conhece as experiências de trabalho coletivo no assentamento?
- i) Depois de criadas as organizações, houve evolução em termos do que existia inicialmente no assentamento?
- j) Houve evolução em termos de aprendizado das tarefas agrícolas por parte dos assentados? Quem evoluiu mais? De que forma?
- k) Quais são os projetos desenvolvidos e em desenvolvimento no assentamento?
Como são esses projetos? São coletivos?
- l) O que o Sr. pensa do trabalho coletivo, e quais as experiências que o Sr. conhece?
- m) Qual a principal fonte de capitalização do assentamento?
- n) A produção do assentamento tem sido basicamente para o autoconsumo?
- o) Como é a comercialização da produção?
- p) O Sr. poderia nos falar do nível de modernização agrícola aqui do assentamento?
- r) O Sr. incentiva os produtores a produzir para o mercado? De que forma?
- s) Qual sua avaliação do assentamento?
- t) O Sr. acha importante se organizar?

4. Roteiro de entrevista para o presidente da Associação

Nome:

Idade:

- a) Como se deu o processo histórico das diferentes organizações no assentamento?
- b) O que o Sr. fazia antes de ser assentado?
- c) Como funciona a Associação? Como funcionou no início? Houve problemas para o funcionamento?
- d) Como são resolvidos os conflitos? Existe punição?
- e) Quantos sócios há na associação?
- f) Quanto às informações, os sócios têm aprendido juntos? O que eles aprendem?
- g) Quem tem o papel de orientar, dinamizar o processo organizativo?
- h) Qual deveria ser o papel dos líderes?
- i) Quais os projetos existentes na Associação?
- j) Existem financiamentos que são utilizados pelos assentados?
- k) Qual a principal fonte de capitalização das famílias?
- l) Em termos de projetos prioritários, como são construídos?
- m) Depois de criada a Associação, as relações sociais entre os assentados/sócios melhoraram?
- n) O nível de vida das famílias melhorou?
- o) Houve reformulação de regras?
- p) Quais os direitos e deveres dos sócios e das lideranças? Como são cobrados esses direitos e deveres?
- q) A ação coletiva é a melhor solução para o pequeno produtor de Massangana III? O que o Sr. pensa do trabalho coletivo?
- r) Fale-nos das experiências de trabalho coletivo em Massangana III.

5. Roteiro de entrevista com o presidente da Cooperativa

Nome:

Idade:

- a) Como se deu o processo histórico das diferentes organizações no assentamento?
- b) O que o Sr. fazia antes de ser assentado?
- c) O Sr. poderia nos contar como chegaram as famílias até aqui?
- d) No início eram 60 famílias, porque hoje são 131?
- e) Quantos sócios há na Cooperativa?
- f) Como funciona a Cooperativa? Como funcionou no início? Houve problemas?
- g) Como são resolvidos os conflitos na Cooperativa?
- h) Quanto às informações, os sócios têm aprendido juntos? o que eles aprendem?
- i) Quem tem o papel de organizador, dinamizador desse processo?
- j) Qual deveria ser o papel dos líderes?
- k) Quais os projetos existentes na Cooperativa hoje?
- l) Existem financiamentos que são utilizados pelos sócios?
- m) Quais as fontes de capitalização das famílias, além dos custeio?
- n) Em termos de projetos prioritários, como são construídos?
- o) Depois de criada a Cooperativa, as relações sociais melhoraram? O nível de vida melhorou?
- p) Houve alguma reformulação de regras?
- q) Quais os direitos e deveres dos sócios e das lideranças? Como são cobrados?
- r) O Sr. acha que a ação coletiva é a melhor solução para o pequeno produtor de Massangana III?
- s) O que o Sr. pensa do trabalho coletivo?
- t) O Sr. poderia nos falar sobre as experiências de trabalho coletivo em Massangana III?
- u) Existe comercialização dos produtos da Cooperativa?
- v) Há divisão do trabalho conforme prevê a diretriz das CPAs?
- w) Qual a cultura que vocês plantam no coletivo?
- x) É exercitada a profissionalização das tarefas?
- y) Qual o patrimônio da Cooperativa?
- z) Qual o interesse em formar uma cooperativa?

LISTA DOS ENTREVISTADOS

NOME	IDADE
1. I. P. A	43
2. V. M. S	28
3. M. R. N	55
4. S. M. S	55
5. P. R. M	53
6. J. P. S	43
7. A. C. S	37
8. J. B. A	27
9. M. S	43
10. J. S. S	18
11. J. S	27
12. J. C. N	30
13. P. F. F	49
14. E. M. S	53
15. J. S. M	53
16. J. L. S	36
17. M. H. C	43
18. M. P. N	49
19. J. M. A	53
20. R. L. S	41
21. L. F	26
22. S. R. B	34
23. E. B. N	40

+ líderes
assoc + coop

LISTA DAS PRINCIPAIS SIGLAS

- 1) MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- 2) CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
- 3) INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- 4) CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- 5) CUT – Central Única dos Trabalhadores
- 6) CPT – Comissão Pastoral da Terra
- 7) ADUFPB – Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba
- 8) ADUEPB – Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba
- 9) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social